

Janete Martins

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.
Orientador: Prof. Dr. Renato Miguel Basso.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Martins, Janete Martins
Aspectos Epistemológicos das Teorias Sobre a Formação do
Português Brasileiro / Janete Martins Martins;
orientador, Renato Miguel Basso Basso - Florianópolis, SC, 2013.
123 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Português Brasileiro. 3. Crioulo. 4. Pidgin. 5.
Transmissão Linguística Irregular. I. Basso, Renato Miguel Basso. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

Janete Martins

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Linguística”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 05 de Abril de 2013.

Prof. Dr. Heronildes M. de Melo Moura
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renato Miguel Basso
Orientador
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. José Borges Neto
Universidade Federal do Paraná

Prof.^a. Dr.^a Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Dr.^a Sandra Quarezemin
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao meu orientador, pois, sem seu convite para esse trabalho, sem suas aulas de história da língua e sem sua ajuda e dedicação eu não teria conseguido. Muito obrigada, Renato!

Gostaria de agradecer também a um amigo em especial, Emerson Martins, por ter me iniciado nessa caminhada acadêmica e me apoiado sempre desde a época de ensino médio.

Agradeço muito aos meus pais, pois, mesmo não tendo a oportunidade de estudar, eles sempre souberam o valor dos estudos e, por isso, insistiram nas tantas vezes em que eu tentei desistir. Agradeço aos meus irmãos também, pois, sempre que podem deixam bem claro o quanto têm orgulho da sua irmã caçula.

Sou extremamente agradecida aos meus amigos que me ajudaram sempre, cada um como pôde. Agradeço à Camille, minha designer-médica preferida, por ficar de plateia nos meus ensaios de apresentação e pelos seus préstimos como designer nas tabelas e esquemas. Agradeço à Karina pelas suas ajudas com toques e empréstimos de livros e textos, e à Renata pela sua amizade nesses anos desde a graduação.

Fica minha gratidão também aos meus lindos filhotes, Amora, Nhoc e Duda, pelas suas companhias nas horas de leitura e escrita.

Agradeço ao professor Borges Neto, e às professoras Izete e Sandra por aceitarem o convite para participar da minha banca e por suas contribuições na defesa, muito obrigada!

Desculpem-me se esqueci de citar alguém, mas fica aqui meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para essa conquista.

Se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor.

Willian de Ockham (1287-1347)

RESUMO

Esta dissertação surgiu com a ideia inicial de tentar chegar às raízes do português brasileiro, e principalmente entender sua formação. Não se trata obviamente de algo novo, pois, há alguns séculos, vários estudiosos percorrem esse rico e tortuoso caminho que é o português brasileiro. Então decidimos percorrer o caminho já trilhado, mas não necessariamente seguir as mesmas trilhas; decidimos olhar com outros olhos as bifurcações que se abriram durante os séculos de estrada, entrar em algumas e talvez abrir outras, questionando por que tal caminho foi escolhido e não o outro. É o mais curto? É o melhor? Para onde tal caminho leva? Esses questionamentos nos levaram a discutir alguns aspectos epistemológicos das teorias a respeito da formação do PB assim como o conceito de *pidginização*, crioulização, descrioulização, entre outros. Nosso intuito é analisar e articular linguística e epistemologicamente as teorias que tratam da formação do PB, divididas em dois polos: as internalistas (deriva linguística e seus derivados) e as externalistas (crioulística). Para tanto, usaremos critérios metateóricos com a finalidade de embasar nossos pressupostos. Ressaltamos que, para chegarmos a algum lugar percorrendo o caminho que levou à formação do PB, precisamos entender os conceitos de transmissão linguística irregular, *pidgin* e crioulo. Apresentaremos ainda uma definição sincrônica de crioulo, contrapondo-a às definições diacrônicas. Ao investigar e avaliar as teorias aqui apresentadas, procuramos seguir a lógica da hipótese mais econômica e os princípios da Navalha de Ockham, segundo a qual a melhor teoria é aquela que busca fazer com mais o que se pode fazer com menos, cortando as excrescências; por exemplo, não há a necessidade de buscar nas línguas crioulas ou em outras influências externas, sem fundamentos substanciais, o que se pode encontrar numa deriva interna com suas devidas motivações, se for o caso. Surge outro questionamento ao longo da pesquisa: os autores usam os mesmos termos para definir uma língua crioula? Veremos, ao longo do texto, que a resposta a essa pergunta é uma das chaves para entendermos e avaliarmos as teorias aqui investigadas. O presente trabalho, em resumo, procura mostrar as dificuldades encontradas na trilha epistemológica aberta pelas teorias sobre a formação do PB.

Palavras-chave: crioulização, *pidginização*, semicrioulo, deriva linguística e transmissão linguística irregular.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to understand the genesis of Brazilian Portuguese (BrP), especially to understand its formation. This is not something new; for some centuries, various scholars trod the winding road supposed to lead to the origins of Brazilian Portuguese. We decided to take the path already trodden, but not necessarily to follow the same trails; we decided to look with different eyes to bifurcations that were opened during the centuries on this road, to get into some of them and maybe open others, questioning why some path was chosen instead of some other. Was it the shortest? Was it best? To where do this particular path led? These questions led us to discuss some epistemological aspects of the theories about the formation of BrP as well as the concepts of pidginization, creolization, decreolization, among others. Our aim is to analyze and evaluate linguistically and epistemologically the theories which aim to explain the formation of BrP. We divided these theories into two poles, based on meta-theoretical criteria: the internalist (linguistic drift and its derivatives) and externalist (creole origin). We emphasize that to get somewhere walking the path that led to the formation of BrP, we need to understand the concepts of irregular linguistic transmission, pidgin and creole. We then present a synchronic definition of creole, and contrast it with the diachronic definitions previously presented in the earlier chapters. To investigate and evaluate the theories presented here, we follow the logic of the more economic hypothesis and the principles of Ockham's Razor, which claims that the best theory is the one which poses lesser entities, concepts and mechanism, cutting the excrescences; for example, there is the need to appeal to creole languages or other external influences, without substantial grounds, to find the origins of phenomena which can be found in a drift due to internal motivations of the Portuguese language (if such is possible). Another question guides this research: do the authors use the same terms to define a creole language? We argue that the answer to this question is an important key to construct a coherent and parsimonious theory. This work, in short, seeks to show the difficulties encountered on the epistemological trail open by the theories about the formation of PB.

Keywords: creolization, pidginization, semicreole, language drift and irregular linguistic transmission.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Português brasileiro, um crioulo descrioulizado?	17
--	----

CAPÍTULO 1

Português brasileiro e suas várias formações	21
1.1 O rumo da descrioulização	21
1.2 Um português que, assim como o PB, vive em crise de identidade, o PDT, teriam eles algo em comum?	26
1.3 Por que não houve um crioulo no Brasil? Ou será que houve?	31
1.4. Uma nova variedade histórica da língua	39
1.5. Algumas questões teóricas	57

CAPÍTULO 2

Comparando teorias	61
2.1 Metateoria: o “princípio da cafeteria” e as controvérsias	64
2.2 Conceito de crioulação e descrioulização	72
2.2.1 Pidgin e crioulo: definições	72
2.2.2 Define-se crioulo estruturalmente?	79
2.3 Seria, então, o PB, um semicrioulo?	87

CAPÍTULO 3

Definição sincrônica de crioulo	95
3.1 “Protótipo Crioulo”	96
3.2 “Línguas interrompidas” e a transmissão linguística irregular	104
3.3 Gramática: simples e complexa	110
3.4 Definição sincrônica de crioulo e o PB	112
3.5 Críticas às teorias de McWhorter	113

CONCLUSÃO

115

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

119

INTRODUÇÃO

PORTUGUÊS BRASILEIRO, UM CRIOULO DESCRIOULIZADO?

Há muito tempo, diferentes autores propõem diferentes explicações para a formação do português brasileiro, doravante (PB). Linguistas e filólogos, mas também historiadores, antropólogos e sociólogos, discutem qual língua falamos no Brasil e de que forma devemos nomeá-la. Este texto pretende mapear as pesquisas de alguns autores que trataram e tratam das hipóteses sobre a formação do português brasileiro desde o século XIX, como Adolpho Coelho e Serafim da Silva Neto, bem como autores mais contemporâneos, como Gregory Guy, Fernando Tarallo, Dante Lucchesi, Anthony Naro, Marta Scherre, Volker Noll, Mikael Parkvall, só para citar alguns. Nosso objetivo é identificar a estrutura de suas teorias sobre a formação do PB, os principais conceitos usados e suas definições e os argumentos usados para sustentar uma ou outra posição teórica.

Uma das principais perguntas a ser enfrentada por quem quer entender o que é o PB é: a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, a escravização indígena, a posterior chegada de um contingente enorme de escravos africanos e depois de imigrantes europeus e asiáticos nos permite afirmar que a forma de comunicação entre eles se deu de maneira a ensejar, em algum momento, a formação de uma língua crioula? Teria o PB passado por um processo de crioulização e posteriormente um processo (rápido) de descrioulização, tendo em vista que as características morfossintáticas do português brasileiro vernacular já não condizem com as de uma língua crioula?

Como podemos ver, por trás dessa pergunta há fatores históricos, sociais e demográficos, de um lado, e fatores linguístico-estruturais, de outro, e qualquer questionamento sobre a origem e formação do PB deve se situar no centro do embate entre essas duas ordens de fatores, procurando uma explicação para a origem do PB que os relacione de maneira elegante, empiricamente sustentável e heurísticamente relevante.

No debate em que os autores travam a respeito da origem e formação do PB, há várias possibilidades teóricas organizadas basicamente em dois polos, que chamaremos de “internalista” (deriva, não crioulo, etc.) e “externalista” (crioulo, influências externas, etc.). Vejamos na sequência como devemos entender esses termos.

Em linhas bem gerais, podemos definir o polo internalista a partir da ideia de “deriva linguística”, postulada pelo linguista americano Edward Sapir. Na década de 1920, Sapir chamou a atenção ao afirmar que as mudanças linguísticas de curto e longo prazo seguem certo(s) caminho(s) por serem condicionadas estruturalmente pelas línguas. Portanto, segundo Sapir, não há uma mudança caótica ou aleatória na língua, ela sempre mudará – de um modo a ser ainda melhor compreendido – conforme sua estrutura, ou, em outras palavras, somente segundo certas restrições estruturais¹. Seguindo a linha de raciocínio de Sapir, Naro e Scherre (2007), por exemplo, descartam a possibilidade de crioulização como um fator importante para a formação do PB e defendem a hipótese de mudança interna da língua acelerada por questões de ordem social e geográfica para explicar o PB. Essa teoria será mais bem apresentada e discutida mais à frente no texto, na seção 1.3.

Outro autor que partilha da ideia de mudança interna e que, desta forma, entra no grupo dos internalistas é Jean-Louis Rougé (2009)². Em seu texto, que também será detalhado mais à frente, Rougé compara o PDT (Português dos Tongas³) com o PVB (Português Vernacular Brasileiro)⁴ e chega à conclusão de que, para haver um crioulo, há a

¹ Salvo, obviamente, “eventos catastróficos”, como a invasão de um povo por outro.

² O artigo de Jean-Louis Rougé: *A inexistência de crioulo no Brasil* está publicado no livro: *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*, organizado por José Luiz Fiorin e Margarida Petter, 2009.

³ Tongas são os filhos de serviçais angolanos ou moçambicanos nascidos nas ilhas de São Tomé e Príncipe no final do século XIX, imigrantes da segunda geração de povoamento dessas ilhas que hoje têm cerca de 160 mil habitantes, aproximadamente 1000 km² e fica situada no Golfo da Guiné.

⁴ É preciso fazer aqui uma nota importante sobre os termos PB e PVB. No presente trabalho, usaremos esses termos de forma intercambiável, mas manteremos ora PVB ora PB a depender do que o autor discutido usou (por exemplo, Rougé (2009) usa PVB, então, ao falar sobre suas ideias, usaremos esse termo). Para nossos propósitos, tanto PB quanto PVB se referem ao português brasileiro falado por pessoas com pouca ou nenhuma instrução formal, que é diferente do português usado, por exemplo, nos meios de comunicação em massa, como a televisão e o rádio. Essa é, obviamente, uma simplificação enorme, pois o PB é extremamente variado ao longo do vasto território nacional (bem como nesse mesmo território diacronicamente); mas, devido ao nível de abstração com o qual lidamos neste trabalho (i.e., comparar teorias que lidam com a formação do PB e suas diferenças frente ao PE), tal simplificação é necessária, ainda que saibamos que se trata de uma idealização.

necessidade de haver uma *ruptura tipológica* e não apenas uma variação linguística.

Por sua vez, o polo externalista defende a ideia de que a mudança na língua parte de fora para dentro, a partir de influências externas; pensando em particular no PB, teríamos neste polo a hipótese de uma formação crioula para o PB ou de um crioulo de base na formação do PB, e supostamente teríamos a influência de línguas africanas na formação do PB. Autores como John Holm, Gregory Guy, Dante Lucchesi e Alan Baxter defendem essa teoria (ou versões dessa teoria, mas sempre mantendo a importância de fatores externos). De saída, lembramos que afirmar que o PB sofreu influência de línguas africanas não é o mesmo que afirmar que o PB é ou foi um crioulo – essas são questões intrincadas às quais voltaremos.

Nesta dissertação, começaremos nossa análise a partir da crítica que Tarallo (1986)⁵ faz à tese de Guy (1981). Aliás, a crítica feita por Tarallo se aplica a qualquer teoria que apele para algum tipo de descrioulização na formação do PB; além disso, como acabamos de ver, qualquer teoria que defenda a descrioulização é uma teoria externalista e apenas teorias externalistas apelarão para o processo de descrioulização (pois para que ocorra uma descrioulização é necessário, por definição, que tenha havido um crioulo).

Depois de vermos a crítica de Tarallo, passaremos a ver os argumentos de Rougé (2009) e sua definição de crioulo, para então analisar as propostas de Naro e Scherre (2007) e Lucchesi *et al.* (2009). É importante que o leitor não perca de vista que a apresentação dessas propostas é um caminho para apreciarmos a variedade de teorias que envolvem a origem e a formação do PB e as principais diferenças entre elas.

Mais à frente, no capítulo 2, veremos a base teórica da nossa discussão e o conceito da Navalha de Ockham que servirá como embasamento na análise das teorias aqui discutidas. Retomaremos, também, alguns conceitos-chave mobilizados pelas teorias que serão retomados e avaliados criticamente. Nesse capítulo, nosso objetivo será mostrar que as teorias sobre a formação do PB podem ser avaliadas em termos de seus compromissos teóricos e dos conceitos que empregam em suas formulações. Ainda nesse capítulo, mostraremos como alguns

⁵ O artigo de Fernando Tarallo: *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: Mudanças sintáticas aleatórias* (1986) está publicado no livro: *Português brasileiro uma viagem diacrônica*. Organizado por Ian Roberts e Mary A. Kato, (1996).

dos principais conceitos mobilizados pelas teorias aqui vistas são pouco precisos ou não são exclusivamente definidos em termos linguísticos.

No capítulo 3, como resposta ao que vimos no capítulo 2, apresentaremos a proposta de definição sincrônica de crioulo formulada por John McWhorter. Veremos uma perspectiva diferente e audaciosa de crioulo e de transmissão linguística irregular. Isso se dá porque, como apresentaremos a seguir, a maioria dos autores que trata do assunto defende uma definição diacrônica de crioulo, ou seja, que se dê através da sua sócio-história, e que, portanto, uma definição através de traços gramaticais, e somente através deles, está, em princípio, fora de cogitação, ou é, no mínimo, equivocada. Contudo, defenderemos que as ideias de McWhorter sobre crioulos e transmissão linguísticas irregular, ainda que problemáticas, podem ser aplicadas de modo profícuo à formação do PB.

CAPÍTULO 1

PORTUGUÊS BRASILEIRO E SUAS VÁRIAS FORMAÇÕES

Neste capítulo, discorreremos sobre o PB e as estruturas das teorias que tratam de sua formação. Na seção 1.1, encontraremos os apontamentos de Fernando Tarallo (1986), sobre a hipótese do processo de descrioulização proposto por Guy (1981). Na seção 1.2, veremos a comparação entre o PB e o PDT proposta por Rougé (2009), na qual o autor afirma que para uma língua ter o status de crioula ela precisa sofrer necessariamente uma ruptura tipológica com relação às línguas presentes em sua gênese. Na seção 1.3, apresentamos a proposta de Naro e Scherre (2007), que defende uma não-crioulização do PB, e, para tanto, vão buscar dados aqui e em Portugal, neste e em outros tempos, que sugerem apenas uma grande variação no PB, mas não uma ruptura estrutural com relação ao PE. Na seção 1.4, apresentaremos a proposta de Lucchesi *et al.* (2009), de acordo com a qual os autores apresentam dados que supostamente levam a emergência de uma nova variedade histórica da língua.

1.1 O rumo da descrioulização

Em um texto publicado de 1986, o linguista brasileiro Fernando Tarallo afirma que

[...] especial atenção será devotada à questão de determinar-se se a feição sintática do PB é uma consequência direta do latim (como o PE), ou se, contrariamente, é resultado do fato de que em nosso território nacional o PE foi misturado com línguas africanas nos anos de 1600. (TARALLO, 1986 apud I. ROBERTS e KATO, 1996, p.39).

Como mencionado na introdução, Tarallo opta, não explicitamente, por teorias internalistas para explicar o PB, apresenta fortes argumentos morfossintáticos a favor da ideia de que o PB **não** está se descrioulizando – mais especificamente, o texto de Tarallo tenta refutar a hipótese de Gregory Guy (1981a, 1981b), que argumenta a favor de uma suposta origem crioula para o PB com base em análises morfossintáticas e conclui, além disso, que o PB estaria sofrendo um

processo (rápido) de descrioulização. A tese de Guy se ancora num argumento externo “[...] a história social do Brasil é exatamente a que deveria ter sido para que ocorresse a formação de um crioulo” (p. 132), e em alguns argumentos internos, i.e., linguísticos, que para Tarallo, são mais sugestivos que conclusivos. Tarallo afirma que não há possibilidade de estar havendo um processo de descrioulização do PB, pois, segundo o autor, para a descrioulização acontecer, o PB teria que ir ao encontro da sua língua mãe, neste caso, o PE, e os resultados de suas pesquisas mostram que esse não é o caso: a mudança sintática do PB não vai em direção ao PE. Tarallo argumenta que a distância entre o PB e o PE só aumenta ao longo dos séculos, principalmente no que tange à sintaxe.

Primeiramente, Tarallo (1986) investiga fatos sintáticos do PB falado moderno, mais especificamente estratégias de relativização e pronominalização em PB na variante falada na área urbana de São Paulo, com base na Teoria Gerativa, usando o modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981, 1982). Tanto os resultados sincrônicos como os diacrônicos são comparados aos resultados encontrados por Sankoff e Brown (1976) para o Tok Pisin, e há uma grande semelhança entre eles. Porém, no caso do PB, Tarallo argumenta que essas semelhanças são fruto de uma reestruturação interna do sistema e teria levado em torno de 200 anos para acontecer, diferentemente do caso de uma língua crioula, na qual esses tipos de reestruturação se dão num tempo bem mais curto. Portanto, essas semelhanças encontradas entre certos aspectos sintáticos do PB e do Tok Pisin não são necessariamente fruto de um suposto crioulo que, segundo Guy (1981a, 1981b), estaria em processo de descrioulização (no caso do PB).

Na comparação sintática do PB com o PE, com base no trabalho de Galves (1983, 1984), Tarallo conclui que “Enquanto o PB favorece o preenchimento da posição do sujeito em detrimento da posição do objeto, o PE favorece a retenção dos clíticos (objetos diretos preenchidos à expensa dos sujeitos)” (p. 51). O autor afirma ainda que, quando o SN está na posição de sujeito, a sintaxe do PB se torna mais rígida ao passo que a sintaxe do PE é mais frouxa. Essa segunda bateria de dados serve para refutar a hipótese de descrioulização proposta por Guy, pois, mais uma vez, para a descrioulização do PB ser atestada, segundo Tarallo, a sintaxe do PB deveria estar indo ao encontro da sintaxe do PE, e não é isso que está acontecendo segundo suas análises.

Os passos de seu argumento são, como vimos, mostrar que (i) as semelhanças encontradas no processo de relativização e na retomada anafórica no sujeito e no objeto tanto no PB quanto no Tok Pisin,

segundo Tarallo, seriam frutos de uma reestruturação interna do sistema e não de um processo de criouliização; soma-se a isso o fato de que (ii) a sintaxe do PB e do PE se distanciam cada vez mais, inviabilizando o apela a um processo de descrioulização⁶. Uma possível crítica a esse contra-argumento de Tarallo poderia ter como alvo a ideia de que a descrioulização, no caso, envolve uma volta ao PE; tal crítica poderia dizer que a descrioulização não implica necessariamente na volta para o PE, mas a alguma outra norma que não a vernacular. A nosso ver, contudo, tornar tão frouxa a noção de descrioulização é uma manobra problemática, que, se não usada com cuidado (ou seja, se não definirmos clara e precisamente qual é a “direção” e o “alvo” da descrioulização), perde muito de seu valor explicativo. São nessas dificuldades que se encontrará a força do contra-argumento de Tarallo, pois, para derrubá-lo, a própria ideia de descrioulização entra em cheque e pode enfraquecer-se a ponto de perder seu valor heurístico.

Tarallo ainda faz menção a Adolpho Coelho e sua grande contribuição ao estudo do PB, e o defende citando alguns trechos de seus textos, escritos em 1880, 1882 e 1886, nos quais Adolpho Coelho afirma que o Brasil é sim um campo fértil e vasto para a alteração do PE, mas não necessariamente para a criouliização. O resultado do contato do PE com outras línguas e diferentes grupos étnicos pode ter levado à diferenciação dialetal, que não é o mesmo que a emergência de um crioulo – nem todo contato linguístico gera uma língua crioula. Ainda segundo Coelho, as línguas africanas de fato chamam a atenção na “linguagem peculiar dos cidadãos brasileiros, o dialeto brasileiro, se assim lhe quer chamar [...]” (COELHO, 1882, p.153 apud TARALLO, 1986. apud I. ROBERTS E KATO, 1996, p.59), o que, mais uma vez, não implica necessariamente a existência de um crioulo.

⁶ Tal processo é necessário para dar conta do fato de que o PB não é um crioulo prototípico, ou seja, ele não apresenta boa parte das características tidas como intrínsecas ou claramente pertencentes a uma língua crioula. Com a hipótese da descrioulização, é possível defender que o PB teve os traços prototípicos dos crioulos, mas os perdeu devido ao processo evocado, e, como não há registro escrito (ou muito pouco) do PB antes de descrioulização – aliás, a escrita seria um dos fatores responsáveis pela suposta descrioulização –, é possível também dar conta da ausência de evidências a serem atestadas. A argumentação de Tarallo mostra a não necessidade de uma criouliização para explicar certos fatos sintáticos e também a implausibilidade de uma descrioulização através de estratégia de mostrar que uma das previsões acarretadas por tal processo não se cumpre, i.e., o PB não se aproxima do PE, mas sim se distancia dele.

É importante notar, contudo que, com a queda do Império Português (1822), o Brasil continuou sob o domínio da tradição literária portuguesa. Em tese, na língua escrita, esse evento favorece a teoria de Guy, pois o PB permaneceria muito próximo ao PE no que tange a norma literatura e a língua mais normatizada⁷. No entanto, sua hipótese de descrioulização é referente ao PB falado, logo, a língua escrita e a literatura têm pouco ou nenhum peso na hipótese de Guy.

Tarallo cita novamente Coelho (1882), usando uma passagem na qual o autor afirma que as línguas são organismos que se desenvolvem e se transformam, e que a partir de 1600, os dois dialetos ou variedades do português tomaram rumos diferentes e separados. Ao que tudo indica, Coelho e Tarallo estão sugerindo uma deriva da língua, digamos, alterada por uma confluência de motivações como sugerem Naro e Scherre (2007).

Tarallo retoma a falta de estudos extensivos na área, invocado também por Coelho (1886), como mais um argumento contra uma possível descrioulização (e, indiretamente, a tudo o que ela acarreta). Coelho afirma que as semelhanças encontradas até então (1886) entre o PB e um crioulo legítimo são apenas lexicais e muito ainda precisaria ser feito para constatar maiores evidências. Apesar de Guy (1981) novamente levantar a questão e dizer que “está tudo resolvido”, que ele fez esse trabalho e que as evidências morfossintáticas o levaram ainda a constatar um suposto processo de descrioulização do PB, os trabalhos de Galves (1983, 1984)⁸ vão fornecer resultados, pelo menos no nível sintático, que colocam uma convergência dialetal fora de questão.

Como mencionado acima, Tarallo é contrário à hipótese de descrioulização de Guy, porque, segundo ele, (i) não houve um processo de criouliização, as mudanças sintáticas atestadas são resultados de uma mudança lenta, que levou pelo menos um século para acontecer e que podem ser observados nos dados históricos do português; (ii) para o PB descrioulizar-se em direção ao PE os sujeitos teriam que voltar e ser nulos outra vez, enquanto o objeto teria que começar a receber

⁷ Há, como sabemos, diversas vozes na literatura que defenderam desde cedo o “direito de escrever brasileiro”, como, por exemplo, José de Alencar (cf. *O Nosso Cancioneiro*. Obra completa, 1960, pp. 965-966 apud ILARI e BASSO, 2006, pp. 216-217). Porém, ainda assim, acreditamos que é possível argumentar que a linguagem desses textos é muito mais próxima do PE do que do PB (falado), apesar de não termos procedido a tal investigação.

⁸ Os dois trabalhos são: “Algumas diferenças entre o Português de Portugal e o Português do Brasil e a teoria de regência e vinculação” (1983). E “Pronomes e categorias vazias em português do Brasil.” (1984).

pronomes clíticos novamente – exatamente o que contrário do que vemos hoje para o PB, no qual os sujeitos tendem a ser preenchidos e os objetos apagados, elididos ou não pronunciados; (iii) quanto à questão fonológica, do ponto de vista do autor, seria mais difícil haver algum tipo de “reversão” (i.e., o PB passar a ser como é o PE no nível sonoro). Os argumentos sintáticos seriam uma prova cabal de que as diferenças entre o PE e o PB são tão profundas que seria impossível uma convergência dialetal. Quanto às semelhanças com o Tok Pisin, elas são advindas de processos diferentes, enquanto com o PB teria sido um processo de mudança aleatória a partir da deriva interna da língua ao longo dos anos, uma língua crioula como o Tok Pisin seria fruto de um processo emergencial. Tarallo conclui dizendo que a presença contínua e duradoura da literatura portuguesa no Brasil e a rigidez da língua escrita padrão mantêm a proximidade das duas línguas, contudo, os dialetos tomaram rumos diferentes e questiona se ainda há necessidade de discutir a questão da crioulação dada as circunstâncias.

Cremos que sim, pois, como o próprio Tarallo afirma, a questão da formação do PB não é assim tão clara e transparente como imagina Guy. Por várias vezes o autor mencionou a possibilidade da formação de uma variedade brasileira por contatos linguísticos sem a formação de um crioulo, assim como defendeu Coelho (1886). Portanto, temos de fato que considerar o contato linguístico entre as diversas etnias no processo de colonização do Brasil, mas sem, no entanto, considerar necessariamente que esse contato tenha levado a um processo de *pidginização* ou até mesmo crioulação (ou, se houveram tais processos, se eles impactaram de algum modo o PB). Podemos voltar à citação de Coelho (1886) que o próprio Tarallo faz:

[...] as línguas africanas ainda chamam a atenção e não se diga por baixo, se por cima de tudo isso, aparece a linguagem peculiar dos cidadãos brasileiros, o dialeto brasileiro, se assim lhe quer chamar, o português alterado no Brasil pela ação de causas tão complicadas como são a mistura étnica, o contato com línguas diversas que persistem ou desaparecem [como é o caso com os dialetos do elemento negro da população]... (COELHO, 1886, p.160 apud TARALLO, 1986).

Ressaltamos que os argumentos de Tarallo apontam para a impossibilidade de uma origem crioula – ou pelo menos complicam demais essa hipótese – ao desmontar a ideia de descuioulação (e com

ela a de criouliização), e que, portanto é necessário procurar outra alternativa de teoria.

Há necessidade de pesquisar a fundo a história linguística e social do Brasil, sempre considerando os contatos linguísticos e principalmente os pormenores que algumas vez são deixados de lado por alguns autores em detrimento de suas hipóteses e teorias.

1.2 Um português que, assim como o PB, vive em crise de identidade, o PDT; teriam eles algo em comum?

Jean-Louis Rougé (2009) encontrou uma forma de responder a essa pergunta comparando o português vernacular brasileiro (ou PVB) ao português dos tongas (ou PDT). O autor faz o seguinte questionamento: “porque situações aparentemente semelhantes nem sempre produziram a criouliização (i.e., a ruptura tipológica)?” (p.63). Ou seja, Rougé questiona as razões de situações semelhantes algumas vezes levarem à formação de uma língua crioula, mas não em outras vezes. O autor não oferece exatamente uma definição, mas sim uma caracterização mais precisa do que seria uma língua crioula – deve haver o que o autor chama de ruptura tipológica. Seria o caso do PVB? Vale ressaltar que Rougé considera a ruptura tipológica como essencial para a gênese de um crioulo, pois apenas a variação com relação à(s) língua(s) de base não caracterizaria.

Vamos tentar definir ruptura tipológica segundo Rougé (2009). Em linhas bem gerais, ruptura tipológica seria a formação de uma nova língua, e não apenas uma variação em algum aspecto gramatical, como a concordância nominal, verbal ou de gênero, por exemplo. No caso do PDT analisado pelo autor, há uma **redução** de concordância de gênero e não a extinção. Por sua vez, no caso dos crioulos de São Tomé e Príncipe, o forro e o angolar, a própria noção de gênero desaparece, uma das características marcantes de uma língua crioula – nesse caso, não se trata de variação em uma categoria gramatical, mas sim de uma outra gramática⁹. Esse desaparecimento por completo da categoria gramatical

⁹ Atualmente, é consenso que toda mudança resulta de variação, mas nem toda variação se transforma numa mudança. Esse, porém, é o quadro “bem-comportado” de mudanças históricas que não envolvem rupturas nem eventos drásticos (invasões por outros povos, por exemplo), o que não é o caso com os crioulos. Como veremos mais adiante, a oposição entre mudanças históricas “normais”, “padrão”, etc. está em franca oposição às mudanças abruptas e essa

de gênero, portanto, caracteriza a ruptura tipológica dos crioulos de São Tomé e Príncipe com suas línguas de substrato e lexicificadoras. Vale notar ainda que o conceito de língua crioula aqui é muito mais estrutural do que social, ou seja, importa sobremaneira a noção de ruptura tipológica, sem a qual não há um crioulo. Obviamente, precisamos da história social do território em que há uma suposta língua crioula, justamente para avaliar se na língua lá falada houve uma ruptura tipológica, mas, na visão de Rougé, é essa ruptura, em última instância, o que decidirá sobre a existência ou não de um crioulo. Por fim, notamos também que essa definição mais estrutural tem desdobramentos teóricos diferentes daqueles apresentados por uma definição mais social de crioulo; é possível, em princípio, ser o caso que a língua X seja um crioulo segundo uma definição e não segundo a outra, e vice-versa, e assim é importante decidir sobre uma definição precisa e coerente de crioulo – tema dos capítulos 2 e 3.

Partindo do conceito de ruptura tipológica, o PVB foi/é uma língua crioula? Para responder a essa indagação, Rougé compara o PVB ao PDT, pois os dois possuem histórias externas muito parecidas, por exemplo, com os crioulos de São Tomé e Príncipe.

Vamos à história do povoamento da ilha de São Tomé. O primeiro povoamento da ilha foi no início do século XVI por escravos levados por colonizadores portugueses, e desse povoamento nascem duas línguas crioulas, o forro e o angolar. O crioulo angolar era falado pelos pescadores do sul da ilha, descendentes dos escravos aquilombados que fugiram das revoltas em meados dos séculos XVI. Até então, a colonização de São Tomé se aproxima bastante da colonização do Brasil, dadas as devidas proporções e a presença de indígenas no Brasil e a ausência deles na ilha. Todavia, a ilha de São Tomé passa por um segundo processo de povoamento a partir da segunda metade do século XIX – é quando nasce o PDT, a língua falada pelos filhos dos serviçais moçambicanos ou angolanos, os tongas. Com a introdução do cacau e do café na agricultura da ilha de São Tomé e a grande evasão dos antigos escravos, os colonizadores começaram a recrutar novos trabalhadores para a agricultura, porém, agora, com um contrato que era assinado pelos trabalhadores, na sua maioria provenientes de Gana, Camarões e Libéria, e que os obrigavam a voltar ao continente. Esse fato ocorreu até a independência recente do país, em 1975. Segundo Rougé (2009), em números, a situação populacional da

diferença na natureza das mudanças linguísticas pode ser uma chave interessante para entender as línguas crioulas.

ilha de São Tomé entre 1844 e 1909, “passa de 12.753 pessoas para 64.221, entre as quais 31.553 pessoas estão registradas como “contratadas” e 6.987 como *tonga*.” (p. 64). Os tongas, como mencionado acima, são os filhos dos imigrantes dessa segunda geração que permaneceram na ilha de São Tomé. Rougé destaca ainda que as roças funcionavam no mesmo modelo de casa grande e senzala do Brasil e que duas variedades de PDT eram e ainda são faladas por eles (os tongas):

[...] de um lado um conjunto de variedades de português não padrão originadas da aprendizagem e da transmissão informais desta língua e, de outro, as variedades de línguas do grupo bantu, sobretudo o quimbundo, o umbundo e línguas de Moçambique. (p. 65).

O que entra na análise de Rougé é o conjunto de variedades de português não padrão faladas pelos tongas.

Analisada a fonética, a morfossintaxe e o léxico do PDT, Rougé constatou algumas semelhanças com as línguas crioulas e certas semelhanças com o PVB, mais especificamente com o português falado em comunidades isoladas, como a comunidade de Helvécia, na Bahia, estudada, entre muitos outros, por Heliana de Mello (1996 apud ROUGÉ, 2009) como sendo uma comunidade afro-brasileira relativamente isolada da sociedade principal. Tanto o PDT quanto o PVB falado em Helvécia têm traços de concordância variável, uma única forma verbal para todas as pessoas em alguns tempos verbais, entre outras variações morfossintáticas e fonéticas, que, segundo Mello (1996), não são traços do português, e os quais Holm (1992) classifica como sendo resultado de descrioulização do PVB; como exemplos, podemos citar: a alternância fonética entre /b/ - /v/, a ausência de artigo em certas sequências, o uso de *io* como pronome sujeito de primeira pessoa do singular, a falta de concordância entre substantivo + adjetivo, entre outras variações encontradas no falar de Helvécia desde o trabalho de Ferreira (1985).

Apesar dessas características em comum, Rougé afirma que o PDT não é um crioulo por certas características:

- (i) não possui uma ruptura tipológica com o português;
- (ii) não pode ser analisado sem uma referência constante ao português normatizado;

- (iii) a ruptura tipológica na concordância de gênero, por exemplo, não acontece, o que acontece é uma redução. Para caracterizar a ruptura tipológica, a própria noção de gênero teria que desaparecer;
- (iv) nos verbos há uma redução da flexão de pessoa, e não o desaparecimento.

Rougé também descarta a possibilidade de ter havido um processo de descrioulização no PDT, como afirma Holm (1992 apud NARO e SCHERRE, 2007) para o caso do PVB, pois os trabalhadores que participaram do “segundo processo de povoamento” que aconteceu no final do século XIX e início do século XX foram distribuídos de tal maneira que não tiveram contato com os crioulos falados na ilha de São Tomé. Rougé (2009) afirma o seguinte,

Com efeito, a ausência de ruptura tipológica constatada no PDT é válida também – e talvez mais válida ainda – para as diversas variedades do PVB. Além disso, se o PDT se formou sem a presença anterior de um crioulo, não vemos nenhuma razão para considerar que as variedades do PVB – muito semelhantes ao PDT – se originaram de um fenômeno de descrioulização. (p. 70).

Portanto, além de não ter havido o contato direto entre os falantes do PDT e os falantes dos crioulos da ilha de São Tomé, não houve também o que Rougé denomina de ruptura tipológica. Ele chama atenção para o fato de esse fenômeno não ter acontecido com o PVB também, logo, descarta a possibilidade de descrioulização defendida por alguns autores, como Guy citado acima.

Por que houve a emergência de um crioulo no século XVI na ilha de São Tomé e nos séculos XIX e XX houve uma variedade do português não padrão? Seria o que alguns autores chamam de semicrioulização? Não foram duas situações de povoamento semelhantes? Rougé afirma que no século XVI houve a formação de um novo sistema linguístico a partir do léxico do português e influência de diferentes línguas africanas na ilha de São Tomé. E, no caso do PDT, o autor afirma que houve uma aprendizagem errática e incompleta do

português por parte dos trabalhadores que foram para a ilha¹⁰. Diferente da formação dos crioulos, em que os são-tomenses foram expostos a, talvez, um português já fragmentado dos colonos, com um léxico limitado e nomes e verbos não flexionados, e a forma como foram organizados nas *roças*, quase não havia contato com os senhores, foi também peculiar à primeira onda de imigrantes escravos. Rougé afirma que “Tais diferenças de “estratégias” são explicadas, em parte, por uma desigualdade de exposição à língua nas duas posições, desigualdade quantitativa ou qualitativa.” (p.70). O autor ainda levanta a hipótese de que os colonos portugueses que chegaram à ilha falavam uma língua franca portuguesa usada pelos marinheiros ou que talvez os africanos tivessem desenvolvido uma espécie de *pidgin* para a comunicação com os portugueses, mas são apenas hipóteses, já que não se tem provas da existência dessas línguas e estratégias de comunicação. Digamos que a insuficiência da exposição à língua portuguesa “padrão” é apenas uma pequena parte do que poderia ter influenciado na formação dos crioulos de São Tomé. Por sua vez, o PDT teria se formado a partir de, digamos, um contato mais direto e intenso com os colonos portugueses que estavam presentes nas plantações. Os serviçais transmitiam o português que aprendiam aos seus filhos, os tongas, que não tinham acesso à escolarização. Os tongas, então, educavam seus filhos nessa língua emergente que já não era mais o português dos colonos, porém uma língua que nunca apresentou uma ruptura tipológica com a língua deles. Rougé (2009) conclui o seguinte,

Essas semelhanças levam-nos a postular que a exposição à língua portuguesa assim como sua transmissão se desenrolaram em proporções, condições e segundo modos comparáveis aos observados para os primeiros ancestrais de falantes das variedades do PVB e nas comunidades isoladas e para os tongas e seus pais, transportados para São Tomé. (ROUGÉ, 2009, p. 72).

Apesar de sua argumentação depender em grande parte de características externas, Rougé considera a ruptura tipológica como o traço que caracteriza a formação de uma língua crioula. Partindo desse

¹⁰ Trata-se, provavelmente, de algum tipo de transmissão linguística irregular, um conceito muito usado e muito diferentemente definido pelos vários autores. Voltaremos a esse termo nos capítulos 2 e 3.

pressuposto, o autor afirma que PVB não apresenta tal ruptura tipológica, apenas desenvolveu competências desviantes do PE diante do cenário de colonização do Brasil pelos portugueses.

Nunca é demais ressaltar: Rougé tem uma definição bastante precisa de língua crioula, que envolve ruptura tipológica. Assim sendo, redução de paradigmas morfológicos ou mesmo sua reorganização não resultam em crioulos segundo a concepção do autor. Rougé (2009) não chega a ser explícito neste ponto, mas para que haja uma ruptura tipológica, uma reestruturação ou mesmo a construção de um sistema gramatical próprio, parece ser o caso que primeiramente as populações usam um *pidgin* que posteriormente se torna um crioulo – e aqui há a ruptura tipológica – justamente porque as crianças que adquirem esse *pidgin* como primeira língua o dotam de uma gramática própria e com traços específicos. O problema, ou pelo menos um deles, é que nem todos estão de acordo com essa definição de crioulo, o que torna qualquer debate que envolve essa noção bastante complexo, pois, para além das complexidades inerentes ao tema, muitas vezes os debatedores não falam exatamente da “mesma coisa”.

1.3 Por que não houve um crioulo no Brasil? Ou será que houve?

No Brasil, não há evidências de ruptura linguística, no sentido de que, no processo de aquisição do português como primeira ou segunda língua, novas estruturas foram criadas a partir de línguas de outros povos ou surgiram de algum processo de simplificação de estruturas. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 114).

Naro e Scherre (2007) buscam as origens do português brasileiro, com a convicção de que o PB, mais exatamente o português falado pelos desprovidos de estudos e/ou que vivem em áreas rurais e periferias, também conhecido como português popular brasileiro ou português vernacular brasileiro, não foi alterado ou influenciado pelos indígenas que aqui estavam no momento da colonização pelos portugueses, ou pelos africanos por eles traficados, pelo menos não em seu nível morfofossintático e fonológico. Argumentam que as alterações no PB em relação ao PE já estavam presentes na língua dos colonizadores, que, por seu turno, vieram de várias partes de Portugal. Ou seja, a língua que deu origem ao PB não era o português falado pela elite de Portugal e

tampouco o português que hoje é falado lá, era um português popular e variado que lá e cá se modificou de forma e tempos diferentes. Aqui, talvez, sua mudança (ou deriva) tenha sido acelerada pelo que Naro e Scherre chamam de *confluência de motivos*.

Nessa perspectiva, o PB é o resultado da atuação de diversas forças de diferentes origens, e não apenas o PE modificado por influências africanas, como afirmam alguns autores, como Guy (1989 apud NARO e SCHERRE, 2007), por exemplo. Naro e Scherre (2007) procuram identificar o que caracteriza o PB como tal e confrontar essas características com características do português clássico, com diversas línguas românicas e com a língua mãe, o latim, guiados, mais ou menos diretamente, pela deriva linguística de Sapir (1949).

O que se tem registro no Brasil é o uso da língua geral, ou nos termos de Serafim da Silva Neto (1986a apud NARO e SCHERRE 2007, p. 28), “um *pidgin* ou coiné simplificado de origem tupi”, que teria existido desde o início da colonização até o século XVIII, quando a língua portuguesa começa então a se espalhar entre a população brasileira. Rodrigues (1996 apud NARO e SCHERRE, 2007) afirma que houve no Brasil, atestado através de documentação, a língua geral paulista e a língua geral amazônica, em momentos diferentes, usadas para estabelecer o contato linguístico entre os europeus, indígenas e até mesmo com os africanos que, ao que tudo indica, também aprenderam, em determinados momentos da história do Brasil, pelo menos uma das línguas gerais. Portanto, a falta de documentação que comprove a existência de uma língua crioula ou qualquer menção feita a ela, e a existência de uma língua geral (ou mais de uma), fazem com que Naro e Scherre (2007) descartem a hipótese de crioulação ou semicrioulação, pois a língua geral teria dado conta de estabelecer contato entre indígenas, africanos e portugueses, dadas suas diferenças de aprendizado da língua.

Guy (1989 apud NARO e SCHERRE, 2007) atribui a variação de concordância nominal e verbal à influência de *pidgins* e crioulos. Por sua vez, Naro e Scherre (2007) alertam para a existência desse tipo de variação já no latim, e assim a variação no PB seria apenas uma consequência de uma deriva pré-românica – não seria uma inovação a partir do zero (ou exclusiva) do PB. Os autores também usam como argumento a distribuição geográfica do seguinte modo: se a origem do PB sofresse influência africana, seria sensato pensar que, onde houvesse mais contingentes de escravos africanos, maior seria a variação, porém o que se atesta como precursores de uma maior variação do PB são os graus de escolarização e/ou o contraste rural vs. urbano,

independentemente da presença de antecedentes escravos ou não na região¹¹.

Mesmo com a relutância da maioria dos pesquisadores europeus em aceitar uma suposta variação no PE, Naro e Scherre (2007), de forma diacrônica, comparam o PB moderno com textos medievais do PE com o intuito de provar que a concordância variável existente no português popular do Brasil já existia muito antes lá do que cá. Comparação feita, os autores argumentam que [-] saliência fônica contribui para a não marcação do plural de forma explícita (como no contraste entre *dava* – *davAM*, que tem menos saliência fônica e desaparece mais facilmente, e *é* – *são*, que tem mais saliência fônica e é mais resistente a alterações). Portanto, quando a diferença entre singular e plural for menor, menos será marcado o plural de forma explícita tanto nos textos medievais quanto nos dados do português moderno do Brasil. Outra variável comparada pelos autores foi o traço [\pm] humano do sujeito: tanto nos textos medievais quanto no português moderno do Brasil, os sujeitos humanos plurais são mais prováveis de provocar marca de concordância plural explícita do que sujeitos não humanos. Quanto à posição e à distância do sujeito em relação ao verbo, novamente comparando os textos medievais com os dados do português moderno do Brasil, à medida que o sujeito fica mais distante do verbo ou a ele se pospõe, há menos uso de formas com concordância. No entanto, como os próprios autores ressaltam, “o efeito categoria posposta não é tão forte nos textos antigos quanto na língua falada moderna, um efeito já observado por Mattos e Silva (1991, p. 71) para outro tipo de construção.” (p. 62).

As diferenças são uma questão de grau, não de tipo. O quadro diacrônico geral é a preservação do efeito hierárquico dos fatores condicionantes, acompanhado no Brasil de um aumento do nível da média global de uso da variante não explicitamente marcada no verbo, em contexto de sujeito plural. Nenhuma reestruturação radical, ou

¹¹ É importante qualificar essa consideração sobre a independência entre graus de escolarização e presença africana. Dada a cruel herança da escravidão no Brasil, a população descendente de escravos ficou (e ainda fica) mais distante do acesso à educação, e por conta disso é possível, em alguma medida, equalizar as populações africanas e a maior variação do português falado (com relação ao PE), mas isso não significa necessariamente que a maior variação se por conta da presença de descendentes de escravos – esse só o caso, como dissemos, devido às dinâmicas escravocratas do Brasil.

mesmo leve, ocorreu no Brasil, uma vez que as estruturas usadas não mudaram, a mudança foi basicamente na frequência global de uso dos tipos disponíveis. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 65).

Portanto, como afirmam os autores na citação acima, o PB não teve nenhuma reestruturação radical, o que ocorre no Brasil em relação a Portugal é uma diferença na frequência global de uso de certos tipos de construção, dadas as confluências de motivos, mas não há, segundo os autores, a gênese de nenhum dos fenômenos tipicamente taxados de crioulos no PB. Ou seja, todas as variações encontradas no PB e dadas por muitos autores como frutos de uma semicrioulização, crioulização, ou crioulização leve (SILVA NETO, 1986; CAMARA JR., 1975; JEROSLOW, 1975; GUY, 1989; HOLM, 1992; FERREIRA, 1994; BAXTER e LUCCHESI, 1997; BAXTER, 1998; MELO, 1997 apud NARO e SCHERRE, 2007, p. 84), apenas têm um uso mais frequente no PB, efeito de vários fatores da sua história externa, mas fundamentalmente não foram criadas aqui.

De forma sincrônica, Naro e Scherre (2007), ainda para refutar a hipótese de uma gênese crioula, também comparam dados do PB com dados do PE das últimas décadas. Segundo Ferreira (1994) e Baxter e Lucchesi (1997 apud NARO e SCHERRE, 2007), as comunidades de Helvécia e Rio de Contas, ambas localizadas no estado da Bahia, apresentam traços crioulizantes em suas falas. Todavia, Naro e Scherre (2007) comparam tais traços – mais especificamente (i) 1º pessoa com forma verbal de 3º pessoa, (ii) concordância de gênero e (iii) supressão de preposição –, com o PE não padrão, usando dados coletados por diversos autores, como Alves (1993), Cruz (1991), Ratinho (1959) e Marques (1968) (apud NARO e SCHERRE, 2007, p. 74-75) e chegam à conclusão de que há variação nesses três traços e em muitos outros a variação acontece tanto em Portugal quanto no Brasil, e que, portanto, não devemos atribuí-los a uma suposta crioulização do PB. “Reenfatizamos que, no caso do Brasil, os traços e todas as estruturas do atual estágio do processo histórico de evolução estavam presentes desde o início.” (NARO e SCHERRE, 2007, p. 84; *grifos nossos*).

Como um próximo passo para atestar que há no PE as mesmas variações existentes no PB, Naro e Scherre (2007) pesquisaram 12 obras da dialetologia portuguesa europeia que cobrem todo o território lusitano (PEIXOTO, 1968, p. 133; SILVA PEREIRA, 1951, p. 153; MOURA, 1960, p. 147; ALVES, 1993, p. 190; MARQUES, 1968, p. 57; MIRA, 1954, p. 114; CRUZ, 1991, p. 170; apud NARO e SCHERRE,

2007, p. 91). Quanto à concordância verbal, mais especificamente a neutralização entre 1ª e 3ª pessoas do singular, ela é encontrada em sete dos 12 trabalhos analisados, tanto no centro e norte quanto no sudeste de Portugal. Naro e Scherre alertam para o fato de que “Os paradigmas verbais da língua portuguesa codificada pelas gramáticas tradicionais – normativas ou não – estão repletos de neutralizações entre 1^{as} e 3^{as} pessoas do singular, não interpretadas como falta de concordância.” (p. 93). Exemplos de neutralizações entre 1ª e 3ª pessoa do singular encontradas no PE e que também existem no PB: *eu foi; eu pôs; eu esteve, eu fez*; vejamos também alguns exemplos de neutralizações que não são interpretadas como falta de concordância pela gramática tradicional: *eu/ele fazia; eu/ele ia; eu/ele lembrara; eu/ele tomara; que eu/ele lembre*. Como podemos observar, a neutralização é um fenômeno que faz parte da estrutura geral do português, inclusive da sua variedade padrão (literária). Todavia, as neutralizações encontradas no PE e que também existem no PB, são tidas como argumentos de criouliização no caso do PB por alguns autores (c.f. FERREIRA, 1994: 29-30; BAXTER e LUCCHESI, 1997, p. 77 apud NARO e SCHERRE 2007).

Assim como no PB, os dados do PE moderno analisados também apresentam, com frequência, a variante zero de plural na marcação da concordância quando o sujeito está à direita do verbo e uma ocorrência menor da variante zero quando o sujeito está à esquerda do verbo. Em relação à concordância nominal, a variação não é tão extensa quanto à concordância verbal. O que desfavorece a variante explícita de plural nos dados do PE são os mesmos fatores que a desfavorecem no PB: “elemento nominal não nuclear à direita do núcleo do sintagma nominal, oposição singular/plural menos saliente, grau diminutivo e marca precedente zero de plural.” (NARO e SCHERRE, p. 104).

Até aqui, todas as variações citadas como consequência de uma suposta criouliização do PB por alguns dos autores mencionados acima também foram encontradas no português no PE, porém com uma frequência de uso bem menor no PE, o que já era de se esperar: uma frequência maior em terras tupiniquins devido a sua condição sócio-histórica.

Também não duvidamos da provável existência durante o processo de aquisição do português por adultos de efeitos diretos de interferência de primeiras línguas em indivíduos ou até comunidades relativamente isoladas de mesma origem. Entretanto, não se evidenciam atualmente

efeitos em longo prazo de tais interferências visivelmente diferentes das estruturas vindas de Portugal. Se houve qualquer efeito de interferência estrutural, tal efeito foi passageiro ou não produziu resultado diferente do input europeu. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 118-119 *grifos nossos*).

Segundo Naro e Scherre, Holm (1992 apud NARO e SCHERRE, 2007) atribui certas características fonológicas do PB ao contato linguístico com línguas africanas. Para provar ao contrário, os autores seguem com o garimpo para encontrar em terras lusitanas tais características fonológicas. Novamente, foram analisadas obras de 12 autores lusitanos que juntas recobrem os quatro cantos de Portugal. Holm (1992) atribui a estrutura silábica CV do PB e a alternância entre as líquidas [l] e [r], apesar de reconhecer que a alternâncias entre as líquidas [l] e [r] faça parte de uma tendência histórica, a uma suposta criouliização já que as regras fonotáticas de muitas línguas de substrato africano assim o são. No entanto, Naro e Scherre (2007) atestam que esses traços podem muito bem ser advindos da fala popular de Portugal. Os traços analisados são:

- (i) *queda de consoantes líquida em grupos consonantais como: **nego/negro**;*
- (ii) *assimilação de /d/ em /-nd/ como: **voano/voando** e de /b/ em /-mb/ como: **tamém/também**;*
- (iii) *queda de consoante em coda silábica como: **sina/sinal**;*
- (iv) *inserções vocálicas em coda silábica como: **meli/mel** e em grupos consonantais como: **felor/flor**;*
- (v) *quedas de vogais iniciais como: **magina/imagina**;*
- (vi) *alternância entre [l] e [r] em posição pré-vocálica como **lato/rato**;*
- (vii) *alternância entre [l] e [r] em grupos consonantais como: **escravo/escravo**;*
- (viii) *alternância entre [l] e [r] em coda silábica como: **almazaim/armazém**;*
- (ix) *alternância entre [r] e [l] em grupos consonantais como: **nebrina/neblina**;*
- (x) *alternância entre [r] e [l] em coda silábica como: **surtão/sultão**.*

Como mencionado acima, a maioria dos traços estão presentes em variadas não-standards do português de Portugal.

Outro quesito crucial para compreender algumas variações que acontecem no PB, conforme as entendem Naro e Scherre (2007), é entender o conceito de transmissão linguística irregular (TLI). Para Lucchesi (2009a), a transmissão linguística irregular é um dos fatores responsáveis por certas variações existentes no PB. O processo de transmissão linguística regular ocorre entre crianças a partir da fase de socialização, ou seja, quando elas começam a ter contato, além de seus pais, com outras crianças da mesma faixa etária e consequentemente a um *input* ordenado. Caso uma população adulta entre em contato e adquira uma segunda língua em situações adversas, a transmissão linguística não será de forma regular. Para os autores que defendem a criouliização do PB, foi mais ou menos o que aconteceu com os africanos e outras etnias que porventura foram trazidas ao Brasil, passada a fase em que aprenderam suas línguas naturais, o que a psicolinguística nomeia de *período crítico*, tiveram que aprender outras línguas em condições muito pouco favoráveis, em meio a uma confluência de línguas e consequentemente a um suposto *input* desordenado; posteriormente, socializaram o que já seria um *pidgin* e o “nativizaram”, a partir do nascimento de crianças nessas comunidades que, por sua vez, possibilitaram o surgimento do que esses autores defendem ser uma língua crioula ou semicrioula. Tal cenário, para Naro e Scherre (2007), seria muito pouco provável por conta da existência das línguas gerais. Os autores ainda afirmam que

[...] a transmissão linguística irregular, em si, não é determinante para a evolução linguística – o que determina o grau de reestruturação da língua transmitida é a configuração de fatores sociais, extralinguísticos, **ESPECIALMENTE A ATUAÇÃO DE UMA NORMA**, no sentido delimitado acima, e a premência da comunicação, agindo em sentidos contrários. (p. 139).

Ou seja, para os autores, nem toda transmissão linguística irregular faz gerar uma nova língua, há também a atuação de fatores extralinguísticos e principalmente de uma norma que faça com que o falante “ajuste” sua fala a ela ou não. A inexistência de uma norma faz com que o falante adquira a língua sem nenhuma intenção além de se fazer entender e ser entendido, o contrário do que acontece no ensino

formal, no qual qualquer variação é logo “podada” a favor da norma padrão em vigor. Para Naro e Scherre, o próprio termo “transmissão linguística irregular” é de clara conotação negativa, isto é, se é irregular está errada. E não é exatamente assim que os autores veem este processo. Como mencionado acima, através de pesquisas de vários autores lusitanos, as variações encontradas no PB e tidas como características crioulas por alguns autores, já estavam presentes no PE – seja atualmente em algumas variedades regionais, seja diacronicamente –, portanto, a língua portuguesa que chega até o Brasil no momento da colonização não é exatamente a língua padrão de Portugal e é tampouco advinda apenas de uma parte de Portugal, ou seja, o que chega ao Brasil já é uma(s) língua(s) diversificada(s) quanto à sua origem. Sendo assim, o que aconteceu na gênese do PB foi uma “nativização” por parte dos africanos, indígenas e outras etnias que porventura estavam presentes, do português falado pelos colonizadores portugueses. Deste modo, passaram a falar e transferir, sem nenhuma ruptura tipológica – e é importante ressaltar esse fato –, a língua que lhes foi transmitida. Pois, para Naro e Scherre (2007), nomear algo como transmissão linguística irregular seria corroborar com um suposto processo de criouliização da língua, ao passo que o termo nativização, substituindo o termo transmissão linguística irregular, representa o fato de não ter tido uma ruptura estrutural, o que houve foi apenas a transferência de uma língua já em variação como segunda e posteriormente primeira língua dos falantes que a adquiriram.

Em suma, Naro e Scherre (2007) criam o termo nativização, que não pressupõe um *pidgin* e nem supõe um crioulo, porque não concordam com o uso do termo “transmissão linguística irregular” pelos crioulistas¹².

Ainda sobre a TLI, para Naro e Scherre (2007), talvez seja o caso não marcado durante a história humana nos processos de conquistas significativas entre os povos, e a transmissão linguística **regular** aconteça apenas em lugarejos isolados situados no topo de uma montanha enorme (p. 140). Isto é, durante os processos de conquistas entre os povos no decorrer dos séculos passados, possivelmente sempre houve um processo de transmissão linguística **irregular**, tendo em vista que nesses casos o contato se dá entre adultos, e nem por isso há a emergência de um crioulo toda a vez que isso acontece, senão, quase

¹² Talvez seja mais correto dizer que Naro e Scherre (2007) não concordam que houve no Brasil uma transmissão linguística irregular capaz de gerar uma nova língua ou novas estruturas linguísticas.

todas as línguas do mundo, hoje, seriam ou já foram um crioulo, pois, raramente, a transmissão linguística regular acontece. Ironicamente, somente no topo de uma montanha enorme ela poderia vir a acontecer. Como afirmam Parkval e López (2003): “Não estamos dizendo que as tendências simplificadoras não se expliquem pelo contato linguístico, mas contato linguístico não equivale a criouliização; se fosse o caso teríamos que definir todas as línguas do mundo como crioulos ou semicrioulos” (p. 22)¹³. Falaremos especificamente de semicrioulo mais à frente.

Em síntese, Naro e Scherre (2007) apontam os seguintes argumentos para não ter havido uma língua crioula no Brasil:

- (i) há evidências de que os colonizadores portugueses já utilizavam a “língua de preto” para o contato com futuras etnias a serem colonizadas;
- (ii) os colonizadores portugueses não falavam o português da elite da época, mas sim diferentes variedades do português;
- (iii) a origem dos colonizadores não era concentrada. Os colonizadores eram de várias partes de Portugal;
- (iv) de forma diacrônica, comprovou-se que as variações do PB tidas como fruto de um processo de criouliização, principalmente a falta de concordância verbal e nominal, também existiam nos documentos medievais de portugueses;
- (v) de forma sincrônica, comprovou-se que as variações existentes no PB e no PE são qualitativamente iguais;
- (vi) a transmissão linguística irregular ou a nativização não pressupõem reestruturação tipológica, apenas espriamento de estrutura e variações, e não sua criação.

A definição da história do PB, contudo, está longe de estar acabada. Portanto, analisaremos outro ponto de vista da história.

1.4 Uma nova variedade histórica da língua

Vamos agora explorar o lado da história, aquele que defende uma criouliização/semicriouliização, criouliização prévia através da transmissão linguística irregular do tipo leve e até mesmo uma descriouliização do PB. É importante notar, novamente, que a

¹³ Assumir tal posição – i.e., dizer que todas as línguas do mundo são ou foram crioulas – não é, em princípio, algo impensável, mas certamente esvazia o valor heurístico do conceito de “crioulo”.

apresentação dessa versão recente de uma proposta externalista é feita com o objetivo de contrastá-la com as abordagens do polo internalista, representado por Rougé (2009) e Naro e Scherre (2007), entre outros. Lucchesi (2009b, p. 28) afirma o seguinte,

Assim, apesar de reunir condições sócio-históricas, em princípio, muito propícias à criouliização da língua do colonizador europeu, não ocorreu no Brasil um processo estável, duradouro e representativo de criouliização da língua portuguesa.

Do mesmo modo que Naro e Scherre, Lucchesi reconhece que em suas condições sócio-históricas, em princípio, o Brasil possui características muito propícias à criouliização. No entanto, a não atribuição dos adjetivos “estável”, “duradouro” e “representativo” a um suposto processo de criouliização do PB se dá justamente pelo fato de os autores acreditarem que houve um processo de criouliização no PB sim, ainda que isolado e passageiro – os autores falam também em uma rápida descriouliização, como veremos adiante.

Lucchesi *et al.* (2009), acreditam que ao longo da colonização do Brasil o contato entre línguas tenha afetado o desenvolvimento do PB e que “os reflexos desse processo serão mais notáveis na fala das centenas de comunidades rurais afro-brasileiras que ainda subsistem no interior do país.” (p.73). Porque essas comunidades (i) são compostas majoritariamente por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país e de difícil acesso; (ii) mantiveram-se em relativo isolamento até a segunda metade do século XX; (iii) sua principal atividade econômica é a agricultura de subsistência (p.75).

O principal exemplo desse tipo de comunidade é Helvécia, na Bahia. Segundo Lucchesi *et al.* (2009), a comunidade de Helvécia tem origem na antiga Colônia Leopoldina, uma colônia suíço-alemã estabelecida em 1818 e que prosperou até a Abolição da Escravidão, em 1888, dependendo da mão de obra escrava para o cultivo do café. Helvécia fica situada no Município de Nova Viçosa, extremo Sul do Estado da Bahia, e, assim como outras comunidades rurais isoladas, é um verdadeiro sítio arqueológico que fornece, de acordo com os autores, “[...] um precioso testemunho acerca dos processos históricos que marcaram a formação dos padrões de fala da maioria da população do país e que refletem genuinamente o caráter pluriétnico da sociedade

brasileira.” (p.20). Portanto, o que há em Helvécia é um resquício do português afro-brasileiro.

Para Lucchesi *et al.* (2009), fatores extralinguísticos, como, por exemplo, os demográficos, são de suma importância para entendermos o dialeto de Helvécia. Após a abolição da escravidão em 1888, houve grande dispersão de ex-escravos; no entanto, em Helvécia, essa dispersão foi menor e o grau de miscigenação entre escravos (afrodescendentes) e não escravos foi muito pequeno, e por isso

Os modelos dominantes para a aquisição da língua materna da criança escrava seriam os modelos falados por outros escravos... O elemento africano teria fornecido para as crianças escravas nascidas na colônia, modelos muito defectivos de português falado como segunda língua (e, talvez, em algumas circunstâncias, o modelo seria o mesmo das línguas africanas). (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 88).

Esses fatores, geográfico e demográfico, teriam dado ensejo a uma transmissão linguística de forma irregular e uma suposta nativização não muito favorável à língua portuguesa dos colonizadores.

Lucchesi *et al.* (2009) afirmam o seguinte:

A partir da análise dos dados históricos disponíveis, podemos concluir, em primeiro lugar, que a grande heterogeneidade etnolinguística da população de escravos africanos não criou uma situação favorável a interferências do substrato no processo de aquisição do português por essa primeira geração e na sua nativização, nas gerações seguintes. Por outro lado, a grande proporção de escravos em relação aos falantes nativos de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos modelos de português falado como língua materna, no processo de aquisição/nativização da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que a variedade de português transmitida para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes, na região de Helvécia, tenha passado por profundas alterações, semelhantes às

que definem o que se entende hoje por *crioulização*. (p. 91).

Para atestar a hipótese de um suposto processo de crioulização na comunidade de Helvécia, Lucchesi *et al.* (2009) vão buscar nos dados coletados em 1961 (apud FERREIRA, 1984, p. 22), pela pesquisadora Carlota Ferreira, indícios de crioulização. Os dados são de uma mulher de 75 anos e de um homem de 80 anos. “E as seguintes estruturas foram notadas como evidências mais notáveis de um processo anterior de crioulização:” (p. 91).

- (i) uso variável do artigo definido
Ex.: “quando abri *janela*”
- (ii) variação na concordância de gênero, tanto no interior do Sintagma Nominal quanto na relação com um termo predicativo:
Ex.: “io ñ pôde rumá *o casa*” “ela é muito *saído*”
- (iii) simplificação da morfologia flexional do verbo:
 - variação na flexão número-pessoal que atinge a primeira pessoa do singular: Ex.: “io *sabe*”; “io *esqueceu*”.
 - uso da forma do presente pela forma do pretérito do indicativo:
Ex.: “io ñ *póde* rumá o casa” (‘eu não podia arrumar a casa’)
 - uso da forma do infinitivo em contextos de formas finitas:
Ex.: “io *conhecê*” por ‘eu conheço’; “ele *morê*” por ‘ele morreu’; e quando io *andá* na Ponta de Areia, ñ tinha nada” (‘quando eu andava em Ponta de Areia, não havia nada lá’).

Diante desses fatos, teríamos em Helvécia, segundo os autores, uma nativização de um modelo defectivo de segunda língua, porque o número de escravos africanos era muito maior que o número de colonizadores portugueses ou qualquer outra nacionalidade, dando assim ensejo a um processo de crioulização. Nesse caso, a língua que as crianças africanas nativizavam era modificada pelos escravos africanos por meio de uma transmissão linguística irregular, que, mais tarde, através das crianças, originaria um crioulo. Contudo,

[...] parece que o processo de descrioulização foi muito rápido, considerando-se que essa variedade crioula, no início da década de 1960, já era estranha aos membros mais novos da comunidade, que declararam ter, eles próprios, dificuldade para

entender a fala “engraçada” dos mais velhos.” (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 93).

Nesta passagem, os autores mencionam uma suposta descrioulização que teria dado ensejo a uma variedade nova da língua de superstrato, nomeada por eles de português afro-brasileiro. No entanto, nos parece que o português afro-brasileiro seria o que outros autores nomeiam de português vernacular brasileiro (PVB), ou português popular brasileiro – não há, salvo engano, nenhuma diferenciação explícita entre esses dois termos conforme usados pelos autores, nenhuma nova estrutura foi gerada e nenhuma oposição estrutural foi apagada. Sendo assim, a descrioulização não teria ido em direção ao PE, a língua de superstrato. Está correto falar em processo de descrioulização, haja vista que não houve o retorno à língua alvo? Pois, como afirma Tarallo (1986), a possibilidade de descrioulização do PB está descartada, porque, para o processo de descrioulização acontecer o PB teria que ir ao encontro da língua de superstrato, neste caso, o PE, e seus resultados só afastam essa possibilidade: a mudança sintática do PB não vai em direção ao PE. Na seção 1.1., vimos os argumentos de Tarallo para sustentar que a distância entre o PB e o PE só aumenta ao longo dos séculos, principalmente em relação à sintaxe. Seria o PVB fruto de uma reestruturação interna como também afirma Tarallo? Dito isto, estaria, a gênese do PVB, na deriva interna?

Voltemos ao caso de Helvécia. Mais tarde, em 1994, Lucchesi e Baxter (apud Lucchesi *et al.* 2009), recolhem amostras da fala dos moradores de Helvécia que em 1960 tinham em torno de 35 e 55 anos, e em 1994 mais de 70 anos. Esses moradores, segundo os autores, apesar de não falarem uma variedade crioula do português, apresentam em suas falas processos de variação que, mais uma vez segundo os autores, exemplificam traços ou características de línguas crioulas ou de processos de criouliização.

Dessa forma, os autores acreditam que houve, em Helvécia, um crioulo português até o início do século XIX, e um português afro-brasileiro que se generalizou no século passado como resultado de uma rápida descrioulização (p. 94). Contudo, por trás do crioulo português da comunidade de Helvécia estaria um processo de transmissão linguística irregular, ainda que leve, que, para Lucchesi *et al.* (2009), se dá da seguinte forma:

Nas diversas situações de dominação que se constituíram nesse contexto histórico, a língua do

grupo dominante, denominada **língua de superstrato** ou **língua-alvo**, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante às especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas. (p. 101).

De forma generalizada, o processo continua através da nativização desse “modelo defectivo” de segunda língua por intermédio das crianças que nascem nessa situação linguística “irregular” e não em um meio em que normalmente a língua oferecida para aquisição é a dos pais, caracterizando uma transmissão linguística regular. Vejamos ainda o seguinte trecho de sua argumentação:

Dessa forma, o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada **língua crioula**, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas. (p. 101).

A passagem acima deixa transparecer que, para os autores, *a transmissão linguística irregular pode estar por trás tanto de uma língua crioula quanto de uma variedade que não parece ser uma língua crioula, mas apenas diferente da língua de superstrato*. Como saber a diferença? Quando temos uma língua crioula e quando temos uma nova variedade histórica da língua de superstrato? Seria necessário evocar aqui uma ruptura tipológica ou outras características estruturais para decidir a questão? Se sim, quais? Se não, como então decidir? Os autores não são claros em relação a questões como essas, e dado que toda a sua argumentação se baseia na ideia que a transmissão linguística irregular pode tanto levar a uma nova língua (crioulo) ou a uma nova variedade, a falta de critérios para diferenciar os dois casos enfraquece a estrutura da teoria – afinal, se não há como decidir claramente se

estamos diante de um crioulo (descრიoulizado) ou não, por que defender uma das posições? É interessante também notar que, para Naro e Scherre (2007), a transmissão linguística irregular não desempenha o mesmo papel, ou seja, não pode estar por trás de uma simples variedade nova de língua (isso sem levar em conta a discussão sobre “nativização”).

Ainda segundo Lucchesi *et al.* (2009), na história das relações entre populações, instigadas pela colonização ao longo dos séculos, a língua do colonizador sempre sofrerá uma forte redução em sua estrutura gramatical por conta da função que a língua terá, que, em geral, será apenas a de entender e se fazer entender na relação entre colonizador e colonizado, muitas vezes encerrada em relações comerciais. Essa situação também se dá porque na maioria das vezes o número de colonizadores é inferior ao de colonizados; além disso, os colonizados são adultos, há muito fora do chamado *período crítico* para aquisição de linguagem, sem contar a ausência de uma norma linguística que oriente e restrinja as possibilidades do sistema linguístico em direção a alguma norma gramatical. O resultado desse contato linguístico, em princípio, é o jargão. Mais adiante, com a expansão da comunidade de fala, surge a necessidade de incrementar a estrutura linguística do jargão através da erosão da língua de superstrato e a recomposição gramatical, fazendo surgir um *pidgin*: “Não obstante a sua simplificação intrínseca, o *pidgin* pode alcançar uma estruturação gramatical semelhante à das línguas naturais, no ápice de seu processo de expansão, configurando o que se chama de ***pidgin expandido***.”¹⁴ (MÜHLHÄUSLER, 1986 apud LUCCHESI *et al.* 2009). Para que isso ocorra, precisamos tomar como pressuposto a simplificação na ASL (Aquisição de Segunda Língua), pois, segundo Lucchesi *et al.* (2009), se considerarmos que os falantes adultos têm acesso apenas aos dispositivos gramaticais e aos parâmetros fixados em sua língua nativa e não na L2 (Segunda Língua) nos dispositivos da *GU* (Gramática Universal), os falantes adultos teriam dificuldade em adquirir mecanismos gramaticais que estão ausentes em sua língua nativa, e mecanismos gramaticais mais abstratos e sem valor referencial seriam eliminados – seria um caso de simplificação gramatical/estrutural ao

¹⁴ Vale notar que esta não é uma definição consensual de *pidgin*. Na verdade, para a maioria dos autores consultados, um *pidgin* carece de uma gramática própria e é mais um sistema mais ou menos convencional de comunicação, com um uso e utilidade bastante restritos, do que um sistema que contenha uma gramática.

qual voltaremos no capítulo 3. Nesse sentido, essa nova forma de comunicação, o *pidgin expandido*, se reestrutura gramaticalmente através da população adulta e ao longo do tempo, se tornando qualitativamente distinta da língua de superstrato e de uma língua crioula, posto que, “[...]os *pidgins* tendem a desenvolver-se nos casos em que os grupos do substrato são mantidos em seu universo cultural de origem e conservam o uso de suas línguas nativas” (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 105), e no caso do crioulo, os falantes são retirados de suas comunidades de origem e desarticulados cultural e linguisticamente. Ainda há outros requisitos a serem cumpridos, segundo os autores, para que haja um *pidgin*, tais como: a indispensável comunicação entre os indivíduos do grupo dominado e o reconhecimento das regras gramaticais empregadas pelo grupo.

Os autores tomam o *Tok Pisin* da Papua-Nova Guiné como exemplo de *pidgin expandido*. “Contudo, há toda uma corrente da crioulistica para a qual a reestruturação gramatical depende crucialmente da crioulição (BICKERTON, 1981, 1984, 1988, 1999)”. Essa abordagem focaliza contextos sócio-históricos bem distintos, constituídos em torno de grandes empreendimentos agro-exportadores, denominados *plantations* (cf. LUCCHESI *et al.*, p. 105). É essa abordagem que os autores usam para comprovar um suposto processo anterior de crioulição na comunidade de Helvécia. Além disso, essa abordagem pressupõe que os falantes do substrato estejam fora de seu universo social de origem e desarticulados tanto social quanto linguisticamente de forma a não passar a seus descendentes a sua língua nativa. Seria a situação prototípica para uma crioulição rápida, segundo Bickerton (1999). Os autores ainda ressaltam que essa seria uma situação arquetípica de *pidginização* e de crioulição e que os parâmetros sociodemográficos e etnolinguísticos são variáveis ao longo da história de contato entre línguas.

Um problema que pode surgir, a nosso ver, com ideias como as de “*pidgin expandido*” e mesmo *pidgin* como resultado de reestruturação gramatical é que os limites entre *pidgin* e crioulo ficam bastante nebulosos; do ponto de vista teórico, tem-se a impressão de que se multiplicam as definições e noções, mas dar-lhes identidade e critérios de delimitação – esse é, aliás, um problema recorrente: desprovidos de noções claras e precisas, a própria discordância entre teorias e sobre suas previsões fica seriamente comprometida, e o termos e conceitos cada vez mais esvaziados de conteúdo e frouxamente definidos.

Conforme Couto (2002), *pidgin expandido* não difere em nada de crioulo nem estrutural nem sócio-historicamente, ainda que Mühlhäusler (1986), grande estudioso do Tok Pisin, examine detalhadamente a “estabilização” e a “expansão” do Tok Pisin e chegue à conclusão de que “o estudo dos *pidgins* expandidos sugere que a diferença entre a primeira e a segunda língua pode ser bastante tênue.” (MÜHLHÄUSLER, 1986, p. 204 apud COUTO, 2002, p. 40). Ou seja, por menor que possa parecer a diferença para os que defendem a ideia de *pidgin expandido*, ela existe, apesar de ser definida quase que exclusivamente de um ponto de vista intuitivo e muito mais sócio-culturalmente do que linguisticamente. Mas, como afirmamos logo acima, os limites continuam bastantes nebulosos e não vemos até que ponto se faz necessário fazer tal distinção. Para finalizar essa questão, faremos uma última citação de Couto (2002):

Resumindo, eu salientaria que o crioulo surge quando surge uma nova comunidade [...] formada de povos aloglotas que convergiram em um mesmo espaço cujos membros precisaram comunicar-se uns com os outros. Nos estágios iniciais desse contato, ainda não há um instrumento de intercomunicação, o que faz com o que o pouco de entendimento que se dá é apenas uma comunicação pragmática. À medida que a comunicação entre esses povos vai se intensificando, vai surgindo um [Meio de Comunicação Interlinguística], que, assim que se cristaliza, é um crioulo. Logo, os conceitos-chave de criouliização são de *territorialização*, ou seja, fixação de uma comunidade em determinado território, e o de *comunitarização* de um MCI, ou seja, quando ele se transforma na língua principal (primary language) da comunidade em questão. Se se quiser chamar esse MCI de “*pidgin*”, não faz mal. Apenas não se pode falar em “*pidgin* cristalizado” e “*pidgin expandido*”, referindo-se ao mesmo tipo de língua. Essa questão merece ser melhor investigada. Ela é a base de toda a crioulistica. (p. 41).

Lucchesi (2009c) afirma que o português afro-brasileiro de Helvécia é um protótipo da variedade linguística que se tornou português (afro-brasileiro) através da transmissão linguística irregular

do tipo leve (p.517). Essa transmissão linguística irregular do tipo leve teria desencadeado, na comunidade de Helvécia, uma variedade da língua de superstrato, ou seja, o português afetado por mudanças induzidas pelo contato.

A grande diferença entre o processo de transmissão linguística irregular de tipo leve e a criouliização deriva de uma diferença no nível de acesso aos modelos da língua-alvo. A transmissão linguística irregular de tipo leve caracteriza-se por um maior acesso aos modelos da língua-alvo, não se verificando a violenta situação de segregação e isolamento necessário ao surgimento de uma comunidade de fala crioulófona. Havendo uma maior interação entre dominantes e dominados, o nível de erosão gramatical da língua-alvo é menor. (LUCCHESI, 2009c, p. 518)

Na citação logo acima, encontramos uma definição de crioulo diferente da definição de outros autores aqui citados. Aqui se define crioulo a partir de fatores sociais, externos, em que a interação entre dominantes e dominados é mais restrita no caso de criouliização e uma interação maior no caso de transmissão linguística irregular do tipo leve. Isto é, para Lucchesi trata-se de uma diferença de nível, de grau, mas fundamentalmente não de qualidade. Tal definição é, obviamente, diametralmente oposta ao que diz, por exemplo, Rougé (2009) com relação aos crioulos, ao apelar para a ideia de ruptura tipológica. A definição de crioulo proposta por Rougé é muito mais linguística que a de Lucchesi, por exemplo.

De forma sucinta, o português de Helvécia, hoje denominado por Lucchesi *et al.* de português afro-brasileiro, teria, até o início do século XIX, passado por uma criouliização através de uma transmissão linguística irregular do tipo leve tornando-se um crioulo de base portuguesa e com o passar do tempo, de forma ainda mais rápida, teria sofrido um processo de descriouliização tornando-se o português afro-brasileiro. Acreditamos que tal afirmação só seria possível se os autores pudessem mostrar isso através de critérios independentes que dissessem que o resultado da transmissão linguística irregular de tipo leve geral em Helvécia não é uma nova variedade histórica da língua, mas sim um crioulo (que rapidamente se descrioulizou). Mas quais seriam esses critérios? Aliás, mais uma vez, qual é exatamente a diferença entre uma língua crioula e uma nova variedade histórica da língua? Além disso,

será que todo crioulo tem origem numa transmissão linguística irregular? E um *pidgin*, pode ter uma origem semelhante? É possível termos um crioulo sem um *pidgin*? Um *pidgin* expandido é um crioulo? Pode levar a um crioulo? Mais uma série de questões que aguardam respostas, todas elas dependentes de definições precisas dos conceitos mobilizados.

Vimos, na seção anterior, que o termo transmissão linguística irregular para Naro e Scherre (2007) é de clara conotação negativa e por isso os autores optam por usar o termo nativização, pois, para eles, foi isso o que aconteceu ao longo da história da colonização do Brasil. A língua dos colonizadores portugueses, já com suas variações (em muitas dimensões diatópica, diacrônica, de prestígio social, etc.), como também demonstrado acima (primeiro porque os colonizadores vieram dos quatro cantos de Portugal e segundo porque eles não traziam consigo a fala da elite portuguesa e nem mesmo um português homogêneo), foi nativizada pelos africanos e indígenas sem que ocorresse algum tipo de ruptura estrutural, o que caracterizaria, *caso acontecesse a ruptura*, a gênese de uma língua crioula. Ou seja, nem sempre a transmissão linguística irregular vai gerar uma nova língua, haverá apenas variação, dificilmente uma ruptura estrutural que dará ensejo a uma nova língua por intermédio da nativização pelas crianças da comunidade de fala. Vale ressaltar ainda que Naro e Scherre (2007) afirmam que o processo de transmissão linguística irregular seja o caso não-marcado ao longo da história em situações de grandes conquistas significativas. Ou seja, se fosse o caso, em todas as situações de conquistas significativas haveria a formação de um crioulo. E, sendo assim, a maioria das línguas faladas no mundo seriam línguas crioulas.

Mas voltemos ao caso de Helvécia. O que levou Lucchesi *et al.* (2009) a definirem o português de Helvécia como um crioulo e posteriormente como um português afro-brasileiro? Apesar de Lucchesi (2009c) usar uma citação de I. Roberts (1997), “uma língua crioula se define menos por suas propriedades estruturais do que por sua história.” (p. 517), ele também usa de argumentos da história interna da língua para defini-la como tal, mais especificamente, variações sintáticas e morfológicas como as citadas em páginas anteriores do presente texto. Contudo, o uso da citação de Roberts, a longa descrição histórica e social e o tratamento da diferença entre variedades de uma língua e um crioulo como algo gradual levam a entender que os autores se apoiam menos em definições estruturais de línguas crioulas do que em definições histórico-sociais; porém, são critérios gramaticais, estruturais,

que precisam para delimitar tais línguas entre as possibilidades geradas pela ocorrência de transmissão linguística irregular.

Logo abaixo faremos a comparação entre os dados de Ferreira (1961) e Baxter e Lucchesi (1994) citados por Lucchesi *et al.* (2009) como indícios anteriores de criouliização na comunidade de Helvécia e alguns dados de 12 pesquisadores portugueses do dialeto não padrão de Portugal citados por Naro e Scherre (2007) para mostrar que encontramos as mesmas variações tanto em Helvécia quanto no português europeu não padrão (obviamente, não com a mesma frequência).

DADOS DE HELVÉCIA (1961)	DADOS DE HELVÉCIA (1994)	DADOS DO PORTUGUÊS EUROPEU NÃO PADRÃO
<i>1ª pessoa com forma verbal de 3ª pessoa</i>		
“io sabe”, “io esqueceu” (Ferreira, 1984)	“nunca mais eu sentiu” (Baxter e Lucchesi, 1994)	“ <i>Eu</i> ontem foi à Malhada” ; “ <i>Eu</i> na quinta-feira apanhou 2 kilos de pólves”; (Alves, 1993)
<i>Concordância de gênero</i>		
“io ñ pôde rumá <i>o casa</i> ” (Ferreira, 1984)	“o meu sobrinha” (Baxter e Lucchesi, 1994)	“só tem as <i>raízes</i> <i>enterrado</i> na carne” (Mira, 1954)
<i>Supressão de preposição</i>		
	“Folha mandioca” (Baxter e Lucchesi, 1994)	“Nunca me lembre fazenda” (Cruz, 1991)

Quadro 1. Concordância verbal e concordância de gênero na fala de Helvécia (1961 e 1994) e na fala não padrão de Portugal.

Quanto à concordância verbal de 1ª pessoa com forma verbal de 3ª pessoa, a concordância de gênero e a supressão de preposição, os dados nos levam a crer que a variação existente na fala da comunidade de Helvécia não seja fruto de uma transmissão linguística do tipo leve e consequente criouliização rápida como sugerem Lucchesi *et al.* (2009), pois as variações que existem em Helvécia também foram encontradas nos dados da fala não padrão de Portugal segundo os autores lusitanos analisados por Naro e Scherre (2007) – mais precisamente, como o

fazem Naro e Scherre, dado que as características encontradas em Helvécia estão presentes, ainda que em menor grau, em variedades do PE, não é preciso apelar para fatores externos (i.e., um crioulo) para explicar sua ocorrência no PB e a maior frequência deles no PB pode ser, em princípio, explicado pela presença enorme de aloglotas. Tudo somado, de fato a saída de Naro e Scherre parece teoricamente menos pesada, pois apela para menos conceitos e mecanismos. Todavia, há outras variações que são abordadas por Lucchesi *et al.* (2009) e que não são abordadas por Naro e Scherre (2007) e *vice versa*, tornando-se a comparação entre os trabalhos dos autores extremamente complicada.

A transmissão linguística irregular do tipo leve teria desencadeado uma rápida criouliização atípica e consequente descriouliização no português de Helvécia segundo Lucchesi *et al.* (2009); por sua vez, Naro e Scherre (2007) não negam a presença da transmissão linguística irregular ao longo da história de colonização do Brasil, por eles rebatizada positivamente de “nativização”. No entanto, ao contrário dos primeiros, os segundos autores acreditam que a transmissão linguística irregular não tenha causado qualquer efeito estrutural na língua transmitida. A ruptura estrutural na língua depende mais dos fatores externos, ou seja, fatores sociais, do que da transmissão linguística irregular em si. Mesmo as profundas variações seriam fruto da simplificação da língua pelos colonizadores portugueses já atestada em contatos com africanos e árabes em Portugal.

No caso do Brasil, as condições sociais foram propícias a uma fase de *pidginização* da língua portuguesa? Se houve um *pidgin* de base lexical portuguesa, quais eram seus elementos estruturais formadores? Houve simplificação por parte dos falantes do português? A situação extralinguística permitiu a estabilização de interferências estruturais de outras línguas? Se for o caso, quais seriam elas? Deu-se criouliização (ou a nativização) na base da fala *pidginizada*? Entrou em cena a faculdade da linguagem? Algum universal chegou a dominar um estágio caótico ou influenciou durante a aquisição? Quais eram as variações presentes nos dialetos dos colonos portugueses? (NARO e SCHERRE, 2007, pp. 143-144).

Segundo Naro e Scherre (2007), respondendo a todas essas perguntas acabaríamos com a grande questão da existência ou não de língua crioula no Brasil, no entanto, não seria possível termos boas respostas pela falta de documentação histórica, apesar de Lucchesi (2009c) afirmar que “Dedutivamente, é possível chegar-se à conclusão de que houve processos de criouliização do português na história do Brasil, assim como é possível deduzir-se que houve ou há vida inteligente fora da Terra.”¹⁵ (p. 519). Mas fica a pergunta: seria possível a existência de uma língua crioula sendo que já existiam as línguas gerais que preenchiam as necessidades comunicativas da época? Além disso, a conclusão dedutiva evocada por Lucchesi (2009c), do ponto de vista lógico, nada – absolutamente nada – tem a dizer sobre a estrutura do PVB; afinal, dedutivamente, não se pode concluir que, da existência de processos de criouliização o PVB seja assim influenciado por eles ou seja o resultado deles. Esse passo não foi demonstrado e não pode ser alcançado pelas premissas do argumento. O equívoco aqui, muito comum, aliás, está em confundir causas suficientes com causas necessárias: a existência de uma variedade crioula pode ser *suficiente* para influenciar o PVB de algum modo (note que isso não foi demonstrado, estamos apenas aceitando essa premissa para efeitos do argumento), mas a existência de uma variedade crioula certamente não *necessariamente* influenciou o PVB de algum modo – pode ser que o crioulo tenha desaparecido sem deixar vestígios, ou que a formação do PVB aconteça de outro modo que não envolve o crioulo; fundamentalmente, não há uma relação necessária entre a existência de um crioulo e a formação do PVB (esse é o ponto principal da argumentação de Naro e Scherre (2007), ao mostrarem que os

¹⁵ A analogia feita aqui por Lucchesi não nos parece adequada. Há de fato uma famosa equação, a equação de Drake, nomeada assim por ter sido postulada pelo astrônomo Frank Drake, que procura estimar a probabilidade de haver vida inteligente fora da Terra. Contudo, a equação dá a probabilidade de tal fato e não se trata de modo algum de uma prova dedutiva da existência de vida inteligente fora da Terra. Por sua vez, afirmar que é possível deduzir que houve um crioulo no Brasil, se entendido de um ponto de vista lógico, é algo falso simplesmente porque é possível, em princípio, explicar o PB e sua formação sem apelar para tanto. A analogia aqui feita talvez se refira à alta probabilidade de que houve aqui um crioulo e deve ser lida como “é possível deduzir (dado o que sabemos sobre a história do Brasil e das línguas crioulas) que há uma probabilidade razoavelmente alta de ter havido um crioulo no Brasil”, o que está longe de ser uma prova de que houve. Nesse sentido, devemos ler com cautela a palavra “deduzir”.

fenômenos alegadamente resultados de um crioulo são encontrados nas variedades europeias). Um argumento semelhante é feito por Parkvall e López (2003).

Em suma, muitas das variações existentes no PB, algumas das quais nem foram citadas nesse texto, para Lucchesi *et al.* (2009) são fruto de uma suposta transmissão linguística irregular do tipo leve, ao passo que, para Naro e Scherre (2007), são fruto de uma língua portuguesa simplificada pelos colonizadores portugueses para fins de contato com outras etnias, já atestado em outros processos de colonização, e nativizadas pelas etnias aqui existentes, mas sem que isso tivesse gerado uma ruptura estrutural. De um lado, Lucchesi *et al.* (2009) consideram “profundas variações” na língua alvo como indícios de criouliização ainda que rápida, de outro, Naro e Scherre (2007) consideram as mesmas características no PB como fruto de uma deriva linguística secular acelerada por uma confluência de motivos, como por exemplo, a presença de falantes de línguas das mais diversas origens no Brasil; a abundância de contatos entre adultos de diferentes etnias etc., mas sem terem surgido por fatores externos, dados que as variações podem ser detectadas em variedades do português que não tiverem contato com africanos (e indígenas).

Neste ponto, julgamos interessante fazer um pequeno balanço do que vimos. Considerando a análise das obras de alguns autores aqui citados, tentaremos responder, de forma sucinta, a tão famigerada pergunta a partir das suas análises: por que (não) houve um crioulo no Brasil?

Para Tarallo, as análises sintáticas feitas no PE e no PB, tanto de forma sincrônica quanto diacrônica, e no Tok Pisin deixam claro que não houve um crioulo no Brasil porque as mudanças sintáticas atestadas são resultados de uma mudança lenta e gradual interna à língua, que não caminha em direção ao PE, como deveríamos esperar devido ao processo de descriouliização mobilizado por todos os defensores de uma origem crioula. Para Rougé, feita a comparação do PVB com o PDT, não restam dúvidas de que não houve um crioulo no Brasil porque não houve uma ruptura tipológica. Quanto a Naro e Scherre, os fatores internos analisados, como sintaxe, morfologia e fonologia, mostram que a maioria das variações existentes no PB já estava presente no português medieval e/ou estão presente no PE moderno, e nenhum deles foi criado no Brasil; portanto, o PB é fruto de uma deriva linguística secular interna acelerada por uma confluência de motivos. Já para Lucchesi *et al.*, as particularidades sócio-históricas do Brasil não deram ensejo ao surgimento de uma língua crioula prototípica, mas fatores sociais, tais

como um maior acesso dos dominados à língua alvo, proporcionaram apenas profundas variações na língua de superstrato, através do processo de transmissão linguística irregular (de tipo leve); é importante notar que, para Lucchesi *et al.* (2009), mas não para Naro e Scherre (2007), o processo de transmissão linguística irregular pode gerar uma língua crioula.

Resta-nos outra pergunta: a definição de língua crioula é a mesma para todos os autores citados acima? Pois, como afirma o próprio Rougé (2009), “Quando se aborda a questão dos crioulos, uma das maiores dificuldades é que não existe acordo entre os linguistas sobre a definição dessas línguas” (p. 63).

Vimos que, para Rougé, fatores internos da língua como a extinção de noções gramaticais, ou seja, a ruptura tipologia com a língua lexicadora numa situação social de colonização e/ou escravidão, são de suma importância para caracterizar uma língua crioula, enquanto que para Lucchesi as condições sociais são de suma importância na formação de uma língua crioula, mas, mais importante ainda, é o processo de transmissão linguística irregular – ou seja, basta que a aquisição de linguagem seja feita nesse contexto para haver a possibilidade de formação de um crioulo. Naro e Scherre fazem uso do que eles nomeiam de noção clássica de crioulo, segundo a qual uma dada língua primeiramente passa por um estágio de *pidgin* e depois por um processo de criouliização (quando adquiridas por crianças na fase de aquisição de linguagem). Tarallo, apesar de comparar características sintáticas do PB com o Tok Pisin e usar evidências linguísticas para atestar que o PB não é um crioulo, não deixa claro qual a definição de língua crioula que vai usar, mas tudo indica que ela esteja próxima da noção clássica, assim como Naro e Scherre. No capítulo seguinte, abordaremos de forma mais profunda as definições de *pidgin* e crioulo, que, a nosso ver, são conceitos extremamente importantes para a discussão a respeito da formação do português brasileiro sem cairmos em incomensurabilidade teórica (quando analisamos teorias e seu potencial sem notar que elas lançam mão de conceitos diferentes).

A maioria dos autores aqui citados nega a existência de uma língua crioula no Brasil. Todavia, Lucchesi *et al.* (2009), assim como outros autores, defendem a hipótese de um crioulo (de base portuguesa) na comunidade de Helvécia que passou por uma rápida descrioulização. Digamos que o principal requisito para haver uma língua crioula é a ruptura com a língua mãe, e no caso de Helvécia se trata apenas de uma *variação profunda*, como afirmam os próprios autores. De fato, vamos supor que realmente tenha havido uma língua crioula em Helvécia ou

em outros pontos isolados no território brasileiro. No que essa “descoberta” ajudaria para explicar os traços do PVB? De forma generalizada, o PVB não necessita de uma hipótese crioula para explicar suas variações – como afirmam Parkvall e López (2003), entre outros autores. O PVB está muito mais próximo do PE do que de qualquer língua crioula. Além disso, o PE está muito mais distante do latim do que o PVB do primeiro, como podemos constatar na argumentação abaixo:

Houve no português uma redução do número de conjugações regulares para os verbos de quatro para três, uma substituição da distinção de três gêneros do latim por um sistema que possui dois gêneros, um abandono drástico do sistema de seis declinações morfológicas e uma redução do inventário de afixos regulares de plural de cinco para um. No que diz respeito a essas mudanças tipológicas, constatamos que mesmo as variantes brasileiras que mais se afastam do padrão continuam parecendo-se com português europeu padrão. (PARKVALL e LÓPEZ, 2003, p. 116).

Se fosse o caso de classificarmos o PVB como um crioulo através de sua sócio-história, ainda sim teríamos muita dificuldade; vejamos os fatores imprescindíveis na formação de um crioulo e se o PVB os contempla. Um dos fatores seria um grupo passar a assumir, linguisticamente, a identidade do outro. Ou seja, a passagem de uma língua de uma minoria como foi o caso dos colonizadores portugueses em relação aos escravos africanos, nem sempre leva a uma transmissão interrompida. Em relação à sócio-história do latim e do PE, “ainda faltaria provar se houve realmente uma diferença no que diz respeito a acessibilidade entre a exposição dos povos do sul da Europa ao latim e a dos africanos escravizados no Brasil à língua portuguesa”. (cf. PARKVALL e LÓPEZ, 2003, p. 117).

Com certeza o contato linguístico pode explicar muita coisa com relação à variação no PVB tomando como ponto de comparação o PE. Mas não precisamos, a qualquer custo, encontrar nos resultados um crioulo. Segundo Noll (2008),

Todas as características do português brasileiro, com exceção do léxico – ao qual se conferem influências indígenas e africanas –, podem ser

explicadas, com relação ao seu desenvolvimento, como simplesmente portuguesas ou românicas. (p. 217).

Portanto, seguindo a lógica da hipótese mais econômica e os princípios da teoria da Navalha de Ockham, não há a necessidade de buscar nas línguas crioulas ou em outras influências externas, sem fundamentos substanciais, o que se pode encontrar numa deriva interna com suas devidas motivações. Como demonstram Naro e Scherre e Tarallo, os traços linguísticos do PVB podem ser explicados de outra maneira que não seja a partir de uma suposta crioulaização em maior ou menor grau. Resta, obviamente, toda a gama de argumentos e fatos de ordem histórico-social, como o enorme contingente populacional africano e sua distribuição pelo território nacional ao longo dos séculos de escravidão.

As principais características do que chamamos de “polo internalista” e “polo externalista” vêm resumidas no quadro seguinte:

Possibilidades de origem e formação do PB (divididas em dois polos)	
Internalista (Deriva linguística)	Externalista (Crioulo)
<ul style="list-style-type: none"> • Edward Sapir (1920) • Deriva linguística: as mudanças de curto e longo prazo seguem um certo caminho; não há uma mudança caótica ou aleatória, a língua sempre mudará conforme sua estrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> • A mudança na língua parte de fora para dentro (influências externas).
<ul style="list-style-type: none"> • Naro e Scherre (2007) • Mudanças internas da língua celeradas por questões sociais e geográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> • A formação do PB sofreu influências de línguas africanas.
<ul style="list-style-type: none"> • Jean-Louis Rouge (2009) • Necessidade de haver uma ruptura tipológica . 	<ul style="list-style-type: none"> • John Holm, Gregory Guy, Dante Lucchesi e Alan Baxter defendem essa teoria.

Quadro 2.

Abaixo, apresentaremos um quadro resumo das teorias que vimos até aqui.

Naro e Scherre (2007)	Lucchesi et al. (2009)
As profundas variações são fruto da língua portuguesa simplificada pelos colonizadores para fins de contato com outras etnias.	O contato entre línguas no Brasil está refletido principalmente nas comunidades afro-brasileiras.
A simplificação já foi atestada em contatos com africanos e árabes em Portugal.	A população de escravos africanos era muito maior do que a de colonizadores portugueses.
A nativização por parte dos adultos não gerou uma ruptura estrutural na língua.	As variações existentes no PB são fruto de suposta TLI do tipo leve.
As variações existentes no PVB existem no PE.	

Quadro 3.

1.5 Algumas questões teóricas

Em sua dissertação de mestrado, Mussa (1991) acredita que, para obtermos uma boa teoria de mudança linguística, devemos tomar outros pressupostos com uma nova proposta de solução. Ou seja, a proposta de Mussa, tem início com a reformulação do conceito de língua. Para o autor, os estudos diacrônicos de fundamentação sociolinguística, em geral, tendem a ver a língua como uma entidade heterogênea caracterizável formalmente. No caso em questão, não é brigar pela definição do PB, ou defender uma homogeneidade dessa língua, ou até mesmo defender uma única causa para o fenômeno da heterogeneidade. Não há como defender que as línguas africanas ou uma deriva linguística deram ensejo ao PB *a priori*; existe um conjunto de causas na formação do PB, e esse conjunto não é composto somente de fenômenos advindos exclusivamente de um tipo de influência, é um conjunto de condições que tornam possível o fenômeno do PB, sejam eles linguísticos e/ou sociais, que na maioria das vezes agem em conjunto. Nesse caso, não há como criar uma teoria excludente da formação do PB, devemos juntar os argumentos internos e externos para uma teoria mais equilibrada, pois é certo que ambas as ordens de fatores contribuíram para o PB, ainda que não do mesmo modo e não de uma

maneira trivial. Sempre haverá interação entre os fenômenos da causa, e aí que está a grande questão: a maioria dos autores que trata da formação do PB exclui ou deixa de lado alguns fenômenos para defender uma determinada causa, sejam eles linguísticos ou sociais, especialmente as causas que eles acreditam que sejam as responsáveis pela diferenças entre o PE e o PB.

Uma questão importante é levantada por Mussa (1991): se os *pidgins* são resultado de uma simplificação de uma língua base dos colonizadores, por que, através da expansão romana, as línguas românicas, derivadas do latim, não são consideradas línguas *pidgins*, haja vista que o contexto da história externa das línguas românicas e dos *pidgins* são semelhantes? Como explicar o surgimento da língua geral do Brasil em que o estereótipo de *pidgin* não se encaixa por não haver uma língua europeia ou uma língua de dominação política como base? Esses questionamentos nos levam a crer que o surgimento de línguas *pidgins* é corriqueiro durante a história da humanidade, tornando-se um fenômeno universal com diferentes graus. Assim, as línguas românicas e as línguas gerais, por exemplo, podem ser consideradas *pidgins*, devido as suas características de formação, só que em um grau diferente de um *pidgin* que tem como base uma língua africana. Alguns conceitos necessitam de certos cuidados ao serem definidos, pois, podemos trazer generalizações errôneas e por vezes carecer de conteúdo empírico preciso. A afirmação de Ian Roberts (1997), de que “não há nada de especial nos crioulos, além da sua história”, é compartilhada por Mussa, que afirma que os pressupostos para distinguir o processo diacrônico de uma evolução natural de uma língua crioula são completamente refutáveis: i) os processos diacrônicos que relacionam um crioulo e sua língua mãe não são em natureza diferentes dos que se encontram nas mudanças naturais; ii) os crioulos não são entidades linguísticas de um tipo especial e característico; iii) os crioulos não são gerados a partir de um contexto de aprendizagem típico e inconfundível; iv) os crioulos, assim como outras línguas naturais, são línguas mistas, com aspectos da língua-base e das línguas de substrato. Partindo desse pressuposto, poderíamos afirmar que o PB é um crioulo, assim como outras línguas que tiveram o mesmo quadro social ou semelhante no seu processo de formação. Assim como poderíamos afirmar que o crioulo e, consequentemente o PB, são línguas naturais, se levarmos em consideração os quatro pressupostos levantados acima por Mussa, de que um crioulo não distingue em nada de uma língua natural, a não ser por sua história. Se fizermos isso, toda a questão sobre a origem crioula do PB carece de interesse – ou perde muito de sua relevância –, assim

como a própria ideia de língua crioula, devido ao esvaziamento dessa noção¹⁶. Apesar de seus méritos, como simplificar aspectos da discussão, Mussa, a nosso ver, apaga distinções importantes, como a intuição de que há algo particular aos crioulos que não apenas sua história.

A ideia de Mussa é explicar os fenômenos do PB pela reconstituição, e não pelas causas. O autor busca recuperar todas as possibilidades da trajetória da língua portuguesa para então chegar ao PB. Essa viagem diacrônica inclui fatores internos e externos à língua como demografia, geografia, etnias envolvidas, entre outros. No caso, o autor limita sua dissertação à análise dos aspectos fonológicos dentro do processo de assimilação linguística do escravo negro, que envolve também análise de questões externas à língua.

Voltando a afirmação de Mussa (1991):

Nenhum crioulista seria capaz de formular asserções como “os crioulos são línguas que têm a fonologia de tipo X” ou “os crioulos são línguas que têm a propriedade sintática Y”. Isso se dá porque nem sempre os mesmos aspectos linguísticos são partilhados por todos os crioulos e porque mesmo os que se poderia propor como universais nos crioulos são também encontráveis em outras línguas reconhecidas como não crioulas. (p. 109).

No entanto, McWhorter (1998 [2005]), sete anos mais tarde, vai afirmar que é possível sim caracterizar uma língua crioula através de fatores internos, como veremos mais adiante. O caminho defendido por McWhorter será apresentado no capítulo 3, quando retornaremos a várias das questões vistas aqui, organizando as posições teóricas em torno de seus compromissos e assunções. No próximo capítulo, apresentaremos considerações sobre alguns dos conceitos-chave mobilizados pelas teorias que vimos acima.

¹⁶ Não podemos destacar essa possibilidade de início: pode bem ser o caso de que toda a discussão sobre crioulos *versus* não-crioulos seja, ao fim e ao cabo, uma série de equívocos terminológicos e, se muito, aspectos de uma discussão mais sociológica e histórica do que linguística. Contudo, ao invés de assumir de saída uma postura como essa, vamos antes explorar outras possibilidades de definição de crioulo e de articulações teóricas que envolvem essa e outras noções caras aos estudos crioulisticos.

CAPÍTULO 2

COMPARANDO TEORIAS

“Se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor” - Willian de Ockham (1287-1347)

Certamente o critério mais famoso com relação ao qual podemos comparar teorias que têm o mesmo objeto de investigação (que cobrem o mesmo “terreno empírico”) é o que a literatura reconhece como a “Navalha de Ockham” ou “Princípio de Ockham”. Uma formulação comum e bastante difundida da Navalha de Ockham é a seguinte:

[Navalha de Ockham] é um princípio filosófico que reza o seguinte: *existindo diversas teorias e não havendo evidências que comprovem se é mais verdadeira alguma em relação a outras, vale a mais simples, ou se existirem dois caminhos que levem ao mesmo resultado, usa-se o mais curto, e que pode ser provado sensorialmente*. Em outras palavras, *não se deve aplicar a um fenômeno nenhuma causa que não seja logicamente dedutível da experiência sensorial*.¹⁷

Mas por que esse princípio leva o nome “Ockham”?

Tal princípio é atribuído ao frade franciscano, lógico, filósofo e teólogo Willian Ockham (1287-1347), nascido na Vila de Ockham, em Londres, Inglaterra. Com aproximadamente 7 anos de idade, Ockham foi mandado para um convento de ordem franciscana em Londres e lá permaneceu até por volta dos seus 13 anos; já com 24 anos Ockham começou seus estudos de teologia, mas nunca os concluiu. Em maio de

¹⁷ Texto retirado de:

http://pt.wikipedia.org/wiki/William_de_Ockham#Biografia; acesso em 12/12/2012. Há várias formulações em latim desse princípio, mas pouca evidência sobre qual delas deve ser de fato atribuída a Ockham. Alguns exemplos são: *Numquam ponenda est pluralitas sine necessitate* (a pluralidade nunca deve ser postulada sem necessidade); *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* (as entidades não devem ser multilicadas para além do necessário); *pluralitas non est ponenda sine necessitate* (a pluralidade não deve ser postulada sem necessidade); *frustra fit per plura quod potest fieri per pauciora* (é vão fazer com mais o que se pode fazer com menos).

1324, foi chamado em Avignon para responder às acusações de heresia e lá permaneceu numa espécie de prisão domiciliar até 1328, ocasião em que fugiu para a Itália, como uma forma de se exilar. Em 1329, foi para Munique onde permaneceu até a sua morte, em abril de 1347. Enquanto permaneceu em Avignon, Ockham, após ler os escritos do papa João XXII, o acusou de herético e usou o tempo que permaneceu em Munique para escrever sobre política. Algumas das obras mais importantes de Ockham foram: “Exposições de Isagoge de Porfírio e de Categorias de Aristóteles, sobre a interpretação, e refutações sofística” (1321-1324); “Summa de Lógica” (c. 1323-1325); e o “Tratado sobre a predestinação e presciência de Deus” (1321-1324). E, juntamente com teólogos como Tomás de Aquino, Ockham se destacou como um grande filósofo da Alta Idade Média, defendendo a ideia de que as pluralidades não deviam ser postuladas sem necessidade; como podemos notar, é essa a ideia básica do que viria a ser nomeado após a sua morte de princípio da *Navalha de Ockham*.

Seguindo o pressuposto conhecido como a “Navalha de Ockham” ou “Princípio de Ockham”, um dos objetivos desta dissertação é, ao comparar algumas teorias existentes sobre a formação do PB, tendo como foco alguns de seus conceitos básicos (crioulo, transmissão linguística irregular, etc.), identificar a teoria mais simples (ou pelo menos oferecer uma discussão sobre tanto), mas ao mesmo tempo abrangente e esclarecedora, que trata do fenômeno em questão. Como de praxe nas discussões filosóficas sobre a constituição de teorias e explicações científicas, consideramos que uma teoria simples é uma teoria que tenha o menor número de premissas e/ou postulados possíveis, que seja a mais econômica possível e que tenha como base principal a parcimônia (i.e., evitar postular princípios e mecanismos sem necessidade e sem comprovação independente).

Em outras palavras, ao aplicar a Navalha de Ockham nas teorias que estamos analisando, usaremos como parâmetro o princípio de usar somente premissas necessárias no âmbito explicativo de uma dada teoria. Ou seja, se temos duas explicações diferentes para o mesmo fenômeno, usaremos a explicação que o faça invocando menos postulados, entidades, mecanismos, etc., pois essa tende a ser a mais adequada do ponto de vista de sua constituição segundo a Navalha de Ockham. Por exemplo, temos duas teorias¹⁸: (i) a que afirma que a

¹⁸ Ressaltamos que não se trata de apenas duas teorias, mas sim de duas maneiras de pensar sobre a formação do PVB. Sendo (i) uma teoria externalista e (ii) uma teoria internalista. Há várias teorias não idênticas como (i) e várias

formação do PB (português brasileiro) se deu através da junção de uma língua de substrato (ou mais de uma) e uma língua de superestrato (ou mais de uma) que, por sua vez, através de uma simplificação, deu origem a um *pidgin*¹⁹ que se transformou num crioulo que rapidamente se descrioulizou, propiciando então a gênese do PVB (português vernacular brasileiro); e (ii) a que defende que o PVB é fruto de uma deriva linguística, ou seja, que o PVB apenas segue a deriva da língua proposta por Sapir (1949), com certa aceleração propiciada por uma confluência de motivos (que tem muito a ver com o grande número de aloglotas durante a formação do PVB). A nossa intenção é promover um debate entre as teorias e analisar os argumentos que são propostos pelos dois lados, avaliando se, do ponto de vista de sua constituição epistemológica, uma delas é mais simples (i.e., segue mais de perto a Navalha de Ockham). É importante notar, antes de mais nada, que o critério da simplicidade não é o único que deve ser usado para se decidir entre teorias; ou seja, mesmo que a teoria A seja a mais econômica, isso não significa automaticamente que ela seja a mais correta ou a melhor. Por outro lado, dado que o debate sobre a formação do PVB já é muito longo e parece longe de ser resolvido, um olhar sobre as teorias em disputa pode lançar luz sobre onde de fato as teorias divergem e qual é a real importância dessa(s) divergência(s), trazendo à tona quais são os verdadeiros pontos que merecem uma investigação mais detalhada.

Para analisar essas duas teorias, i.e., as internalistas e as externalistas, teremos que compará-las entre si, e, nesse caso, não procuraremos averiguar se os argumentos que cada uma delas usa são verdadeiros ou falsos, vamos considerá-los corretos conforme cada teoria os postula – nossa comparação não será com relação às bases das teorias, mas sim com relação à articulação de seus conceitos e argumentos. No entanto, veremos mais à frente que muitas vezes essa comparação não é possível por vários fatores.

Para podermos comparar a articulação dos conceitos e argumentos das teorias em questão e chegar ao consenso de teoria

como (ii) que podem ser agrupadas nos seus respectivos grupos (internalista/externalista).

¹⁹ Ou não, pois não é claro que todos os pesquisadores adotem a ideia de que só pode haver um crioulo se antes houve um *pidgin*. Lucchesi *et al.* (2009), ao afirmarem que a TLI pode resultar num crioulo, claramente não entendem que um crioulo só pode ser derivado de um *pidgin*. No capítulo 3, veremos que McWhorter (1998 [2005]) defende justamente o contrário: sem um *pidgin* prévio, não haverá um crioulo.

“ideal” ou pelo menos mais econômica, passaremos pelo conceito de metateoria, que desenvolveremos na seção seguinte (2.1).

Na seção 2.2, veremos com mais detalhes os conceitos de criouliização e descriouliização, assim como a definição de *pidgin* e crioulo na subseção 2.2.1. Logo em seguida, na subseção 2.2.2, apresentaremos um ponto de vista mais estrutural sobre a definição de crioulo, ou seja, uma definição sincrônica. Na seção 2.3, apresentaremos uma hipótese de semicriouliização proposta por Holm (1991) e contestada por Parkvall e López (2003).

2.1 Metateoria: o “princípio da cafeteria” e as controvérsias

É importante, antes de falarmos em metateoria, discorrer um pouco sobre o termo teoria, principalmente porque esse termo pode ter mais de uma acepção. Por exemplo, em sua concepção mais popular, de fora da academia, “teoria” pode ser usada para significar alguma coisa que seja fácil de dizer, porém, difícil de realizar, como uma utopia ou uma conjectura improvável, etc. Mas dentro da academia o que prevalece é o que chamamos de teoria científica, que é a parte especulativa de uma dada ciência em oposição à prática que pode ser dividida em duas partes: a parte dos fatos a serem observados e a parte das hipóteses científicas com seus postulados (ideias e axiomas). Em relação a esses fatos, podemos citar algumas teorias científicas bem conhecidas como, a Teoria da Evolução das espécies de Charlie Darwin na biologia, a Teoria da Relatividade de Albert Einstein na física, entre outras, e é esse tipo de teoria que nos interessa por ora, a teoria científica. Dentro da linguística, por exemplo, temos inúmeras teorias científicas. Diante da definição que temos de teoria científica, “considerar que há uma abordagem única (ou, mesmo, unificada) da linguagem é uma falsa crença”²⁰; o mesmo vale para as teorias que tratam especificamente da formação do PB, pois os autores defendem pontos de vista diferentes e conflitantes que fazem gerar uma pluralidade de abordagens. Não podemos, dessa forma, pelo menos por ora, aceitar uma única visão de um fenômeno analisado.

Agora que já temos algumas definições de teoria, ainda que de forma simplificada, podemos definir metateoria como sendo a teoria que teoriza sobre a própria teoria – teorias sobre teorias, sobre seu

²⁰ BORGES NETO, José. História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto. ReVEL. Vol. 8, n. 14, 2010. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

comportamento, constituição interna, bases, etc.; no nosso caso, sobre a ciência da linguagem. Analisaremos e discutiremos os postulados de algumas teorias a respeito da formação do português brasileiro avaliando-as de uma perspectiva metateórica, levando sempre em consideração o princípio da Navalha de Ockham, i.e., a melhor teoria se resume numa teoria simples, clara e objetiva, e o que a torna virtuosa é dizer de maneira simples (i.e., com poucos postulados, entidades e mecanismos) o que é complexo. Além do princípio da Navalha de Ockham, consideraremos (mais a frente) outros princípios que juntos ajudam a formular a melhor teoria do ponto de vista científico.

Podemos lançar mão de uma analogia para entendermos melhor nossos objetivos neste trabalho. Pensamos, por exemplo, na *Metáfora da Sinfonia*²¹ de Walter Gehring, que postula o seguinte: o ideal (para uma teoria científica) é que se constitua numa sinfonia, na qual as partituras, que se sobrepõem a todo o momento, formem um conjunto harmônico através dos instrumentos, cada qual com sua especificidade. Se juntássemos os argumentos²² das teorias que tratam da formação do PB, não teríamos uma sinfonia, porque ora os instrumentos (conceitos/termos) são tocados de uma forma, ora de outra – mas poderíamos afirmar que a falta de harmonia se dá porque os instrumentos são de sinfonias distintas, logo, tocam conforme suas partituras, até aí tudo bem. Mas se tomássemos apenas partes desses argumentos – afinados conforme a nova partitura/sinfonia – e montássemos a mesma sinfonia, cada instrumento (termo) tendo a sua função e cada instrumento sendo tocado na hora certa, adaptados à nova partitura, (os termos sendo os mesmos para todos os pesquisadores), provavelmente a sinfonia (a teoria) sairia mais audível e harmônica (mais bem definida, ainda que plural). A intenção não é criar uma amálgama dos termos, mas torná-los mais precisos para chegarmos a

²¹ Segundo a *Metáfora da Sinfonia* de Walter Gehring os instrumentos que se sobrepõem o tempo todo são imprescindíveis para compor a harmonia desde que cada um cumpra seu papel, que no caso, é fundamental. (cf. BORGES NETO, José. História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto. ReVEL. Vol. 8, n. 14, 2010. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]).

²² Claro que, assim como em uma sinfonia, os termos precisariam passar por uma adaptação, adequação para tocarem “sinfonicamente” e, nem todos os termos poderiam ser aproveitados, pois, não teria como termos uma boa sinfonia juntando partituras de sinfonia diferentes sem uma adequação. Também não estamos propondo um sincretismo teórico, pois, cada teoria tem o seu valor separadamente. O que estamos discutindo é o fato de definir um objeto (crioulo, PB) através de termos nomeadamente iguais, porém com definições diferentes.

uma definição mais homogênea, para aí então aplicar os termos ao PB. Pois, temos consciência de que um instrumento como o violino, por exemplo, tocará distintamente em cada sinfonia, no entanto, ele nunca deixará de ser um violino. E é essa aplicação que queremos dar aos termos usados nas teorias em questão, uma precisão que garanta algum tipo de intercompreensão sobre pelo menos o que seja o fenômeno em foco.

De fato, o ideal é que tivéssemos uma sinfonia, entretanto, não é isso que acontece, e uma das razões para tanto é que, muitas vezes, os autores usam termos distintos para falar da mesma coisa – a definição do termo não é a mesma para o mesmo objeto, o que torna o caminho muito mais nebuloso. Um exemplo disso (de uma sinfonia desafinada) é o emprego do termo “Transmissão Linguística Irregular” (TLI)²³: para Lucchesi *et al.* (2009), algumas variações existentes no PB são advindas de uma TLI; já para Naro e Scherre (2007), a TLI em si não é determinante para uma evolução linguística, pois ela dependerá muito mais de fatores sociais. Por considerar o termo TLI pejorativo, como vimos, Naro e Scherre o “renomeiam” de “nativização”. No entanto, por sua vez, o termo “nativização” é usado de outra forma por Lucchesi *et al.*, como veremos em detalhe mais à frente no texto. A proliferação de termos e definições não é em si problemática, mas o que vemos com relação à formação do PB é que, por trás dessa miríade de termos e definições, há uma indefinição quanto ao próprio fenômeno (o que é uma língua crioula? O que é a transmissão linguística irregular?), e isso faz com as críticas que muitas vezes os autores fazem aos trabalhos uns dos outros não sejam eficazes, justamente porque podem não estar lidando com o mesmo fenômeno (que carece de definição). É certo que cada teoria apresentará seus termos conforme definidos em seu próprio âmbito, mas cremos que o problema está também com a própria delimitação do fenômeno.

A própria definição de língua crioula é também bastante problemática, tendo em vista que há interesses particulares quando um autor adota uma definição de crioulo antes mesmo de testá-la e/ou quando o autor foge da linguística para definir uma língua crioula, ou seja, quando um crioulo é definido histórica, social ou demograficamente. Como definir uma língua crioula, afinal? Para Parkvall (2012), por exemplo, se faz necessário entender como

²³ A própria definição de Transmissão Linguística Irregular é bastante problemática, pois os autores não usam uma definição precisa, clara ou somente linguística.

funcionam os contatos linguísticos e a reestruturação das funções de cada língua e, para tanto, é de suma importância instituir onde se originaram as várias características linguísticas que compõem os subsistemas dessas línguas, verificar quais foram os traços que foram conservados na formação de um *pidgin* ou crioulo e reconhecer os novos traços que foram reintroduzidos no contato com as línguas de superestrato. Por último, o autor consulta os dados demográficos e históricos. Ou seja, o que Parkvall faz é percorrer o caminho de volta para montar o quebra-cabeça das línguas crioulas. Claro que estamos colocando tudo isso de maneira muito simplificada, pois a pesquisa de Parkvall²⁴ tem uma extensão enorme: o autor pesquisou a fonologia, a sintaxe, a semântica e o léxico de 168 línguas africanas para verificar se os crioulos do Oceano Atlântico guardam em seus traços gramaticais/estruturais algumas das características dessas línguas no nível fonológico, sintático, semântico ou lexical. No escopo de seu estudo, são considerados os crioulos que:

- (i) são falados num ou noutro lado do Oceano Atlântico;
- (ii) receberam o grosso de seu vocabulário de uma de cinco línguas europeias: o inglês, o francês o português, o holandês e o espanhol;
- (iii) têm por substratos línguas faladas ao longo das costas ocidentais da África;
- (iv) surgiram como decorrência dos empreendimentos da colonização europeia e do tráfico de escravos entre os séculos XV e XVIII.

Ainda que Parkvall use argumentos externos para ajudar a definir crioulo, como os itens (i e iv), são os critérios linguísticos como os itens (ii e iii) que definirão, em última instância, se uma língua é crioula ou não. Pois, a partir do momento que um pesquisador usa dados não linguísticos como, conceitos históricos, sociais, demográficos como fatores principais para definir uma língua crioula, ele estará complicando sua definição de crioulo (enquanto noção linguística), porque são conceitos que não fazem parte do seu campo de estudo, visto que o pesquisador é um linguista e seus argumentos e evidências devem

²⁴ Em 2000, o linguista sueco Mikael Parkvall publicou um livro intitulado *Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles*, em que propõe uma definição sincrônica de crioulo. Esse livro foi traduzido para o português em 2012, por Rodolfo Ilari, e é essa tradução que usamos aqui.

ser de ordem linguística – salva quando, diante de justificativas plausíveis e independentemente embasadas, outras noções, de outros campos de estudo, se fazem necessárias. Uma vez que são empregados conceitos estruturais, o linguista estará fazendo uso de uma teoria mais econômica porque são conceitos que já fazem parte do seu campo de estudo, o que ele fará será apenas reorganizar traços linguísticos encontrados em línguas crioulas conforme seu conhecimento prévio. Veremos nos capítulos subsequentes que os autores com os quais iremos trabalhar optam por definir crioulo de outra forma.²⁵

Além de defender uma definição sincrônica de crioulo, Parkvall, em seu trabalho, traça várias considerações epistemológicas que são pertinentes às teorias crioulísticas, como o “princípio da cafeteria”. Segundo Parkvall, ao defender suas teorias os autores acabam deixando alguns traços de fora e incluindo outros, às vezes não intencionalmente. O que o autor achar mais interessante ele inclui e o resto, ele descarta, isso faz com que, antes mesmo de investigar os dados, o autor acabe definindo crioulo (ou outros termos) em função de seus interesses próprios, de forma a ir ao encontro de sua teoria que, por consequência, caminha conforme os dados. Com tudo isso, a definição de crioulo se torna mais complexa, pois os autores não usam como ponto de partida o mesmo objeto. Por exemplo, o autor x examina várias línguas africanas até encontrar o traço desejado, quando isso acontece o autor remete a origem do traço crioulo a essa língua. Ao encontrar o traço, o autor para de procurar por sua origem e decide (arbitrariamente) que o crioulo que está pesquisando tem origem naquela língua²⁶. Ou então, um dado autor decide previamente a que língua africana um dado crioulo se assemelha, e como consequência esse crioulo como um todo é descrito em termos

²⁵ Certamente a posição de Parkvall é polêmica, mas é importante notarmos também que ela é econômica, como adiantamos, justamente por definir um fenômeno considerado linguístico – as línguas crioulas – exclusivamente por meio de critérios linguísticos. Isso torna sua abordagem mais simples, pois não lança mão de critérios e conceitos advindos de outros campos do conhecimento.

²⁶ Suponha que o autor queira encontrar o traço gramatical A, presente num dado crioulo, numa das línguas que participaram de sua gênese. Imagine que houve 5 dessas línguas, as línguas 1, 2, 3, 4 e 5. Suponha que o traço A esteja presente nas línguas 2 e 5 e que o autor procure o traço nas línguas de 1 a 5 nessa ordem. Ora, pode muito bem ser o caso que ele atribua a origem de A à língua 2, mas, se ele fizer isso, poderá estar errado, dado que a língua 5 também tem esse mesmo traço A. O que o autor precisa fazer então é avaliar todas origens possíveis e eliminar todas menos uma, e não parar de procurar assim que encontra o que está procurando.

da estrutura do substrato assim eleito. Também há autores que decidem de antemão a língua que fará parte do substrato do crioulo em análise e o descreverá conforme essa língua. Ao usar o “princípio da cafeteria” os autores estão, automaticamente, dificultando uma possível comparação entre teorias. Mas sempre há a alternativa de aplicarmos o princípio da Navalha de Ockham e eleger a teoria que consegue expor de maneira mais “simples” o complexo, sem que para isso o autor tenha que precocemente mostrar resultados remetendo determinado traço crioulo à primeira língua em que encontra um dado traço de interesse.

A definição sincrônica de crioulo de Parkvall não é a única quando se trata de formação de uma língua crioula. Como vimos, há definições bastante diferentes e abrangentes (neste caso, a Navalha de Ockham precisaria entrar em ação) a respeito desse termo. Visto essa pluralidade de teorias, é interessante lançar mão de alguns conceitos postulados por Marcelo Dascal (1994), quando o autor teoriza sobre como podemos conceber uma boa teoria científica e as controvérsias que podem avançá-la:

As controvérsias são indispensáveis para a formação, evolução e avaliação das teorias (científicas) porque é nelas que se exerce a crítica ‘séria’, ou seja, aquela que permite engendrar, melhorar e controlar seja a ‘boa estruturação’, seja o “conteúdo empírico” das teorias científicas. (DASCAL, 1994, p. 5).

Para o autor, a ciência naturalmente se manifesta ao longo da história através de uma sequência de controvérsias, o que possibilita uma atividade crítica e consequente produção de mudanças e inovações (p. 78). Aplicando o conceito de controvérsia às teorias aqui mencionadas sobre a formação do PB, em princípio, constatamos que os autores não estão tão “seguros” assim dos termos usados dentro das suas respectivas teorias, como já mencionado acima, o que implica uma falta de diálogo entre as teorias. Para chegarmos a uma controvérsia há a necessidade de muito mais do que divergências entre as teorias – elas primeiramente precisam expor qual a concepção de língua (ou crioulo) que elas estão propondo ou seguindo, e aí então podemos avaliar suas concepções e averiguar se elas divergem ou convergem. Inevitavelmente teremos semelhanças e diferenças que contribuirão para o progresso do assunto teorizado. Muitas vezes os autores nos dão apenas uma vaga ideia do que significa um dado termo, e se posicionam contra a teoria do

seu oponente, o que gera uma pseudocontrovérsia, dado que não há um acordo inicial sequer quanto aos termos usados e quanto à sua definição. Entramos no mérito da existência ou não de uma controvérsia entre as teorias a respeito da formação do PB porque, como afirma Dascal, ela é de suma importância, pois é a controvérsia que vai proporcionar o progresso do assunto estudado.

A seguir, alguns pré-requisitos para termos uma controvérsia.

- (i) em primeiro lugar precisamos estar seguros dos termos que usamos;
- (ii) em segundo, não há controvérsia propriamente dita sem que pelo menos duas pessoas empreguem a linguagem, dirigindo-se uma a outra, num confronto de opiniões, argumentos, teorias etc;
- (iii) é essencial na controvérsia a possibilidade e o uso do direito de contestação ao oponente por parte de cada um dos adversários;
- (iv) o jogo da controvérsia é essencialmente um ‘jogo estratégico’, ou seja, um jogo em que nossa capacidade de previsão da jogada do adversário é limitada;
- (v) a recepção crítica, o diálogo pré-fabricado, e tipos semelhantes de discurso polêmico, não são considerados como controvérsias porque não são considerados realmente dialógicos;
- (vi) a controvérsia consiste então primeiramente naqueles textos ou intervenções orais diretamente dirigidos por cada adversário ao outro (ou aos outros), privada ou publicamente;
- (vii) uma controvérsia sempre progredirá – tanto em extensão quanto em complexidade – em relação aos os problemas colocados inicialmente;
- (viii) há, também, o aspecto hermenêutico na controvérsia, i.e., a interpretação da linguagem, dos dados e das teorias pelos adversários. Isto gera “uma fuga ao tema a ser discutido”.

Dascal nos faz lembrar que todos esses “critérios” listados acima cabem também a todos os diálogos polêmicos, que é a família a qual a “controvérsia”, a “discussão” e a “disputa” fazem parte. Mas o que seria a controvérsia? Para o autor, “é um tipo de polêmica que ocupa uma posição intermediária entre a discussão e a disputa” (p. 79). Uma controvérsia pode começar de maneira mais específica com um problema menor, no entanto, também pode se expandir a discussões maiores com preferências opostas sobre métodos vigentes para solucionar determinado problema. A controvérsia não se resume a meros

conflitos insolúveis de preferências: os adversários tentam ao máximo acumular argumentos que ou lhes darão a vitória dentro de uma discussão, ou pelo menos que os coloquem em vantagem com relação ao(s) oponente(s). Para resolver uma controvérsia, pelo menos uma das partes tem que aceitar e reconhecer os argumentos do seu oponente, ou ambas as partes esclarecem as divergências em jogo mutuamente. Ainda segundo Dascal, os “mal-entendidos” dentro de uma controvérsia são interpretados como uma forma de ataque dos adversários para defender suas teorias e atacar a do seu oponente de forma a distorcer os argumentos.

Como vimos, constatamos, em princípio, que os autores que teorizam sobre a formação do PVB não estão tão “seguros” assim dos termos usados dentro das suas respectivas teorias, o que implica uma falta de diálogo profícuo entre as teorias – mais do que avançar, por exemplo, as predições de uma dada teoria e as possíveis refutações a ela, o que vemos são redefinições de termos e disputas por meio de conceitos diferentes considerados. Se não há diálogo não há uma polêmica (no sentido técnico), se não há polêmica não há controvérsia, e se não há controvérsia não há evolução de qualquer que seja a teoria, pois não houve troca de argumentos que proporcionasse um grau maior de conhecimento a respeito do objeto estudado por ambas as teorias²⁷.

Em suma, compramos a ideia de que para uma teoria ser boa ela precisa passar por esses três crivos:

- (i) o autor não pode usar o “princípio da cafeteria”;
- (ii) precisa estar incluído numa controvérsia científica e,
- (iii) passar pela Navalha de Ockham.

Uma teoria que passasse por todos esses critérios seria uma teoria elaborada, discutida (ou explícita o suficiente para estar aberta à discussão) e “simples”. A ideia inicial de comparar teorias, fazendo um trabalho metateórico fica comprometida quando as teorias não conversam entre si.

²⁷ Tomemos como exemplo as teorias a respeito da formação do PVB: não vemos uma evolução considerável quanto ao assunto, os “oponentes” discutem há tempos, no entanto, não conseguem chegar a um acordo quanto à formação do PVB, cada um fica com a sua versão. (i) porque há divergência a respeito da nomeação dos termos usados, (ii) a discussão não progride, (iii) e muitas vezes a interpretação dos dados da teoria adversária gera uma fuga ao tema.

2.2 Conceito de criouliização e descriouliização

2.2.1 *Pidgin* e crioulo: definições

A colonização europeia entre os séculos XVI e XIX teve como um de seus resultados diversas situações propícias para a gênese de *pidgin* e/ou línguas crioulas. Ou seja, o que aconteceu nas comunidades colonizadas, no que tange à comunicação, foi a busca por comunicação entre os escravos e os senhores e entre os próprios escravos. Com a finalidade de se comunicar através da língua, os falantes trazidos pelos colonizadores de várias comunidades diferentes, e consequentemente falantes de línguas diferentes, buscavam uma linguagem comum para sobreviver.

De uma forma mais específica, antes de tentarmos encontrar as raízes do PB, precisamos definir um ponto de partida pelo qual seguiremos de forma diacrônica até montarmos o mosaico das línguas e etnias envolvidas na sua formação. Os vários autores aqui citados entram numa discussão que parece infundável, se o PB foi uma língua crioula e agora está se descriouliizando ou não, e a razão (talvez uma das principais) para esse estado de coisas é que, muitas vezes, os autores *parecem* estar falando dos mesmos objetos, ou usando os mesmos conceitos. Sendo assim, é imprescindível que tenhamos clareza com relação à seguinte questão: os autores usam a mesma definição de língua crioula (*pidgin*, deriva e/ou transmissão linguística irregular)? Ou cada qual discute o PB a partir de sua própria definição de crioulo, e nesse caso não estariam falando (necessariamente) da(s) mesma(s) coisa(s)? Em outras palavras, não é apenas a questão de discutir um tema a partir de hipóteses distintas, mas sim a partir de objetos distintos, o que acarretaria uma série de discussões incomensuráveis porque, *grosso modo*, estariam discutindo coisas diferentes.

Colocadas as diferentes visões que cada autor tem a respeito da formação do português brasileiro no capítulo anterior, agora faremos uma breve excursão sobre o que viria a ser uma língua crioula.

Resumidamente, e de modo bastante idealizado, uma língua crioula nasce a partir do contato de comunidades linguísticas diferentes em meio a uma relação que se estabelece entre o grupo dominante com o grupo dominado. Antes de tornar-se uma língua crioula, o resultado do contato entre essas as etnias será um *pidgin*, um meio de comunicação, na maioria das vezes, efêmero. O *pidgin* seria uma forma de comunicação que, idealmente, usa o léxico da língua do colonizador e a sintaxe da língua nativa do colonizado e que tem um contexto de uso

bastante restrito, em geral ligado a comércio e a trocas materiais. A partir do momento que começam a nascer crianças nessa comunidade, elas passam a ter o *pidgin* que seus pais falam como *input* na fase de aquisição da linguagem; o *pidgin* passa então, por ação dessa nova geração de falantes, a ser um crioulo. Ou seja, o meio de comunicação utilizado pelos adultos naquela comunidade passou a ser uma língua natural para as crianças daquele meio, que o dotam de uma gramática e assim temos uma língua natural. Portanto, esses falantes nativos tornaram possível a passagem do *pidgin* a uma língua crioula. É importante salientar que essa definição de língua crioula é mais externa ou social do que estrutural. Posteriormente, alguns pesquisadores tentarão definir língua crioula através de características morfossintáticas.

Para uma conceituação mais formal, e também para avaliar como esses termos podem ter acepções variáveis, resolvemos consultar alguns dicionários de linguística sobre os termos “*pidgin*” e “crioulo”. Apresentaremos abaixo, os verbetes encontrados nos dicionários de linguística do britânico R. Larry Trask, publicado originalmente (2004) e traduzido para o português em (2011); do americano David Crystal, sendo a primeira edição de (1988); e por fim, do francês Jean Dubois *et al.*, com a primeira edição datada de (1973). É importante salientar: trata-se apenas de um exercício, mas dada a importância e a circulação desse material, somado ao de eles terem por objetivo capturar um grande número de situações de uso de tais termos, nos pareceu bastante interessante atentar para como esses conceitos, tão diferentemente entendidos no âmbito dos estudos sobre a formação do PB, aparecem nesses instrumentos. Podemos pensar no resultado dessa consulta como um termômetro sobre a homogeneidade (ou falta dela) no uso corrente desses termos em linguística.

Na obra de Trask (2011), encontramos o seguinte:

- Pidgin (*pidgin*) – Uma língua auxiliar criada por pessoas que não tem nenhuma língua em comum. Muitas e muitas vezes, na historia da humanidade, povos que não tinham em comum uma língua foram atirados juntos no mesmo lugar, e foram obrigados a interagir. Às vezes, a língua de um dos grupos é aprendida pelo outro e é usada como **língua franca**, mas, às vezes, acontece uma coisa completamente diferente: palavras de uma ou mais línguas dos povos envolvidos são tomadas e alinhavadas numa colcha de retalhos que permite uma forma bastante rudimentar de comunicação. É nisso que consiste um *pidgin*. Um *pidgin* não é a língua materna de ninguém, e não é de modo algum uma verdadeira língua: não tem uma gramática reconhecível, é muito

limitado naquilo que pode veicular, e diferentes pessoas o falam de maneiras diferentes. Ainda assim funciona para objetivos simples, e com frequência é aprendido por todos na área. [...] Os *pidgins* surgem sempre que as condições são favoráveis, e muitos deles foram criados apenas nos últimos séculos. Alguns foram criados ao longo das costas orientais e ocidentais da África, para facilitar o comércio entre africanos, europeus e árabes. Muitos outros foram construídos na América do Norte e no Caribe, sobretudo para permitir que os escravos africanos falassem entre si e entre seus senhores europeus. [...]. Há vários destinos possíveis para um *pidgin*. Em primeiro lugar ele pode cair em desuso. [...]. Em segundo lugar, pode continuar em uso por várias gerações, ou mesmo por vários séculos, como aconteceu com alguns *pidgins* da África ocidental. Em terceiro lugar, pode sofrer uma mudança bem mais impressionante, tornando-se uma língua materna. Isso acontece quando o *pidgin* é a única coisa que as crianças de uma comunidade podem usar com outras crianças. Sempre que isso acontece, as crianças tomam o *pidgin* e o transformam numa língua de verdade, fixando e elaborando a gramática, e expandindo amplamente o vocabulário. O resultado é um **crioulo**, e as crianças que o criam são os primeiros falantes nativos desse crioulo. (p. 228 - 229)

▪ Crioulo (*criole*) – Uma língua que deriva de um *pidgin*. Um *pidgin* não é uma língua natural, é apenas um sistema de comunicação rudimentar, alinhavado por pessoas que não têm uma língua comum. Quando um *pidgin* se estabelece numa comunidade multilíngue, então pode muito bem chegar um momento em que aparece uma geração de crianças que dispõem apenas do *pidgin* para falar entre si. Nesse caso, quase inevitavelmente, as crianças transformam o *pidgin* numa verdadeira língua, completada por um vocabulário amplo e um rico sistema gramatical. Essa nova língua é um crioulo, e as crianças que o inventaram são os primeiros falantes nativos desse **crioulo**. O processo pelo qual se transforma um *pidgin* em um crioulo é a **crioulização** (*creolization*). [...]. Quando um crioulo mantém o contato com a língua de prestígio com base na qual foi especialmente construído pode sofrer uma significativa **descrioulização** – uma adaptação que o aproxima daquela língua padrão prestigiada – e o resultado pode ser um **continuum de crioulos**, um leque de variedades que vão desde uma versão de crioulo altamente conservadora (o **basileto**) até algo mais ou menos parecido com o modelo prestigiado (o **acroleto**), passando por variedades descrioulizadas (os **mesoletos**). (p. 70-71).

Dubois *et al.* (2001) conceituam os termos em análise da seguinte forma:

- *pidgin* – Chama-se *pidgin* uma segunda língua nascida do contacto do inglês com diversas línguas do Extremo Oriente (principalmente o chinês) a fim de possibilitar a intercompreensão de comunidades de línguas diferentes. O sistema do *pidgin* é bastante mais completo do que o do *sabir**, pois seu vocabulário cobre numerosas atividades. Mas, especificamente, o *pidgin-english*, ou *pidgin*, é uma língua composta com base gramatical do chinês e vocabulário do inglês (por oposição ao *pidgin melanésico* ou *bichlamar**). (p. 469)

- *crioulo* – Dá-se o nome de *crioulos* a *sabires**, *pseudo-sabires**, ou *pidgins**, que, por motivos diversos de ordem histórica ou sociocultural, se tornaram línguas maternas de toda uma comunidade. Não se tem por língua materna um *sabir*, um *pseudo-sabir* ou um *pidgin*, mas como milhões de haitianos, pode-se ter um *crioulo*. Os *pseudo-sabires* unilaterais, de base francesa, inglesa, portuguesa, holandesa ou espanhola foram empregados por negros de comunidades diversas, que faziam os ajuntamentos negreiros e aos quais se propunham os problemas de intercompreensão. Há *crioulos franceses* no Haiti, Martinica, Guadalupe, *crioulos ingleses* na Jamaica e nos Estados Unidos (*gullah*), *crioulos portugueses* na África, Índia, Indonésia e China e *crioulos holandeses* na Indonésia. Neles o número de palavras de origem local é muito reduzido, salvo exceções. As condições de formação desses *crioulos* a partir de *pseudo-sabires* (uso de imperativos, infinitivos, formas sintáticas simples) explicam seus caracteres comuns. Assim se explicam as semelhanças entre *crioulos* afastados geograficamente ou de famílias diferentes. De fato, é a origem mista que diferencia os *crioulos* dos dialetos de uma língua e é o seu *status* sociocultural que os opõem à própria língua. (p. 161)

Finalmente, em Crystal (2000), temos:

- *pidgin* Termo usado na SOCIOLINGUÍSTICA com referência a uma LÍNGUA que mostra uma redução significativa de ESTRUTURA GRAMATICAL, LÉXICO e ESTILÍSTICA, em comparação com outras línguas, e que não é a língua nativa de ninguém. Os *pidgins* são formados por duas comunidades de FALA que tentam se comunicar, cada uma delas se aproximando sucessivamente dos traços mais óbvios da outra língua. Tais desenvolvimentos necessitam de uma

motivação considerável por parte dos falantes. Por isso, não surpreende ver as **línguas pidgin** florescerem em área de desenvolvimento econômico, como nos **pidgins** baseados em inglês, francês, espanhol e português, nas Índias Ocidentais e Orientais, na África e nas Américas. Os **pidgins** se tornam CRIOULAS quando passam a ser língua materna de uma comunidade. (p. 201)

- **crioulo** Termo usado na SOCIOLINGUÍSTICA com referência a uma LÍNGUA *PIDGIN* que se tornou a língua materna de uma comunidade de FALA, como aconteceu na Jamaica, no Haiti, na República Dominicana e em diversas outras partes do mundo, principalmente em ex-colônias. Este processo amplia variedade ESTRUTURAL e ESTILÍSTICA da língua *pidgin*, de forma que a língua crioula seja comparável, em termos de COMPLEXIDADE FORMAL E FUNCIONAL, às outras línguas. (p. 71)

Os autores citados acima trazem duas definições relativamente distintas de *pidgin*. Trask (2011), como podemos observar, não faz menção, em momento algum, às línguas de substrato e superstrato em sua definição de *pidgin*; afirma apenas que “a língua dos povos envolvidos são alinhavadas numa colcha de retalhos que permite uma forma bastante rudimentar de comunicação.” (p. 70). Saliencia que de forma alguma podemos considerar o *pidgin* uma verdadeira língua, mas pode servir de comunicação por várias gerações ou até mesmo séculos sem transformar-se em crioulo. Dubois *et al.* (2001) traz uma definição bastante restrita de *pidgin* que relaciona o surgimento do *pidgin* ao inglês, dando ensejo a se pensar que todo *pidgin* teria que ter o inglês como língua de base – o que não é o caso, pois ao longo da colonização europeia o português, por exemplo, foi língua de base na formação de vários *pidgins*. Por fim, a definição de Crystal (2000), não é muito distante da definição de Trask. Mas ainda assim o autor traz a ideia de motivação que levaria os falantes a adquirirem o *pidgin*, que, no caso, seria o interesse dos colonizadores pelas terras.

Quanto à definição de crioulo, Trask (2011), Dubois *et al.* (2001) e Crystal (2000) concordam que o crioulo deriva de um *pidgin* a partir do momento que o mesmo se torna língua materna de uma comunidade de fala. Trask vai mais além e afirma que quando os falantes de crioulo mantêm contato com a língua de prestígio que deu base para a crioulação, a língua pode sofrer um significativo processo de descrioulização, e dessa forma surgirem variedades de línguas mais

próximas à língua de prestígio; é algo próximo a essa ideia que Guy (1981) defende para o PVB.

Como vimos nas definições acima, os dicionários de linguística consultados consideram que o crioulo é uma língua natural. Mas o que isso quer dizer exatamente? O crioulo é uma língua natural por que preenche todos os papéis sociais que uma língua deve ocupar? Ou por que o crioulo tem as características estruturais de uma língua natural²⁸? Mas o que seria o oposto de uma língua natural? Uma língua artificial ou não natural? Vamos começar por observar algumas características das línguas artificiais.

Em geral, as línguas artificiais são criadas com um objetivo específico, normalmente para facilitar a comunicação entre um grupo ou vários (atualmente, talvez a língua artificial mais bem conhecida seja o esperanto), às vezes político e às vezes, mais recentemente, comercial. Algumas línguas artificiais têm suas gramáticas criadas do zero (as assim-chamadas “línguas artificiais *a priori*”), já outras derivam suas gramáticas de outras línguas naturais (as “línguas artificiais *a posteriori*”). Com o passar do tempo, quando uma língua artificial “dá certo” ou se prolonga, ela começa a ter falantes nativos, ou seja, crianças que têm os pais como falantes de uma língua artificial podem aprender essa língua não-natural como primeira língua, aí então, a língua perde seu caráter artificial e passa a ser natural para esses falantes que a aprenderam como primeira língua. (cf. Okrent, 2009.). Diante dessas rápidas considerações, não parece ser definitivamente o caso que um crioulo seja uma língua artificial – ele não é (conscientemente) criado e tem falantes nativos.

Contudo, tampouco os *pidgins* podem ser considerados línguas artificiais, pois, ao passo que essas últimas já nascem com um sistema gramatical estabelecido, os *pidgins* são desprovidos de uma gramática articulada. Assim sendo, os *pidgins* não são línguas naturais com base em uma restrição estrutural: justamente a falta de uma gramática. Naro (1978) entende que os *pidgins* são invenções mais ou menos conscientes dos adultos que “simplificam” sua língua para se fazer entender. Essas línguas teriam o objetivo de facilitar o contato entre colonizador e colonizado, mas que, posteriormente, em alguns casos, quando evoluem, passam a uma língua natural, que é quando crianças o aprendem como primeira língua. Portanto, o crioulo é considerado língua natural porque há falantes nativos e tem uma gramática (apesar de evocar o termo

²⁸ Quais? Todas elas? Algumas? Quantas? Obviamente, essas não são questões triviais.

“estrutura” e “gramatical”, lembramos que as considerações que fizemos até aqui ainda são mais sociais que estruturais simplesmente porque ainda não apresentamos nenhum traço estrutural e/ou gramatical). Todavia, as línguas crioulas distinguem-se das outras línguas naturais pelo seu processo de formação advindo de um *pidgin* e por sua relação com a língua de prestígio que geralmente é a língua de superestrato, que forneceu a base do léxico; por isso, a maioria das publicações a respeito sempre que falam de crioulo usam termos como: “crioulo de base lexical portuguesa”, “crioulo francês” etc., referindo-se à língua que “cede” a maioria dos itens lexicais. Apesar de caracterizações sociais e históricas, há também diferenças gramaticais e estruturais em relação ao crioulo e outras línguas naturais, que não detalharemos por hora, mas que serão um dos temas do capítulo 3.

Antes de encerrar esta seção, julgamos interessante trazer o outro lado da discussão, qual seja: por que alguém consideraria, para início de conversa, que um crioulo *não* é uma língua natural? O que segue é extremamente especulativo, mas pode ajudar a ilustrar a situação.

O preconceito com relação às línguas crioulas é fruto direto do etnocentrismo europeu. Simplificando bastante as coisas, boa parte das línguas crioulas com base em línguas europeias soava aos ouvidos europeus como suas línguas nativas sendo faladas “erradamente”, ou seja, um crioulo de base francesa, para um francês do século XVIII, XIX e de meados do século XX, nada mais era do que um francês quebrado, deturpado, mal falado. Soma-se a isso o já existente e quase onipresente preconceito com relação aos povos colonizados – esses povos eram considerados inferiores em todos os aspectos, sendo considerados inclusive incapazes de falar uma língua europeia, que seria, nessa concepção preconceituosa, muito complexa para eles. Ora, ao ouvir uma língua crioula – sem ter conhecimento claro desse fenômeno, é verdade – um europeu ouvia, na verdade, um humano inferior tentando falar uma língua complexa demais para ele (sobre histórias fascinantes e cruéis desse tipo de preconceito, cf. DEUTSCHER, 2010).

A citação abaixo, de Serafim da Silva Neto, de 1949, traz uma definição de crioulo e também um pouco do preconceito sobre o qual estamos discorrendo:

[...] falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consiste na deturpação e simplificação extrema de uma língua, quando imperfeitamente transmitida, e

aprendida por gente de civilização inferior.
(SILVA NETO, 1949, p. 08)

Essa citação de Silva Neto deixa transparecer, além de um olhar pejorativo que alguns estudiosos tinham a respeito das línguas crioulas, também a passagem de um *pidgin* (falar de emergência) a uma língua crioula (língua natural).

Com o lento fim (ou pelo menos diminuição) do preconceito com relação aos povos colonizados e o paulatino entendimento dos processos linguísticos e sociais por trás dos *pidgins* e crioulos, ficou claro para os linguistas que há uma diferença de grau entre *pidgins* e crioulos, e que os últimos, mas não os primeiros, podem ser considerados, pelas razões que vimos logo acima, como línguas naturais. Contudo, a “reabilitação” dos crioulos como línguas naturais teve também um efeito deletério: depois de sofrer várias ordens de preconceitos por vários séculos, a constatação de que as línguas crioulas são de fato línguas naturais, fez com que fosse quase uma heresia tentar definir crioulo por meio de traços linguísticos. A ideia é que qualquer tentativa de enxergar elementos linguísticos que pudessem isolar um crioulo de uma língua não crioula seria trazer de volta os preconceitos que por tanto tempo assolaram essas línguas e seus falantes, ou seja, viu-se muitas vezes na tentativa de definir sincronicamente um crioulo uma atitude preconceituosa (cf. MCWHORTER, 2005). Apesar disso, alguns pesquisadores tentaram de fato definir estruturalmente um crioulo com graus variados de sucesso e o consenso, como vimos na citação de I. Roberts apresentada no capítulo 1, é que um crioulo define-se mais histórico-socialmente do que linguisticamente²⁹.

2.2.2 Define-se crioulo estruturalmente?

Ao longo dos séculos de colonização, muitos escravos foram retirados de suas terras natais e levados para territórios recém-explorados pelos colonizadores. A partir do século XVI, isso passou a ser frequente, principalmente entre os colonizadores portugueses que levavam, em grande quantidade, escravos africanos para as novas colônias portuguesas; no caso do Brasil, isso acontece de modo abundante principalmente depois que a mão de obra escrava indígena tornou-se escassa devido ao extermínio das populações nativas. Em

²⁹ Mais uma vez, boa parte dessas considerações é especulativa e uma pesquisa mais acurada sobre as primeiras concepções de crioulo precisa ser ainda feita.

geral, nos novos territórios explorados, os escravos eram de diferentes etnias e, por consequência, falavam diferentes línguas africanas. Para poder se comunicar e até mesmo sobreviver, esses escravos adaptavam o que ouviam dos senhores e de outros escravos, formando assim o jargão, uma forma de se comunicar bem rudimentar em que apenas algumas poucas palavras, as que eram necessárias para o dia-a-dia, são adaptadas em meio às dezenas de línguas, a maioria africana, faladas naquela comunidade. Após determinado tempo, o jargão evolui para o *pidgin*, ou seja, ao invés de algumas poucas palavras serem adaptadas à pronúncia africana dos escravos, frases inteiras agora são adaptadas, inclusive morfológica e sintaticamente. Dessa forma, nasce uma linguagem artificial que é menos marcada em relação à língua de superestrato, porém mais rebuscada e com alguma articulação sintática, algo que o jargão, o meio de comunicação anterior, não possuía. Em geral, o *pidgin* passa a usar o léxico da língua de superstrato que é a língua do colonizador, e a sintaxe e a semântica da língua de substrato que é a língua do colonizado. No entanto, essa nova forma de se comunicar não é língua materna de ninguém, apenas permite a interação entre os indivíduos daquela comunidade e tem objetivos bem específicos (i.e., não é usada em todas as interações, mas apenas nas mais comuns, como o comércio). Normalmente, quando o *pidgin* passa a ser a principal forma de comunicação dentro de uma comunidade, há a emergência de uma língua plena, nesse caso, o crioulo, que passa a servir para todas as necessidades expressivas e comunicativas dos membros da comunidade em questão. Se comparado às outras línguas naturais, o crioulo será uma língua menos marcada em termos morfológicos, isto é, de uma forma generalizada, será marcada a forma plural apenas em um sintagma da sentença e a morfologia flexional é quase zero; na maioria dos casos, o verbo não será marcado em número-pessoa, nem em tempo-modo como na língua portuguesa – mas esses são apenas alguns exemplos esporádicos. (cf. COUTO, 2002)

Vejamos os exemplos de Couto (1994, p. 108 apud COUTO, 2002; *grifos nossos*).

- (i) i fuma ‘ele fuma’
- (ii) i fuma **ba** ‘ele fumara, tinha fumado’
- (iii) i **ba** fuma ‘ele fuma’ ‘ele vai/foi/ia fumar’
- (iv) i **ta** fuma (no sentido de tem o hábito de fumar)
- (v) i **na** fuma ‘ele está fumando neste exato momento’.

Como podemos observar, a forma verbal ‘fuma’ não sofre nenhuma flexão, o que muda são as partículas que acompanham, são elas que vão marcar tempo, modo e aspecto. Além disso, nas línguas crioulas, a ordem das palavras geralmente é fixa.

Volker Noll afirma o seguinte:

As línguas crioulas acusam claras características. Assim valem-se de partículas para especificar os valores de tempo, modo e aspecto, em vez do sistema verbal românico. Um crioulo dispõe de uma gramaticalidade própria e atua como língua materna. (NOLL, 2008, p. 184).

Apesar de atuar como língua natural, o crioulo tem suas particularidades gramaticais. como vimos nos exemplos de Couto e na citação de Noll. Como afirma Rougé (2009), a partir de uma definição estrutural, para haver uma língua crioula há a necessidade de uma ruptura tipológica com relação às línguas envolvidas na gênese da língua crioula, ou seja, uma mudança estrutural que seja permanente (pelo menos até que se inicie o processo de descrioulização em direção à língua de superstrato, se isso vier a acontecer) e não apenas uma variação da língua. Desta forma, para haver um crioulo, tem que haver, necessariamente, a formação de uma nova língua, com uma gramática própria, e não apenas uma variação em algum aspecto gramatical de uma língua já existente, como a concordância nominal, verbal ou a de gênero, por exemplo. Lembrando que, antes de afirmar a existência de uma língua crioula através de aspectos estruturais, os aspectos sociais e a história precisam ser levados em conta – como afirma (ROBERTS, 1997 apud LUCCHESI, 2009c): “Não há nada de diferente em uma língua crioula além da sua história”. Aliás, como já havíamos dito, a grande maioria dos autores que trata dessa questão define um crioulo a partir do ponto de vista histórico e não estrutural. É interessante notar que esses autores que assumem que somente a história de uma dada língua permite classificá-la ou não como crioula falam de “traços crioulos” ou “características crioulas”; ora, como saber que estamos diante de um traço estrutural crioulo se tais línguas só podem ser identificadas por sua história? Essa é uma questão a qual voltaremos no capítulo seguinte.

Seja como for, na maioria das vezes, os autores não definem uma língua crioula sob o mesmo ponto de vista, e o fazem em detrimento da teoria que querem atacar (ou em prol daquela que querem defender).

Todavia, em princípio, parece que todos os autores incluídos em nossa revisão bibliográfica concordam em um ponto: línguas crioulas são línguas naturais e, na maioria das vezes, são constituídas por uma língua de vocabulário europeu e por uma gramática africana³⁰. Diante de ideias como essas, Couto (1992) nomeia as formas linguísticas encontradas na comunidade de Cafundó, interior de São Paulo, de *anticrioulo* justamente porque o vocabulário dessa comunidade linguística era composto por, basicamente, a gramática do português brasileiro rural e um léxico parcialmente africano. Em geral, para termos a gênese de uma língua crioula, é preciso haver uma série de condições: um contato abrupto e massivo entre populações; a relação de dominante/dominado; a preservação apenas de algumas funções comunicativas; o número do grupo dominante deve ser inferior ao grupo dominado; a idade já adulta dos membros do grupo dominado; a ausência de uma norma linguística regulamentadora; a erosão e a reestruturação gramatical; e, por fim, a formação de uma nova variedade em situação de contato entre línguas ininteligíveis – todas essas condições, ou um subconjunto delas, são subsídios essenciais na formação dessa nova variedade de língua natural.

De um ponto de vista mais estrutural, a formação do crioulo só se dá efetivamente com o evento da erosão e reestruturação gramatical, pois aí então teremos uma nova comunidade de fala; antes disso, a fala dessa comunidade está em processo de pidginização. No entanto, autores como Lucchesi e Baxter (2009) defendem a reestruturação gramatical independente da nativização; nesse caso, acontece o que os autores nomeiam de *pidgin* expandido, sem que ele progrida para uma língua crioula. Pois, para eles, no processo de pidginização, os adultos têm a capacidade de reestruturar a língua aprendida de tal forma que não haveria a necessidade da nativização por parte das crianças daquela comunidade que teriam o *pidgin* como primeira língua.

Ainda sobre Lucchesi *et al.* (2009), como vimos, os autores pressupõem o processo de transmissão linguística irregular do tipo leve na formação de uma nova variedade de língua e/ou na formação de uma nova variedade histórica da língua de superestrato.

[...] Entretanto, os processos históricos de contato entre línguas são altamente variáveis em termos de seus parâmetros sociodemográficos e

³⁰ Obviamente, as línguas crioulos não se restringem somente a línguas europeias e africanas; há crioulos na Ásia e na África, por exemplo, sem a participação de línguas europeias.

etnolinguísticos. Desse modo, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional/gramatical da nova variedade linguística, seja na *pidginização*, seja na *crioulização* – e mesmo depois no chamado *continuum post-crioulo* (WINFORD, 2003) –, *os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática sofrem uma concorrência dos modelos da língua do superstrato que é mais ou menos intensa e determinante, conforme cada caso histórico particular* (SIEGEL, 2008, p. 53-56). Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular, e não nos termos estritos das situações típicas de *pidginização* e/ou *crioulização*. (LUCCHESI *et al.*, 2009, pp. 106-107, grifo nosso).

Os autores entendem que o processo de transmissão linguística irregular do tipo leve seja o mais adequado para pensar certos contatos linguísticos, pois os processos de *pidginização* e *crioulização* seriam mais restritos a algumas situações típicas. Isto é, os processos históricos de contatos entre línguas são altamente variáveis, e dependem de parâmetros sociodemográficos e etnolinguísticos como mencionado na citação acima. Dito isto, os autores entendem que há casos em que o modelo da língua de superstrato será mais determinante e intenso e que, portanto, o acesso dos outros falantes ao modelo da língua de superstrato se torna mais maleável durante o processo de formação da nova língua, principalmente quando começam a surgir novas gerações de falantes dentro da comunidade. Caso em que a definição clássica de *pidginização* e/ou *crioulização* não se encaixam, pois nesses dois processos o contato dos falantes com a língua de superstrato é difícil e raro, fazendo com que haja um processo de reestruturação da gramática da língua de superstrato e a transferência, por parte dos colonizados, de estruturas gramaticais de suas línguas de substrato. Todavia, no processo de transmissão linguística irregular do tipo leve, os falantes das línguas de substrato, principalmente os novos membros da comunidade, têm maior acesso à língua de superstrato, haja vista que a língua de superstrato goza de maior prestígio social, e assim há uma reestruturação da gramática em direção à língua do grupo dominante.

O resultado, então, pode não ser a formação de um sistema linguístico muito distinto da LA [Língua Alvo], mas uma nova variedade histórica dessa língua que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de transmissão linguística irregular que ocorreu com a sua socialização/nativização entre os falantes das outras línguas e seus descendentes. (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 107).

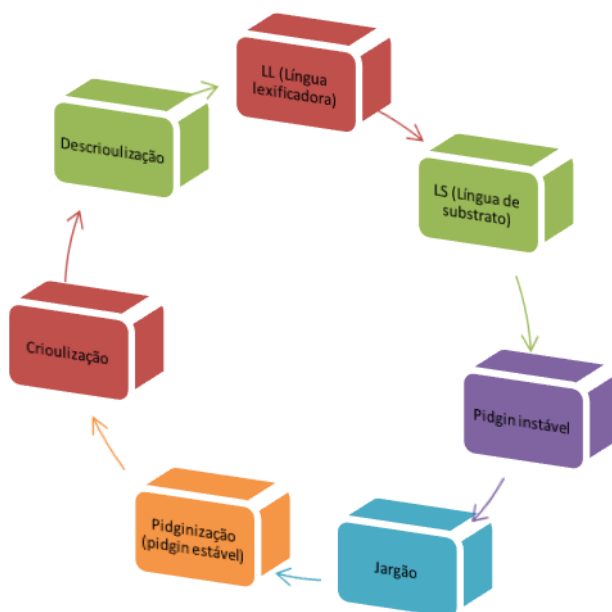
O que os autores pressupõem ser o caso do PB, uma vez que, em princípio, as características gramaticais do PB não correspondem a uma criouliização típica, dadas suas características. Mas o que seria uma criouliização típica para os autores? Seguindo sua argumentação, no que se refere a um contexto sócio-histórico, é essencial que haja o deslocamento forçado de um contingente de pessoas para uma área cultural e geograficamente diferente da terra natal dessas pessoas. Ou seja, a expansão colonial europeia entre os séculos XVI e XIX é um cenário ideal para contextualizar esse tipo de situação, uma vez que os colonizadores necessitavam de mão de obra barata para a exploração da nova terra. Mas para que não houvesse motim ou rebelião por parte dos escravos, eles eram trazidos de várias partes da África com o intuito de reunir pessoas de etnias diversas e consequentemente diversas línguas para que não houvesse uma interação linguística entre eles. No que tange ao aspecto demográfico, quando o número de escravos era maior que o número de colonizadores a erosão e reestruturação da língua de superestrato eram maiores. Quando havia uma maior heterogeneidade entre os escravos, menor era a transferência de estruturas gramaticais de suas línguas para a língua que se formava e *vice versa*. A importação de novos escravos e a crescente taxa de natalidade também contribuem para a reintrodução de variedades mais defectivas na formação do novo meio de comunicação que está surgindo na comunidade. Segundo Lucchesi *et al.* (2009), [...] “as línguas crioulas, embora manifestem semelhanças estruturais e funcionais, podem também manifestar consideráveis diferenças; consoante a maneira como esses diversos fatores externos se combinam em cada situação histórica particular.” (p.109). Quanto ao aspecto linguístico, a tendência que mais ocorre na reestruturação no momento da pidginização é a redução de algumas estruturas da língua de superestrato, principalmente as menos salientes e as mais abstratas como as categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto marcadas morfológicamente. Essas categorias passam a

ser marcadas de forma mais rígida sintaticamente e mais próxima da estrutura morfológica da língua de substrato. Segundo (MÜHLHÄUSLER, 1986; WINDFORD, 2003 apud LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 110), estruturalmente, as línguas *pidgins* estáveis seguem as seguintes tendências estruturais:

- (i) ausência de morfologia flexional;
- (ii) tendência para a ordem SVO;
- (iii) ordem invariável para as orações afirmativas,
- (iv) imperativas e interrogativas;
- (v) qualificadores sentenciais externos;
- (vi) sistema pronominal reduzido ao mínimo de formas;
- (vii) uso reduzido de preposições;
- (viii) ausência de regras de movimento, apagamento e relativização nos processos de derivação de sentença;
- (ix) forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas (constituintes WH).

Lucchesi *et al.* (2009) afirmam que essas são as características morfológicas e sintáticas de um *pidgin* estável, isto é, uma língua que se formou em situação de contato linguístico sem passar pelo processo de crioulização porque não se tornou língua nativa de ninguém. Os autores citam o *tok pisin* como exemplo de *pidgin* estável.

Como vimos, os conceitos de *pidgin*, de nativização, de transmissão linguística irregular e de crioulo, são problemáticos. Na maioria das vezes, os autores atribuem grande peso à língua lexificadora, no caso, de superestrato, na formação de um *pidgin* ou crioulo. No entanto, Alleyne (1989 apud COUTO 2002, p. 31), afirma que, ainda que muitas vezes a aparência, a forma superficial, pode ser europeia, a forma interna, a estrutura profunda, em geral, é africana. Couto (2002) faz o seguinte esquema para representar todas as fases envolvidas na formação de uma língua crioula, a qual ele nomeia de ciclo vital *pidgin*-crioulo:



Como vimos, para iniciar todo o processo é necessário o envolvimento de uma língua de superestrato com duas ou mais línguas de substrato, a língua do colonizado. Há a necessidade também de uma situação de dominante/dominado em que os povos dominados tentam se comunicar na língua do dominante, haja vista a precariedade da comunicação e o acesso limitado à língua do colonizador, os povos dominados passam a adaptar a comunicação entre eles e entre os senhores de forma a usar o léxico da língua de superestrato e a sintaxe e semântica das suas línguas maternas. Em princípio, essa forma de comunicação é nomeada de *pidgin instável* ou jargão pelos estudiosos da área; como não há falantes nativos, não se fala em crioulo aqui. A partir do momento em que esses falantes de *pidgin* começam a ter filhos, essas crianças passam a ter o *pidgin* como primeira língua e através do GU (Gramática Universal) o transformam em crioulo. Caso esse crioulo venha a se aproximar sintática e morfologicamente ao longo do tempo da língua de superestrato, temos a descrioulização. No entanto, Couto (2002) levanta um questionamento quanto a um dos processos envolvidos na formação de um *pidgin*, a nativização. O autor faz o seguinte questionamento: Quantas crianças precisam participar da

nativização de um *pidgin* para que haja a formação de um crioulo? Há autores como Bickerton (1991 apud COUTO 2002), que afirmam que uma única criança fazendo a nativização já é o suficiente. Porém, autores como Gilbert (1996 apud COUTO 2002), afirmam que há a necessidade de que haja uma nativização social, ou seja, é imprescindível que boa parte das crianças da comunidade passe a ter o *pidgin* como língua materna para o surgimento do crioulo. Nas definições usadas até agora, os autores, em geral, propõem que as crianças da comunidade (no plural) fazem a nativização do *pidgin*. Também devemos ressaltar que os dicionários de linguistas consultados e citados no texto evitam o termo nativização. Voltando à afirmação de Bickerton (1991), seguindo a lógica da criouliização, a criança nasce em uma comunidade em que o meio de comunicação é um *pidgin* e através da nativização essa criança transforma esse *pidgin* em um crioulo. No entanto, ela seria a única falante dessa língua natural em meio a uma comunidade de falantes de um *pidgin*, ou seja, ela não tem com quem socializar a sua língua. Portanto, é imprescindível que a nativização seja feita por boa parte das crianças da comunidade. No que tange ao português brasileiro, não há testemunhos concretos do tempo da colonização quanto à criouliização. Muitas das afirmações dos estudiosos que defendem a criouliização do PB são feitas de forma indireta, por não terem provas concretas.

2.3 Seria, então, o PB, um semicrioulo?

Alguns autores como Holm (1991), defendem a hipótese de que o português vernacular brasileiro é um *semi-creole* (semicrioulo) porque não sofreu modificações profundas em suas estruturas. Especificamente para Holm, o semicrioulo é uma língua que passou por uma

reestruturação parcial, gerando variantes que não foram completamente *pidginizadas* e que preservam uma parte considerável da estrutura do superstrato (por exemplo algumas flexões) enquanto apresentam, igualmente, um grau notável de reestruturação” ou “influências crioulas, observadas nas variantes que originariamente não eram crioulos, mas que, através do contato com os crioulos, adotaram um número significativo de itens lexicais e traços estruturais crioulos. (HOLM, 1991, p. 1 apud LÓPEZ e PARKVALL, 2003, p. 112).

Dispomos, ao longo do texto, de algumas teorias a respeito de crioulos e da formação do PB. Chegamos à conclusão de que o PB não é uma língua crioula, no entanto, reconhecemos que houve mudanças na língua proporcionadas pelo contato linguístico. Se compararmos o PB com o PE, encontraremos algumas diferenças estruturais como resultado dessa mudança, porém, se compararmos o PB com o crioulo são-tomense, por exemplo, veremos que o PB guarda muito mais estruturas da língua de superstrato do que um crioulo. No sentido tipológico de semi-crioulo proposto acima por Holm, o PB estaria entre o PE e um crioulo. Entretanto, de acordo com Parkval e López (2003), as diferenças que separam o PB do PE são limitadas e pouco significativas tipologicamente, enquanto as diferenças que separam o PB de um crioulo são significativas. Segue alguns exemplos das diferenças entre o PB e o PE:

- (i) realização do sujeito lexical e redução na flexão número-pessoal do verbo (*EU vejo/NÓS fala(mos)*)
- (ii) variação da concordância nominal com preferência pela marcação do plural apenas no primeiro elemento do SN (*OS carro(s)/ AS casa(s)*)
- (iii) realização variável do objeto direto, ou clíticos acusativos de 3a pessoa, com as variáveis objeto nulo/forma nominativa da 3a pessoa (*Eu vejo/Eu vejo ELE*)
- (iv) colocação dos clíticos em posição pré-verbal (*ME diga uma coisa*)
- (v) estratégias de relativização: relativa com lacuna/relativa com pronome lembrete/relativa cortadora (*eu tenho uma professora que [Ø] é sueca/ eu tenho uma professora que ELA é sueca/ a professora que eu falei com ELA ontem/ a professora que eu falei[Ø] ontem*) (cf. LUCCHESI e LOBO, 1996 apud PARKVALL e LÓPEZ, 2003).

Sabemos ainda que as semelhanças entre o PB e o PE são grandes, pois os dois possuem gênero gramatical, três tipos de conjugações verbais, afixos que marcam o plural etc. (cf. PARKVALL e LÓPEZ 2003)³¹.

³¹ Novamente, uma palavra de cautela. Dizer que o PB e o PE são muito mais próximos do que o PB o é de crioulos de base portuguesa não é o mesmo que dizer que não há diferenças entre o PB e o PE ou que os dois são a mesma língua. Há muitas gradações relevantes entre as línguas do que uma simples

Diante da definição de Holm, não podemos definir o PB como um semi-crioulo, pois, como já admitido anteriormente, apesar do contato linguístico influenciar na variação existente no PB, isso não quer dizer que ele tenha sofrido uma transmissão parcialmente interrompida para ser classificado como um semi-crioulo. De qualquer forma, a definição de semi-crioulo ainda é bastante limitada. Não adianta mudar a terminologia para encaixar uma língua que não temos certeza se é crioula ou não num dado quadro teórico, é necessário apontar em que difere uma língua crioula de uma semi-crioula de forma mais objetiva. Noll (2008) afirma o seguinte:

Cientificamente, termos como “semicrioulo” e “crioulóide” provam ser, em tal contexto, designações cômodas insatisfatórias que passam ao uso da Crioulística, sobre quando uma criouliização não é demonstrável, mas tem mérito por causa de alguma referência com o crioulo. (p. 185).

Mussa (1991), entre outros autores, afirmam que não podemos definir crioulo estruturalmente, e I. Roberts (1997 apud LUCCHESI *et al.* 2009, p. 118) alega que “não há nada de especial nos crioulos, além da sua história.” (no capítulo três veremos mais sobre as controvérsias a respeito da definição de crioulo estruturalmente). Mas voltando ao semi-crioulo, partindo do pressuposto de que os crioulos são definidos através de suas histórias, os semi-crioulos também deveriam sê-lo, não? Ou será que não há nada que diferencie um semi-crioulo de um crioulo externamente? Não há uma boa definição para o termo, nem estrutural nem histórico-social; seguindo as críticas de Noll e Parkvall e Lopez, concordamos que o termo “semi-crioulo” apenas serve para o seguinte: há uma língua que não sabemos se é crioula ou não, o que fazer? Inventar uma categoria para ela: semi-crioulo. Isso, obviamente, não resolve a questão: antes, tínhamos dúvidas sobre quando uma língua é ou não crioula, agora podemos gerar dúvidas sobre quando uma língua é ou não semi-crioula, ou crioula. Sem termos definições precisas, em vez de resolvermos o problema, apenas o aumentamos.

Como vimos, alguns autores afirmam que para haver a descrioulização ela tem que ir em direção à língua alvo, ou seja, em direção à língua de superstrato. Tarallo (1986), entre outros autores,

polaridade entre ser a mesma língua *versus* ser um crioulo com base numa dada língua.

afirma que, no seu processo de formação, a língua crioula usa o léxico da língua do colonizador e a gramática da língua do colonizado. Portanto, no processo de descrioulização, nada mais esperado do que a língua retornar à língua de superstrato porque é a língua que está atuando como normatizadora dentro do território colonizado.

Como já demonstrado em capítulo anterior, Lucchesi *et al.* (2009) pressupõem um processo de descrioulização na comunidade isolada de Helvécia. Para chegar a essa conclusão, os autores utilizam dados de dois informantes da pesquisadora Carlota Ferreira (1961; cf. pp. 28-29 deste texto), que, segundo os autores, são dois falantes que tinham o crioulo como língua materna, e encontram estruturas típicas de línguas crioulas na morfossintaxe. Essas estruturas registradas pelos dois informantes na década de 1960, também são estranhas aos ouvidos dos jovens informantes atuais. Os autores ainda atribuem essa estranheza, principalmente a dos falantes mais jovens, à inserção dos meios de comunicação na comunidade, como a televisão e o rádio, pois, através desses meios, os moradores de Helvécia estão mais expostos à norma padrão da língua. Com isso, os autores concluem que houve, em Helvécia, um *rápido processo de descrioulização*, que para Lucchesi *et al.* (2009), deram ensejo ao português afro-brasileiro. Não podemos esquecer que o caso de Helvécia foi um caso isolado, pois como afirmam os próprios autores, os membros da comunidade lá permaneceram afastados e isolados mesmo depois da abolição da escravatura. E casos isolados como esse podem ter acontecido durante todo o período inicial de colonização do Brasil. Esse fator e tantos outros do caso de Helvécia a tornam um caso singular, e isso implica que mesmo que tenha havido um suposto processo de crioulaização e posteriormente um processo de descrioulização isso não afetou necessariamente o restante do português brasileiro em todo território nacional, dado que certamente houve outras influências, diferentes densidades e distribuições demográficas (geo- e cronologicamente), outras línguas africanas como substrato, em suma, outras proporções que deveriam fazer com que o português brasileiro fosse muito mais heterogêneo nas suas formas a depender da região do que ele de fato o é; na verdade, apesar de suas conhecidas especificidades regionais, a grande homogenia do PB é surpreendente.

Vimos que a situação de isolamento e a quantidade de africanos em relação aos colonizadores são fatores essenciais para o surgimento de uma nova forma de comunicação, dadas às necessidades comunicativas entre os escravos. No caso do Brasil, a colonização portuguesa e a consequente vinda de escravos africanos seria o marco

inicial para uma suposta criouliização em terras tupiniquins. No entanto, precisamos saber se houve uma quantidade significativa de escravos africanos em relação aos colonos portugueses, ou seja, pelo menos dez africanos para cada colonizador português; se houve isolamento dos escravos africanos e se esses escravos eram falantes de línguas e dialetos africanos ininteligíveis entre si. Segundo Noll (2008), em meados do século XVI, início da colonização do Brasil, eram trazidos pelos colonizadores portugueses escravos da Costa da Guiné; no século XVII, escravos da região de Congo e Angola de fala bantu; no século XVIII, os portugueses passaram a trazer mais escravos do Golfo da Guiné, que compreende a região entre Gana e Nigéria; e, no século XIX, continuaram a trazer escravos de zonas de fala bantu. Esses escravos eram classificados segundo as suas habilidades em falar o português: os que já falavam o português, ou por estar no Brasil há mais tempo ou por ter tido contato com a língua em sua terra natal, eram chamados de ladinos, os que não sabiam o idioma eram chamados de negros boçais. Noll (2008) cita também os negros crioulos que tinham o português como língua materna; eles seriam, teoricamente, os responsáveis pelo desenvolvimento do português no Brasil porque teriam a incumbência de repassar a língua aos escravos recém-chegados do continente africano e às próximas gerações.

É importante lembrar também que após o fim do ciclo do pau-brasil, dá-se início ao ciclo da cana-de-açúcar em 1549. Na tentativa de suprir a mão-de-obra, os colonizadores portugueses aumentaram o tráfico de escravos africanos, pois a tentativa de angariar mão-de-obra indígena não deu muito certo por intervenção dos jesuítas que estavam em processo de catequização dos indígenas; e por uma questão cultural os indígenas não se adaptaram ao regime de trabalho dos portugueses, sem contar ainda o rápido extermínio dos indígenas. Mesmo assim, ainda que em proporções menores, os indígenas também foram escravizados. Voltando ao aumento do tráfico de escravos, se levarmos em consideração que a proporção ideal para o surgimento de uma língua crioula seja de dez escravos para cada não escravo, essa realidade fica cada vez mais distante conforme avançamos no tempo desde o início da colonização portuguesa da América. O famoso quadro de Mussa (1991) nos dá uma perspectiva diferente do que normalmente nos dá a Crioulística na divisão da população do Brasil entre os séculos XVI e XIX.

	1538 -1600	1601 -1700	1701 -1800	1801 -1850	1851 -1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Quadro 4. (*Configuração sociolinguística. Composição da população brasileira entre 1538-1890. Mussa, 1991, p. 151.*).

Para haver uma criouliização, um dos requisitos básicos é certa proporção de africanos para cada falante da língua de superstrato, nesse caso específico, o português. A proporção idealizada é de dez africanos para cada falante de português. No entanto, como podemos perceber no quadro acima, Mussa (1991) separa a população de africanos/negros brasileiros/negros mulatos, e nos mostra que, a partir do século XVII, a população de negros africanos é sempre minoria em relação aos brancos brasileiros, mulatos e negros brasileiros. Apesar de Lucchesi (2009a) afirmar que no final século XVII o contingente de negros brasileiros e africanos juntos constitui metade da população brasileira:

Com efeito, esse deve ter sido o período em que os processos criouliizantes podem ter ocorrido em níveis mais intensos e representativos, até porque essa proporção pode ter excedido bastante os 50%, sobretudo em algumas zonas açucareiras do Nordeste. (p. 62).

Ainda que a população negra/africana seja de 50%, como destaca Lucchesi, ela não atinge a proporção ideal para a criouliização. Essa relação nos mostra que o ambiente linguístico ao longo desses séculos nunca foi propício à criouliização, haja vista a proporção de africanos e até mesmo de índios integrados em relação à porcentagem de brancos brasileiros, europeus, negros brasileiros e mulatos. Ou seja, para haver uma criouliização o cenário teria que ser outro. O número de africanos e até mesmo de índios teria que ser maior que o número de falantes de portugueses.

Fazer um paralelo entre as línguas crioulas e a língua popular brasileira não implica em afirmar que a língua popular brasileira seja resultado de uma criouliização e posterior processo de descrioulização. A comparação apenas daria um norte na tentativa de encontrar as influências do PB. Como podemos perceber até aqui, as influências são muitas e de diversas ordens (histórico-social, estrutural, demográfica etc.), e não podemos, de forma alguma, negar que elas tenham transformado o português popular brasileiro; português vernacular brasileiro; português afro-brasileiro, enfim, o PB. Essa confluência de adjetivos transparece o quão tênue e ao mesmo tempo complexa é a transformação pela qual passou/passa o português brasileiro. Os fatos nos mostraram até aqui que não houve necessariamente a formação de uma nova língua, mas nos mostram também que o contato linguístico deixou suas marcas, talvez profundas, assim como aconteceu na passagem do latim para as línguas romanas, mas em graus diferentes.

No capítulo 3, apresentaremos a hipótese de definir crioulo sincronicamente de John McWhorter (1998 [2005]). Nesse capítulo, veremos como é possível uma definição estrutural de crioulo, deixando em segundo plano aspectos histórico-sociais.

CAPÍTULO 3

DEFINIÇÃO SINCRÔNICA DE CRIOULO

Este capítulo tem por objetivo a apresentação de um ponto de vista sobre crioulos e termos correlatos bastante diferentes do que vimos até aqui. Para tanto, ele se organiza do seguinte modo: na seção 3.1, apresentaremos a hipótese de “Protótipo Crioulo” de John McWhorter – uma hipótese sincrônica com motivações independentes e passível de verificação; na seção 3.2, voltamos à hipótese de TLI, línguas interrompidas e o que entendemos por simplificação (e complexidade) gramatical, um termo bastante polêmico e controverso; na seção 3.3, buscamos explicar as razões de usarmos os termos “gramática simples” e “gramática complexa”; na seção 3.4, mostramos a relevância de uma definição sincrônica de crioulo na hipótese de formação do PB. Antes de encerrarmos este capítulo, na seção 3.5, apresentaremos algumas críticas ao modelo de McWhorter.

Ao final do capítulo 1 deste texto (p. 47), apresentamos uma citação de Mussa (1991), na qual o autor considera que seja impossível dispormos de uma definição de língua crioula (ou simplesmente crioulo) através de somente aspectos linguísticos, o que significa que, para Mussa, uma definição puramente sincrônica de crioulo está fora de cogitação. Nos capítulos anteriores do presente texto, vimos que tal impossibilidade é também considerada por vários autores que defendem diferentes teorias; esse fato mostra o quão assentada na literatura é a ideia de que uma língua crioula é apenas um “fato histórico” (claro, simplificando um pouco as coisas). Há, contudo, vozes dissonantes com relação a esse coro na literatura e aqui, dado que um de nossos interesses principais é olhar para as definições de crioulo, uma perspectiva diferente é mais que bem-vinda, ainda que, como veremos, cause polêmica e tenha seus problemas. Para tanto, voltemos à definição sincrônica de crioulo proposta por John McWhorter (1998 [2005]), para melhor ilustrarmos como é possível definir crioulo sincronicamente, pois, como vimos ao longo do texto, a maioria dos autores como Holm (1991), Naro e Scherre (2007), Lucchesi *et al.* (2009), entre outros, defendem uma definição sócio-histórica de crioulo, ou pelo menos consideram que os traços estruturais são secundários para se definir um crioulo.

Em um artigo publicado em 1998, o linguista americano John McWhorter defende a possibilidade de definir uma língua crioula de maneira sincrônica, por meio da hipótese por ele nomeada de “Protótipo

Crioulo”. Como já mencionada, a ideia de definir uma língua crioula através de seus aspectos linguísticos (sincronicamente), não é bem quista entre a maioria dos linguistas que acredita que uma língua crioula deva ser definida única e exclusivamente através de sua sócio-história. Logo, as ideias e a proposta de McWhorter causaram bastante inquietação e proporcionaram grandes e acalorados debates entre os linguistas sobre a natureza das línguas crioulas, pelo simples fato de a maioria dos autores descartarem por princípio uma definição sincrônica/estrutural de crioulo e afirmarem que sua definição é sócio-histórica. Entretanto, contraditoriamente – e isso é muito interessante –, essa mesma maioria de autores usa aspectos linguísticos para analisar e definir uma língua crioula, como demonstrado ao longo deste texto, quando evocam coisas como “traços crioulos”. Como é possível dizer, ao mesmo tempo, que tal traço ou característica linguística é crioula se a definição de língua crioula é única e exclusivamente sócio-histórica? Como saber que estamos diante de um traço linguístico crioulo se, afinal, línguas crioulas só diferem de outras línguas em sua história? É necessário resolver, de um jeito ou de outro, esta (aparente?) contradição em termos.

3.1 “Protótipo Crioulo”

Deixando de lado, por ora, as diferenças nas definições de língua crioula específicas de cada autor, há um ponto com relação ao qual todos concordam: crioulos são línguas novas, línguas jovens. Partindo dessa constatação, McWhorter propõe que podemos identificar os crioulos justamente devido à sua “idade”. A proposta de McWhorter baseia-se no fato de que certas características ou traços gramaticais levam tempo para se desenvolver, ou seja, a gramaticalização de certos nuances expressivos/gramaticais é um processo histórico lento, e como os crioulos não têm muito tempo de existências (em geral, os crioulos considerados são resultado das Grandes Navegações dos séculos XV e XVI) eles não apresentam características que em geral demoram muito tempo para se desenvolver e se fixar numa dada língua.

É interessante notar que foram as pesquisas em gramaticalização, e não os crioulistas, que constataram isso, ou seja, ao analisar a história das línguas e suas mudanças, os teóricos da gramaticalização identificaram uma série de fenômenos (alguns dos quais veremos na sequência) que resultam somente depois de uma série de mudanças linguísticas, cada uma das quais com um determinado tempo de desenvolvimento. Basta pensar, por exemplo, na formação dos tempos

verbais como o futuro do indicativo das línguas românicas, cuja gênese se encontra no latim vulgar e continua até o estabelecimento das línguas nacionais românicas Europa, um processo que envolve cerca de 1000 anos. McWhorter usa a descoberta dos teóricos da gramaticalização para analisar um fenômeno diferente, as línguas crioulas; nesse aspecto, sua abordagem é epistemologicamente elegante (não amplia conceitos, mas sim sua aplicação), tem motivação independente (o fato de línguas jovens não apresentarem certas características não é algo “inventado” pelo autor) e é verificável (se os crioulos não se conformarem à sua hipótese, sua teoria está equivocada).

Sendo assim, podemos afirmar que os crioulos possuem traços que os caracterizam como tal? McWhorter vai dizer que sim. No entanto, alguns autores, como Markey (1982 apud MCWHORTER, 1998), não conseguiu caracterizar as línguas crioulas dessa forma, porque nem todas as características que Markey alegou ser de línguas crioulas, (ausência de distinção de gênero, ordem de palavras SVO, ausência de marcação morfológica de passivo etc.) de fato eram, pois algumas também eram encontradas em línguas não crioulas, ou seja, não eram exclusivas de crioulos, fazendo com que a hipótese de tipologia de língua crioula de Markey fosse insatisfatória. Contudo, McWhorter acredita ainda na possibilidade de definir crioulo sincronicamente através de traços semelhantes por conta de dois motivos cruciais: (i) primeiro, porque as gramáticas não são estáticas – temos a evolução estrutural do latim clássico para o latim vulgar para comprovar esse fato, tendo como exemplo a simplificação flexional, o desenvolvimento de determinantes (artigos), maior uso de preposições, predomínio da ordem SVO etc. – e, (ii) segundo, porque os crioulos são línguas novas, logo, espera-se, em princípio, que algumas características gramaticais particulares que surgem apenas ao longo do tempo, que são sinais de velhice (ou maturidade) de uma língua, não sejam encontradas em línguas crioulas, justamente porque elas são línguas novas. McWhorter (1998, [2005] p. 4-6) cita três características³² que evoluem nas línguas

³² Na verdade, o autor não se limita a essas três características e, em trabalhos posteriores, as amplia e considera outras possibilidades, principalmente com relação à sintaxe. Por exemplo, línguas crioulas, e/ou línguas jovens, não apresentam grande variabilidade sintática, tendo um número menos de estruturas quando comparadas a línguas velhas; podemos aqui considerar as chamadas línguas V2 – se a hipótese de McWhorter estiver correta, não haverá crioulos V; uma situação semelhante pode ser encontrada com relação a perguntas: não se espera que os crioulos tenham uma estrutura sintática específica para indicar perguntas, como o movimento de auxiliares, por

somente depois de alguns séculos (e às vezes milênios) de sua existência³³:

Afixação flexional. Ao longo do tempo, o destino possível de um morfema livre é se tornar uma peça de morfologia flexional presa, tendo sido gradualmente reanalisado como um item gramatical e não mais lexical. O desenvolvimento no latim vulgar, por exemplo, de formas do verbo *habēre* em marcadores flexionais de futuro e condicional nas línguas românicas, é bem conhecido (deve estar claro que não nos referimos a flexão como uma característica abstrata da Gramática Universal, mas a afixação flexional).

Tom. Com o passar do tempo, um resultado da constante erosão fonética é o desenvolvimento de contrastes tonais para além do nível fonológico, como a distinção entre de itens lexicais monossilábicos em variedades do chinês, ou a marcação de distinções morfossintáticas como nas línguas Bantu (essa não é única origem de sistemas de tonais, mas é uma das possíveis).

Derivação não-composicional. Com o tempo, a deriva semântica leva algumas combinações de uma partícula derivacional ou afixo com uma raiz a se tornarem idiossincraticamente não-composicionais. Por exemplo, o prefixo direcional *na-* do russo significa, composicionalmente, direção à frente, como em *dvigat'sja* 'mover' versus *nadvigat'sja* 'mover para frente'. Contudo, há muitas combinações de *na-* e um verbo em que essa contribuição semântica é abstrata ao ponto de se lexicalizar: *idti* 'ir' versus *najti* que,

exemplo. Com relação ao uso de tom em sua hipótese, ele tem a ver com a grande quantidade de crioulos asiáticos para os quais essa característica é relevante e ela não se aplica, em princípio, aos crioulos atlânticos. Seja como for, sabemos que a tonogênese é um processo lento, que envolve várias etapas de gramaticalização e erosão e, portanto, somente línguas velhas vão lançar mão de tom para distinções lexicais.

³³ Tradução nossa da versão de 2005 do texto original publicado em 1998. A versão de 2005 é uma revisão e expansão do primeiro artigo do autor, com respostas às críticas então recebidas.

composicionalmente, deveria significar ‘ir para’, mas que, de fato, significa ‘encontrar/achar’, ou *kazat* ‘mostrar’ *versus* *nakazat* ‘punir’.

Vamos visualizar esses três traços em forma de esquema para melhor compreender:

<i>Línguas velhas</i>	<i>Línguas novas (crioulos)</i>
[+] afixação flexional (+ formas presas)	[-] afixação flexional (- formas presas)
[+] tom	[-] tom
[+] derivação não-composicional	[-] derivação não composicional

Como afirma o próprio autor, *nomeadamente*, por serem línguas novas, os crioulos não desenvolveram alguns traços – que McWhorter julga desnecessários às línguas naturais em geral e que as línguas velhas adquiriram ao longo do tempo, como mostra o esquema acima, devido a um acréscimo de complexidade inerente às línguas naturais (algo que precisa ser demonstrado, é claro).

Esses três traços citados acima não são essenciais para caracterizar as línguas naturais como afirma o autor, e são apenas uma manifestação possível dentre todas as oposições estruturais e categorias gramaticais que as línguas podem ter; e seu interesse por esses traços é que estudos independentes, oriundas da linguística histórica e dos estudos sobre gramaticalização, mostram que eles de fato só se desenvolvem nas línguas depois de um tempo considerável. Por exemplo, o sistema tonal de uma língua é atribuído às mudanças sofridas por essa língua ao longo do tempo, não tendo a ver com qualquer necessidade funcional que seja inerente à GU; podemos atribuir uma explicação semelhantes para os casos da afixação flexional e da derivação não-composicional: ambas surgem por processos que se dão ao longo do tempo.

Um componente essencial, mas talvez não muito aparente, da teoria do “Protótipo Crioulo” de McWhorter é o de que os *pidgins* não possuam nenhum dos três traços listados acima. Além disso, McWhorter defende que o único modo de haver um crioulo é através da evolução de um *pidgin* de base – em sua teoria, todos os crioulos derivam de um *pidgin*. Muito simplificada e esquematicamente, um *pidgin* seria um sistema de comunicação diferente de uma língua natural por não possuir

um sistema gramatical; um crioulo, por sua vez, seria uma língua natural *jovem* e, portanto, não apresentaria todos os traços de gramaticalização que uma língua natural velha apresenta; finalmente, uma língua natural apresentaria uma série de traços resultantes de desenvolvimentos históricos em sua estrutura gramatical.

Na abordagem de McWhorter há dois tipos de línguas naturais, que se diferenciam apenas por sua idade. Assim sendo, afirmar que um crioulo é uma língua natural é algo não trivial e significa que os crioulos têm falantes nativos e uma gramática própria; porém, por ser uma língua (natural) jovem, um crioulo não apresentará uma série de características que só surgem com o passar do tempo. Novamente, conseguimos assim chegar a uma tipologia das línguas naturais que as separam por sua idade.

Obviamente, a proposta de McWhorter não passou ilesa de críticas e de reformulações, ou de ajustes para se adequar aos dados. Ou seja, entre o “Protótipo Crioulo” (e o *pidgin*) e o que temos de fato há algumas diferenças que não podem ser ignoradas, mas sim explicadas. Por exemplo, a tese de McWhorter entra em cheque quando é descoberta a presença desses traços característicos de línguas velhas em alguns crioulos. O autor, para defender sua tese, vai então propor alguns “mecanismos de defesa” (fortificar o “cinturão protetor” de sua teoria) e explicar no âmbito de sua teoria as (aparentes) exceções. Uma saída para McWhorter é afirmar que os crioulos que apresentam características de línguas velhas fazem isso porque (i) já existem há alguns séculos e, portanto, podem desencadear processos de desenvolvimento desses traços ou (ii) derivam de línguas de base (super e substrato) que simultaneamente apresentam um ou mais desses traços (por exemplo, as línguas na base de um dado crioulo apresentam tons, e o crioulo, por consequência, também terá tom). Ao passo que é natural que alguns desses três traços apareçam ao longo do tempo em línguas crioulas, dado que crioulos são línguas naturais, um problema para a hipótese de McWhorter seria se um crioulo apresentasse *todos* os traços de línguas velhas, e isso, segundo o autor, não acontece. Logo, apenas línguas crioulas – não são todas – combinam *alguns* dos três traços que até então, teoricamente, eram de línguas velhas. Estas últimas, por sua vez, e somente elas, combinam os três traços.

Então o esquema ficaria da seguinte forma:

<i>Línguas velhas</i>	<i>Algumas línguas novas</i>
[+] afixação flexional	[+/-] afixação flexional
[+] tom	[+/-] tom
[+] derivação não-composicional	[+/-] derivação não composicional

Portanto, as línguas velhas, segundo McWhorter, apresentam a combinação dos três traços como era o esperado, e, ao inverso, algumas línguas crioulas, e somente elas, apresentam *alguns* traços ou por influência do super e/ou substrato ou por serem mais antigas que outras línguas crioulas, mas *jamaís* apresentarão a combinação dos três traços.

Para McWhorter, a combinação desses três traços evolutivos (não ter *afixação flexional*, *tom* e *derivação não-composicional*) indica que os crioulos são gramáticas novas, pois o autor não encontrou essa **combinação** desses três traços em nenhuma língua crioula. Mas os traços separados são encontrados, tendo em vista que os crioulos são línguas naturais e que, portanto, é esperado que esses traços sejam encontrados em línguas crioulas mais antigas.

McWhorter ressalta que a Hipótese de “Protótipo Crioulo” não prevê que algumas dessas três características não sejam encontradas em todos os crioulos, porque os crioulos são resultados de contatos linguísticos gradientes, e dessa forma as características se encaixam em graus: algumas línguas crioulas têm algumas dessas características, outras se distanciam delas de diferentes maneiras, e a ideia de que haja um “protótipo de crioulo” tem por objetivo justamente dar conta desse tipo de gradação – ao passo que o protótipo não teria nenhuma característica de línguas velhas, os crioulos atestados podem ter uma ou outra sem invalidar a tese geral de McWhorter. Quando um crioulo apresentar desvios com relação ao protótipo, ou seja, ter características de línguas velhas, isso deve ser explicado ou pela idade do crioulo ou pelas línguas que participaram de sua gênese – esse movimento é importante para não tornar a teoria de McWhorter trivial.

Então, podemos voltar ao ponto central da questão de como definir uma língua crioula, pois, como sabemos, Parkvall e López (2003) criticaram justamente essa forma de definir língua crioula pelo chamado “Princípio da Cafeteria”, ou seja, o linguista usa somente dados que são interessantes para sua pesquisa, os dados que não

corroboram com sua proposta são imediatamente descartados. Por isso, McWhorter salienta que o critério da gradiência deva ser usado de maneira que possa ser refutado.

McWhorter prevê que outros fatores devam ser esclarecidos na hipótese do “Protótipo Crioulo” tais como *o processo diacrônico, o contato forte com o substrato e o contato pesado do superstrato*. Esses fatores influenciam diretamente na hipótese de McWhorter, pois o processo diacrônico mostra que alguns crioulos, ao longo do tempo, desenvolvem os três traços do Protótipo que McWhorter propõe serem característicos apenas de línguas velhas. No entanto, uma análise diacrônica, ou seja, histórica, não deve ser levada a risca, porque se formos reconstruir a gênese de um crioulo que tenha desenvolvido alguns dos três traços, veremos que no seu princípio ele não apresentava tais traços, por isso, o autor descarta uma análise feita de forma diacrônica para refutar a hipótese do “Protótipo Crioulo”. O forte contato com a língua de substrato também pode distanciar um crioulo do Protótipo, pois, caso o crioulo mantenha contato ao longo do tempo com uma língua mais velha, essa influenciará o crioulo no seu desenvolvimento subsequente com seus empréstimos estruturais. Por fim, o terceiro fator, a convivência de um crioulo com uma língua de superstrato levará a uma situação de diglossia. Isto é, a convivência levará a uma variedade de língua intermediária entre o crioulo e a língua de superstrato; situações como essas se dão devido ao fato de muitos crioulos terem se desenvolvido onde as línguas de superstrato continuaram a serem faladas.

Resumidamente, McWhorter prevê que os crioulos são línguas jovens e, como tais, não apresentam as três características gramaticais que aparecem somente ao longo do tempo, logo, somente em línguas velhas: *afixação flexional, tom e derivação não-composicional*. No entanto:

- (i) há línguas crioulas que apresentam algumas dessas características gramaticais;
- (ii) há línguas crioulas que apresentam essas características em algum grau.

Como vimos, diante desses dois pontos acima que possivelmente refutaria a hipótese de “Protótipo Crioulo” de McWhorter, ele afirma que as línguas crioulas que possuem o ponto (i) e/ou o (ii) são crioulos que já existem há alguns séculos, e que, portanto, como uma língua velha, desenvolveram tais características ao longo do tempo, que seria o

que ele nomeia de *processo diacrônico*, ou o crioulo sofreu uma forte influência do substrato ou mesmo do superstrato como línguas francas com muita afixação e/ou com tons lexicais ou morfossintáticos, o que ele nomeia de *forte contato com o substrato e o contato pesado do superstrato*. Portanto, essa seria a explicação dada pelo autor aos crioulos que fogem ao Protótipo. É muito importante notar que a teoria de McWhorter e os “passos defensivos” que ele toma são todos refutáveis e não se constituem em manobras *ad hoc*, garantindo o valor heurístico de sua teoria, bem como sua refutabilidade.

Para invalidar uma possível refutação de sua tese com esses contraexemplos, McWhorter afirma que os crioulos são línguas gramaticalmente mais simples porque não tiveram tempo para desenvolver certos traços gramaticais existentes em outras línguas naturais. Contudo, para McWhorter esses traços são totalmente dispensáveis às línguas naturais porque não são essenciais ao funcionamento da língua e aos seus propósitos comunicacionais.

A hipótese de McWhorter, como qualquer hipótese boa, é passível de refutação. Há alguns contratempos na investida de tentar definir crioulo sincronicamente, mas os problemas aqui são, em princípio, muito mais claros e precisos do que na tentativa de definir crioulo diacronicamente, uma manobra que muitas vezes esbarra em problemas que fogem à alçada imediata dos linguistas, como analisar dados históricos, geográficos e demográficos. Vemos aqui uma hipótese mais enxuta e clara, delineando um caminho novo e promissor, dado os diversos contratempos e dificuldades que vimos com relação à definição de língua crioula. Nesse caso, podemos, mais uma vez, lembrar a passagem de (I. ROBERTS, 1997, p. 11 apud LUCCHESI, 2009a, p. 118) em que o autor afirma que “não há nada de especial nos crioulos, além da sua história”. A hipótese de McWhorter é totalmente contrária ao que sugere I. Roberts, e leva a crer que é possível definir crioulo sincronicamente sim, sem cair em falsos preconceitos e perder o interesse do conceito de crioulo. McWhorter abre o caminho para que mais pesquisas na área sejam feitas a partir da sua hipótese de “Protótipo Crioulo”.

Contudo, a teoria de McWhorter não acaba com sua exposição de uma definição sincrônica de crioulo. Alguns anos depois de seu “Protótipo Crioulo” e da controvérsia por ele desencadeada, McWhorter reformulou também o conceito de transmissão linguística irregular, de modo a complementar suas ideias sobre a formação e evolução de gramáticas, como veremos na seção abaixo.

3.2 “Línguas Interrompidas” e a transmissão linguística irregular

Línguas como o português brasileiro interessam aos pesquisadores em crioulistica, entre outros motivos, porque o PB não é um crioulo típico (se é que é um crioulo) e nem é o PE, é por isso que autores como Holm (1991 apud PARKVALL e LÓPEZ, 2003) vão falar em “semicrioulo”, como vimos acima. O caso de línguas como o PB interessa também a McWhorter³⁴, dado que essa e outras línguas não cabem na sua teoria do “prototípico crioulo” e claramente não são como as línguas que estavam em sua base – é difícil, por exemplo, sustentar que o PB e o PE são a mesma língua. Como então reconciliar a existência de línguas por vezes chamadas de “semicrioulo” às teses de McWhorter?

O primeiro passo do autor é imediatamente rejeitar o termo “semicrioulo” e não ver em seu uso uma solução para o problema – o máximo que temos é um termo que serve para identificar algo, ainda pouco definido (i.e., línguas que não são claramente crioulas e que também não são como as línguas que estiveram em sua formação), mas que não tem poder explicativo. A saída de McWhorter é reconhecer que o contato linguístico nem sempre gera um crioulo, mas sim a simplificação da gramática de língua de base³⁵ – mais uma vez, entramos num campo extremamente polêmico ao falarmos em simplificação gramatical. Na próxima seção discorreremos um pouco mais sobre essa questão; no que segue apresentaremos a teoria de McWhorter sobre o contato linguístico que não resulta em crioulos apelando para as ideias de simplificação e complexidade gramatical ainda de modo intuitivo.

De modo muito simples, a ideia é que o contato massivo de falantes adultos com uma segunda língua, em situações como aquelas proporcionadas pelas Grandes Navegações e suas consequências, pode ter como resultado não necessariamente um crioulo, mas sim a simplificação da língua do colonizador. Como mencionamos, essa ideia

³⁴ McWhorter não investiga o PB em seus trabalhos, mas apenas o cita rapidamente numa passagem (cf. McWhorter, 2007, p. 10).

³⁵ Como o próprio autor reconhece, essa ideia não é originalmente sua e aparece em trabalhos de diversos autores; o que há de inovador em seu trabalho é uma articulação mais precisa dessas ideias e também do que vem a ser simplificação gramatical. Em tempo: “língua de base” deve ser entendido como a língua do colonizador.

é bastante polêmica justamente por envolver a ideia de simplificação (MCWHORTER, 2007, p. 1):

[...] que a aquisição massiva de segunda língua diminui a complexidade estrutural é algo plenamente intuitivo para a maioria dos linguistas em algum nível. Contudo, em resposta a um argumento específico de que a aquisição não nativa tornou uma língua menos complexa globalmente, os linguistas se voltam a um ceticismo visceral. Esse ceticismo é fundamentado na suposição, considerado uma pedra-de-toque do pensamento linguístico esclarecido, de que as gramáticas humanas são igualmente complexas.

Além disso, continua o autor em outra passagem (2007, p. 4),

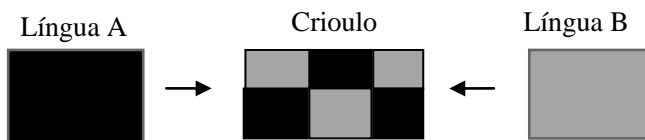
[...] os trabalhos sobre contato linguístico tendem a ter como foco a mistura e não a redução. Isso se baseia na suposição tácita de que, porque nenhuma língua é jamais menos complexa que outra, quando a Língua A é alterada em contato com a Língua B, então a Língua A passar por mudanças estruturais e alterações baseadas na Língua B, mas não por abreviações, desconhecidas em ambas as línguas, que se devem aos falantes da Língua B dominarem imperfeitamente a Língua A.

O que vemos aqui é então uma reelaboração do conceito de transmissão linguística irregular – um conceito com o qual já lidamos nos capítulos anteriores. Na presente teoria, esse processo resultará na simplificação de uma dada língua. Se juntarmos a hipótese do “Protótipo Crioulo” ao que McWhorter chama de “linguagem interrompida” teremos os seguintes cenários: uma população de falantes da Língua A é invadida (ou vítima de qualquer processo catastrófico como esse) por falantes da Língua B e uma imensa quantidade de falantes da Língua A tem que aprender, depois de adultos e longe de situações ideais de aprendizado, a Língua B. A partir de então, duas coisas podem acontecer, a depender de diversos fatores sócio-históricos e demográficos: (a) pode haver o surgimento de um *pidgin* e depois de um crioulo – aplica-se então o “Protótipo Crioulo” para entendermos esse

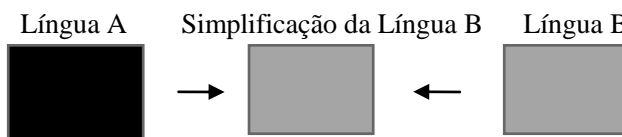
caso³⁶; ou (b) o contato não faz com que surja um *pidgin* e depois um crioulo, mas sim uma simplificação da Língua B.

Para ilustrar essas duas situações, McWhorter apresenta os seguintes quadros, que adaptamos abaixo:

Surgimento de um crioulo:



Simplificação da Língua B:



Usando os quadros acima apenas como recursos didáticos e bastante simplificados, a ideia é que um crioulo é uma língua diferente das línguas que estiveram em sua gênese e é gramaticalmente menos complexa (essa ideia é compatível com a proposta de “ruptura estrutural” de Rougé, 2009). A especificidade de um crioulo, ou seja, o fato de ser uma língua nova e única, decorre de ele se originar de um *pidgin* que receberá ou será dotado de uma gramática a partir de falantes que tiveram o *pidgin* como primeira língua na fase de aquisição. A mistura de cores no quadro central serve para ilustrar que o crioulo não é nem a Língua A nem a Língua B, mas sim uma língua diferente que pode conter elementos de ambas.

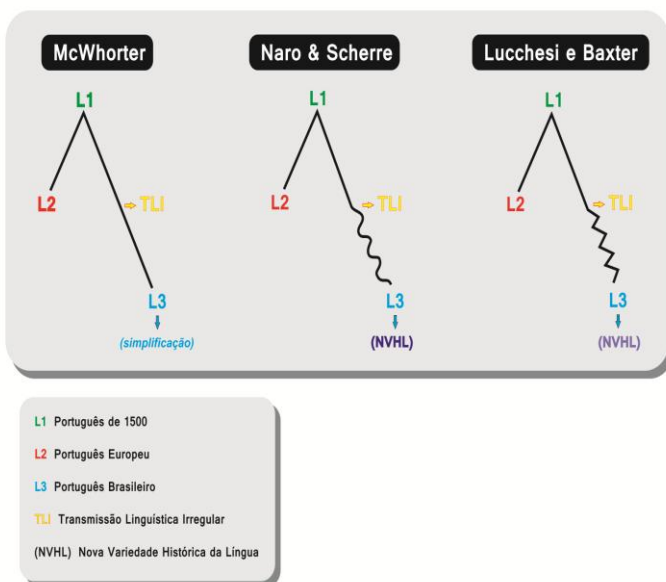
Por sua vez, no cenário em que não há um desenvolvimento de um crioulo – nem de um *pidgin*, consequentemente –, o que temos é uma versão simplificada da Língua B; não temos ruptura tipológica, nem a gênese de uma língua completamente nova, mas sim a redução da complexidade gramatical da Língua B.

Agora que já apresentamos a definição sincrônica de crioulo de McWhorter, voltemos às consequências da transmissão linguística irregular no processo de formação do PB sob o prisma das teorias de Naro e Scherre, Lucchesi, Lucchesi *et al.* e McWhorter.

³⁶ Pode ser o caso também que o *pidgin* se torne estável e não haja a emergência de um crioulo, mas ignoraremos aqui este caso.

Vimos nos capítulos anteriores que, para Naro e Scherre (2007), a transmissão linguística irregular leva a uma nova **variedade** histórica da língua e não a uma **mudança** linguística. Para esses autores, a mudança, nesses casos, aconteceria somente por deriva linguística ou aceleração dela. Por sua vez, para Lucchesi *et al.* (2009), a transmissão linguística irregular leva a dois caminhos: a TLI **do tipo leve** leva a uma nova variedade histórica da língua, o que seria, por exemplo, o caso de Helvécia, e a TLI normal (i.e., que não seja do tipo leve) passaria por um pidgin que levaria a um pidgin expandido ou a um crioulo. Finalmente, como acabamos de ver, para McWhorter, a transmissão linguística irregular vai gerar uma **simplificação** da língua original, mas nunca um crioulo. Vejamos essas situações em forma de esquema³⁷ logo abaixo, para melhor compreendê-las:

³⁷ Gostaríamos de ressaltar que esse esquema é uma grande abstração que serve somente para ilustrar o papel da transmissão linguística irregular nas teorias, pois, de fato, o português brasileiro e o português europeu só começaram a separar a partir de 1700, conforme demonstram as amplas evidências encontradas no trabalho de Marco Antônio Martins: *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20* (2009); Fernando Tarallo e Tania Alkmin: *Falares Crioulos: Línguas em contato* (1987); Fernando Tarallo: *Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: Mudanças sintáticas aleatórias* (TARALLO, 1986 apud ROBERTS; KATO. *Português Brasileiro Uma viagem diacrônica*, 1996). Além disso, o ano de 1700 marca, *grosso modo*, o início do Ciclo do Ouro, um período no qual houve um enorme influxo de imigrantes portugueses para o Brasil e o desenvolvimento de um comércio e economia internos no território brasileiro, todas essas pressões político-sociais que tornaram o português uma língua mais importante no território nacional do que a(s) língua(s) geral(is) aqui falada(s). Em resumo, onde temos “L1 Português de 1500”, podíamos ter, sem prejuízo para a comparação dos conceitos de TLI, “L1 Português de 1700”.



No esquema representado acima, tomamos 1500, L1, como a mesma língua falada aqui e em Portugal; L2 deve ser lido como português europeu que se desenvolveu depois de 1500 via mudanças linguísticas históricas comuns; L3 é o português brasileiro.

Podemos ver de forma resumida, o papel que cada autor atribui para a TLI (transmissão linguística irregular) na formação do PB. Para McWhorter, a TLI **não** fará surgir uma nova variedade histórica da língua, esse processo apenas simplifica uma dada língua ao longo do tempo, ou seja, não causará uma ruptura tipológica nem se baseia num *pidgin* (i.e., não toma um *pidgin* como ponto de partida ou como L1 no esquema acima). Apenas para reforçar o que já vimos, consideremos o trecho abaixo (MCWHORTER, 2007, pp. 4-5):

[...] na transmissão ininterrupta da linguagem humana, a perda radical de complexidade global da gramática não é normal nem rara, mas sim impossível. O estado natural da linguagem humana é ela ser sobrecarregada de acréscimos de complexidade desnecessária a comunicação. Sempre que essa complexidade é radicalmente abreviada de modo global e não de modo setorial, por razões específicas, isso se dá não apenas às

vezes, mas sempre por situações sócio-históricas na qual a aquisição não nativa de uma língua se esparramou o suficiente para que a gramática fosse transmitida a novas gerações de modo significativamente simplificado. [...]

Para Naro e Scherre, o desenvolvimento da L2 e L3 é igual até o momento em que ocorre a aceleração da deriva, que é quando as duas variedades de português dos dois lados do Atlântico de fato começam a se separar. Para os autores, a TLI faz gerar uma nova variedade histórica da língua (NVHL) através da aceleração da deriva linguística, que, por sua vez, está por trás de mudanças linguísticas históricas comuns (i.e., não abruptas), porém mais rápidas que as mudanças “convencionais”, no entanto, **sem empréstimos** de elementos ou características gramaticais de outras línguas como as africanas, por exemplo. Finalmente, para Lucchesi *et al.*, o desenvolvimento de L2 e L3 seguem caminhos diferentes, e, no caso do L3, a TLI a faz gerar também uma nova variedade histórica da língua, contudo, **com empréstimos** linguísticos de línguas africanas, por exemplo, ou até mesmo o surgimento de uma língua crioula.

Em outras palavras, a TLI não tem relação alguma com língua crioula para McWhorter, que considera que um crioulo sempre se origina de um *pidgin*; para Naro e Scherre, a TLI é um processo exclusivamente “interno” a uma dada língua, e ocorre sem o empréstimo ou a adoção de traços gramaticais exógenos; e para Lucchesi *et al.*, a TLI pode de fato originar uma língua crioula. Como podemos ver, repetem-se aqui, em parte, os problemas apontados com relação à definição de crioulo. Ou seja, assim como a definição de crioulo, a definição de TLI também é nebulosa, i.e., muitas vezes não conseguimos chegar a um denominador comum porque a equação é feita de diferentes maneiras pelos autores. Para alguns a TLI faz gerar um crioulo, para outros não, porque há a necessidade de uma ruptura tipológica. Assim como a definição diacrônica de crioulo por alguns autores, a definição diacrônica de TLI fica muito abrangente e “frouxa”, fazendo com que cada autor a defina e a use conforme sua teoria e ainda assim critique as outras teorias. Como vimos, essa “inexatidão” na definição de TLI tem consequências na definição de língua crioula que por sua vez interfere na definição do PB.

A definição trazida por McWhorter, que de fato só é interessante quando associada às suas ideias sobre crioulos, tem a vantagem, a nosso ver, de ser precisa e empiricamente verificável. A tipologia de línguas

de McWhorter, complementada pelas “línguas interrompidas”, divide as línguas naturais em três: (1) as línguas jovens, i.e., os crioulos; (2) as línguas simplificadas, i.e., resultado de transmissão linguística irregular; e (3) as línguas velhas, i.e., as línguas que tiveram sua transmissão sem interrupções ao longo de sua história e puderam acumular desenvolvimentos gramaticais que demandam tempo para se realizarem.

Na sequência, discorreremos um pouco sobre o que o autor entende por simplificação e complexidade gramatical.

3.3 Gramática: simples e complexa

A polêmica gerada ao falarmos sobre complexidade (e/ou simplificação) gramatical tem, a nosso ver, duas fontes: (a) podemos dizer que certas línguas, por serem mais simples que outras, são mais “primitivas” ou menos elegantes, ricas, elaboradas, etc.; e (b) não há uma boa definição de complexidade (simplicidade) gramatical e toda a discussão é, por isso, vazia.

Com relação ao ponto (a), é importante separar expressividade de um lado e complexidade gramatical de outro. Todas as línguas são igualmente expressivas, ou seja, é possível falar tudo o que se queira em qualquer língua; nesse sentido, as línguas são de fato iguais. Porém, se entendermos gramática como o conjunto de regras que uma língua tem, concluímos que expressividade e gramática não são conceitos equivalentes: é possível imaginar uma língua que apresente mais regras gramaticais que outra e, ainda assim, ambas podem dizer as mesmas coisas.

Para efeitos de comparação, podemos pensar em línguas que possuem um sistema elaborado de evidenciais, ou seja, as línguas que nos obrigam gramaticalmente (i.e., por meio de estruturas gramaticais) a fornecermos a fonte da informação que estamos reportando frente a uma língua que não tem tal sistema. Obviamente, se quisermos falar qual é a fonte de nossa informação numa língua desprovida de um sistema de evidenciais poderemos fazê-lo sem maiores problemas; porém, numa língua que possui um tal sistema *não podemos deixar de fazê-lo*. Dado que as línguas que têm sistemas de evidenciais também possuem os diversos outros mecanismos gramaticais que as línguas desprovidas de um sistema de evidenciais têm, é possível argumentar que a primeira língua (i.e., a que tem um sistema de evidências) é mais complexa gramaticalmente que a segunda, mas ambas são igualmente expressivas. Sendo assim, uma vez de posse da distinção entre expressividade e

complexidade gramatical, podemos dizer que uma língua é mais complexa que outra sem implicarmos algum julgamento de inferioridade expressiva entre elas.

Com relação ao ponto (b), McWhorter nos oferece três aspectos do que ele considera como complexidade gramatical e que fazem com que esse conceito não seja vazio:

(i) sobre-especificação (“overspecification”): “As línguas diferem quanto aos graus em que elas marcam distinções semânticas aberta e obrigatoriamente” (2007, p. 21);

(ii) elaboração estrutural: “Um aspecto de uma gramática pode se diferenciar desse aspecto com relação a outra gramática em função do número de regras (em fonologia e em sintaxe) ou em elementos básicos (em termos de inventários fonêmicos) necessários para gerar as formas superficiais” (2007, p. 29);

(iii) irregularidades: “[...] as gramáticas diferem em grau com relação ao quanto elas estão carregadas de irregularidades e supletismos” (p. 33).

A comparação em termos de complexidade gramatical proposta por McWhorter se dá em termos de uma língua natural velha e seu correlato em princípio simplificado, ou seja, faria sentido, em sua teoria, compararmos o PB ao PE, mas não PE ao japonês³⁸.

O autor ainda afirma que:

[...] argumentarei que, passo que todas as línguas são complexas, elas não são igualmente complexas, que as diferenças entre elas podem ser fortes o suficiente para merecerem atenção, e que essas diferenças podem ser atribuídas a intervenções externas e não ao acaso. [...] (2007, pp. 51-52).

Portanto, argumentarei que quando as diferenças em complexidades são suficientemente fortes entre uma língua e seus correlatos, a aquisição não nativa desempenhou um papel decisivo na história [...]. (2007, p. 50).

³⁸ Tal comparação até poderia ser feita, mas as ferramentas teóricas desenvolvidas pelo autor não tem por objetivo tais comparações nem seus resultados.

Ainda que não completamente satisfatórias – por exemplo, como definir o que são diferenças “fortes o suficiente”? –, as definições de complexidade gramatical oferecidas por McWhorter são organicamente atreladas ao seu “Protótipo Crioulo” e à ideia de “língua interrompida”. Além disso, dado que são definições razoavelmente precisas, embasadas em evidências independentes, elas nos permitem fazer previsões e verificá-las, o que dota suas teorias de cientificidade e abrem toda uma linha de investigação.

Na seção abaixo, aplicaremos, como um “experimento mental”, as ideias de McWhorter ao PB e à controvérsia sobre sua formação. Na última seção, apresentaremos alguns pontos que ainda julgamos problemáticos em sua teoria.

3.4 Definição sincrônica de crioulo e o PB

Se levarmos em consideração a proposta de “Protótipo Crioulo” de John McWhorter para pensarmos a formação do PB, teremos um caminho mais reto, sem muita sinuosidade e curto. Pois, como percebemos, a definição sincrônica de crioulo é muito “mais exata” do que uma definição diacrônica e/ou social. Como vimos ao longo do texto, autores como Naro e Scherre e Lucchesi, entre muitos outros, travam, há décadas (séculos?), uma batalha na definição do PB, os dois primeiros com uma definição que pende para a deriva linguística e o último para uma definição que pende para a crioulistica. Ambos usam definições diacrônicas de crioulo ou pelo menos mistas.

A proposta de “Protótipo Crioulo”, se levada em conta na definição do português brasileiro, pode ajudar a resolver a questão de sua formação, pois, teremos, dessa forma, um “quadro” de características para seguir e dessa forma apontar se determinada língua é crioula ou não, como, por exemplo, as três características gramaticais que McWhorter julga serem características somente de línguas velhas (*afixação flexional*, *tom* e *derivação não-composicional*), dado alguns contratempos já rebatidos pelo autor. A partir de tais características, poderíamos afirmar se o PB é ou não uma língua crioula, ou se foi outrora. Uma definição precisa como essa deixaria pelo caminho as teorias de semicrioulo, por exemplo. Porque, segundo uma definição sincrônica, uma língua crioula não terá uma **variação** das três características gramaticais estipuladas acima. Pode até acontecer de algumas – que McWhorter julga serem línguas crioulas com mais tempo de vida ou por simples influência do super e/ou substrato – terem uma ou outra dessas características, mas nunca as três numa mesma língua

crioula. A língua terá ou não tais características, nunca meios termos que possam levar a uma possível variação que resultassem em “meios crioulos”.

Já que não temos “meios termos” em uma definição sincrônica, as variações existentes no PB citadas por Lucchesi, Baxter, Guy, Holm, Naro e Scherre e tantos outros autores, não podem, de forma alguma, serem consideradas características que levariam o PB ao status de uma língua crioula ou até mesmo semicrioula. Porque, diferentemente da sua história, as características de uma língua crioula em uma definição sincrônica, são estruturalmente precisas. Sem contar o fato de que, para McWhorter, sem um *pidgin* anterior, não haverá a emergência de um crioulo.

Por outro lado, podemos considerar que o PB é uma simplificação do PE causada pela TLI nos moldes de McWhorter. Se esse for o caso, temos toda uma linha de investigação a ser percorrida, que verificará comparativamente uma série de características gramaticais do PE e do PB, com o objetivo de averiguar se encontramos no PB simplificações conforme as define McWhorter. A comparação deve ser feita nos diversos níveis de análise linguística, levando em conta uma comparação entre variedades “comparáveis” (i.e., língua fala com língua falada) e uma cronologia adequada (i.e., comparar as “línguas” das mesmas épocas).

Nem é preciso dizer, a própria busca por uma resposta dentro do modelo em análise é um trabalho imenso, mas também inovador, que poderá lançar novas luzes sobre a velha questão da formação do PB. É também, contudo, um trabalho que ainda está por ser feito e nos limitamos aqui a tentar mostrar sua relevância, originalidade e interesse.

3.5 Críticas às teorias de McWhorter

O trabalho de McWhorter é, de fato, bastante original e rico, mas isso não significa que ele não seja isento de problemas. Nesta seção, vamos apresentar alguns pontos de sua teoria que consideramos problemáticos.

A ideia de protótipo é, a um só tempo, interessante e problemática. Ela é interessante porque tem um apelo intuitivo muito grande e dá conta de um feixe grande de situações, e é por essa razão problemática: ao dar conta de vários casos, traz inevitavelmente vagueza para dentro da teoria. Como saber, por exemplo, quais são as distâncias de um protótipo? A ideia é que temos um ou mais exemplares claros e, ao se mover para longe deles, exemplares e situações cada vez mais

difusas, mas não há, de modo claro, medidas para essa difusão, para o distanciamento do protótipo, e assim, o que antes era algo que tinha por objetivo agregar intuições de modo elegante, se revela, na verdade, como um espaço de alguma indefinição. O uso que McWhorter faz de protótipo tem a ver com a situação ideal do que seria um crioulo e por isso não se concretiza; é fato que o autor tenta explicar os distanciamentos do protótipo, mas é ainda algo a ser avaliada se sua manobra realmente é eficiente.

Outro ponto problemático tem a ver mais diretamente com a definição sincrônica de crioulo. Para podermos começar a pensar em usar a definição de McWhorter, temos que saber, antes, o que é um crioulo e aplicar a ele sua definição para então avaliá-la. Mas como saber o que é um crioulo para aplicar a teoria de McWhorter? Ora, aqui só nos resta relatos históricos. Sendo assim, mesmo que a proposta do autor seja razoável ela também precisa se apoiar, pelo menos num começo, em definições não totalmente sincrônicas de crioulo. Obviamente, tal situação pode levar a circularidades – prova-se crioulo o que já se sabia que era um crioulo –, e a teoria de McWhorter precisa ser mais bem elaborada para evitar esse tipo de circularidade.

Apesar de o autor se preocupar em definir com cautela complexidade e simplicidade gramatical, essas ideias estão longe de terem a precisão requerida para serem adotadas e exploradas como algo minimamente consensual. McWhorter reconhece isso, mas é fato que muito trabalho precisa ser ainda feito.

Críticas semelhantes podem ser feitas à sua ideia de “linguagem interrompida”. O uso que o autor faz desse conceito é uma apropriação, a nosso ver, profícuo de fenômenos observados na aquisição de segunda língua por adultos, mas a transposição desse termo para os estudos crioulistas talvez não seja assim tão simples, pelo fato de que, em sua origem, esse conceito se relaciona a adultos aprendendo uma língua por vontade própria e em condições favoráveis, o que está longe de ser o caso quando há contato linguístico motivado por razões econômicas e/ou imperialistas.

Talvez todos esses pontos possam ser resolvidos no âmbito da proposta de McWhorter que de fato ainda está em andamento e é relativamente recente, mas eles não podem ser perdidos de vista. Finalmente, gostaríamos de ressaltar a importância de percorrer esse caminho e enfrentar os problemas e desafios colocados por essa proposta, nem que seja para mostrar que ela não funciona.

CONCLUSÃO

O objetivo inicial deste trabalho foi analisar as bases teóricas e epistemológicas das teorias a respeito da formação do português brasileiro. No entanto, antes mesmo de nos depararmos com as teorias a respeito da formação do português brasileiro, nos deparamos com as teorias a respeito da formação de um *pidgin* e de um crioulo. As várias formas de definir uma língua crioula serviriam para nos alertar de que muito antes de termos uma teoria que defina o português brasileiro, precisamos de uma teoria que defina língua crioula. Isso nos leva a crer que é justamente a variação na definição de língua crioula um dos principais motivos por trás do nebuloso caminho que é definir o português brasileiro.

Diante dos fatos, vimos a necessidade de pesquisarmos mais a fundo as teorias a respeito de línguas crioulas, antes de entrar no mérito da formação do português brasileiro. Necessitamos de uma teoria que seja mais linguística no sentido de definir tais línguas gramaticalmente e não apenas (ou majoritariamente) através de sua sócio-história, pois, como já nos posicionamos ao longo do texto, somos linguistas e, portanto, uma análise que não seja linguística (pelo menos em sua essência) será uma análise incompleta e, ao mesmo tempo, mais complexa porque envolverá fatores não linguísticos, fatores esses que na maioria das vezes são difíceis de refutar, devido, entre outras coisas, a formulações vagas, e uma teoria irrefutável, porque é vaga, não é uma boa teoria.

Já que entramos no mérito da refutação, voltemos a um dos nortes da nossa pesquisa que foi o princípio da Navalha de Ockham. Esse princípio postula, de forma bastante resumida, que a melhor teoria é a que faz mais com menos, ou seja, a teoria mais simples que dê conta de explicar um dado objeto é, salvo critérios ulteriores, a melhor.

Vimos teorias que postulam que o português brasileiro é um crioulo ou um semicrioulo, como a teoria de Guy (1981) e Holm (1992), respectivamente; outras teorias acreditam que o português brasileiro já foi um crioulo, mas descrioulizou-se e agora é uma nova variedade histórica da língua, como a teoria de Lucchesi *et al.* (2009); outras acreditam que a variação do português brasileiro com relação ao português europeu é resultado de uma confluência de motivos (tanto gramaticais quanto socio-históricos), como a teoria de Naro e Scherre (2007).

Pois bem, temos várias definições para o português brasileiro segundo os autores citados acima e todas as teorias definem o português

brasileiro a partir de fatores sócio-históricos. Ainda que umas sejam mais precisas e simples que outras, **todas** usam critérios gramaticais para provar suas hipóteses a respeito de uma língua que eles julgam ser definível quase que exclusivamente de um ponto de vista sócio-histórico.

A proposta de “Protótipo Crioulo” de John McWhorter (1998 [2005]), a nosso ver, repercute, e muito, na definição do português brasileiro. A “conta” que McWhorter faz é simples e clara: existem características estruturais (ou combinações de características estruturais) que somente línguas velhas apresentam, se uma língua possuir isso, então ela não pode ser uma língua crioula. McWhorter defende ainda que os *pidgins* não possuem tais características e as línguas crioulas, para ele, descendem sempre de um *pidgin* – é na passagem de *pidgin* para crioulo que há a emergência de uma nova gramática, que será, nos critérios do autor, jovem. Portanto, se uma língua crioula vir a ter alguns desses traços, é porque ela os adquiriu ao longo dos séculos de sua existência. De forma bastante simplificada e ilustrativa, a base da teoria de McWhorter é basicamente esta. Ou seja, uma forma linguística de definir uma língua como sendo crioula (i.e., gramaticalmente jovem). Deixemos claro que, apesar da proposta de McWhorter ser uma proposta de definição sincrônica de crioulo, o autor usa critérios diacrônicos também. No entanto, a diferença da proposta de “Protótipo Crioulo” para as outras propostas que vimos até aqui, está no fato de que McWhorter parte de uma definição sincrônica e usa aspectos diacrônicos como “auxiliares”, o contrário dos outros autores, que partem de aspectos diacrônicos e usam aspectos sincrônicos como “auxiliares”. Pois, sendo a hipótese nomeadamente diacrônica ou sincrônica, ela nunca será *somente* diacrônica ou sincrônica, a diferença está na importância que se dá aos dados. Uma hipótese nomeadamente diacrônica se torna muito abrangente, o que a torna quase que irrefutável, e uma teoria irrefutável não é uma boa teoria do ponto de vista da evolução da teoria científica.

Não vemos, diante das similitudes estruturais do português brasileiro com outras línguas não-crioulas, necessidade de postular uma origem crioula para ele. Como demonstraram Naro e Scherre, o português brasileiro desenvolveu algumas variações em sua estrutura gramatical – que por sinal também foram encontradas no português europeu –, mas sem ruptura estrutural/tipológica, que para Rougé e Naro e Scherre, **descaracterizaria**, *grosso modo*, uma criouliização. Usando um termo de Tarallo e Alkmin (1987), a *mescla* linguística das línguas *pidgins* e crioulas não é evidente no português brasileiro, ainda que as

mesclas socio-históricas sejam evidentes, proporcionadas pelas navegações portuguesas dos séculos XV e XVI e consequente tráfico de escravos.

Aliás, talvez a miscigenação típica do Brasil tenha feito com que uma língua crioula tenha sido, de certa forma, dispensável em território brasileiro. Apesar do cenário típico de colonização, com casa grande, senzala, senhores de escravos, senhores de engenho, diferentemente de outros lugares nos quais surgiram línguas crioulas, no Brasil tivemos um processo de miscigenação muito grande e essa miscigenação fez com que se tornassem raras as situações de isolamentos linguísticos³⁹ e a criação de cenários ideais para a gênese de crioulos. O contato entre as etnias é algo que dificuldade e, em casos extremos, torna improvável o surgimento de uma língua crioula, porque a língua que era dos escravos passou a circular em meio à elite e a língua da elite passa a circular em meio aos escravos. O cenário mais propício para o surgimento de uma língua crioula seria um em que um grupo separado tentasse falar a língua da elite.⁴⁰

Os autores que defendem a formação de uma língua crioula no Brasil, em geral, levam em conta argumentos histórico-sociais. No entanto, esses mesmos autores desconsideram a formação da identidade brasileira que é “puramente” miscigenada, como a figura do mulato brasileiro, por exemplo, que é a figura que circula entre os escravos e os senhores, logo, é essa figura que vai propiciar trocas linguísticas entre os dois lados. Nada mais apropriado que o mulato para representar a miscigenação do povo brasileiro e consequentemente da língua brasileira, pois o PB é tão miscigenado quanto o povo que o fala.

Entendemos que muita pesquisa ainda precisa ser feita na área, contudo, a exposição das várias teorias a respeito de *pidgin*, crioulo e português brasileiro, foram suficientes para termos a certeza de que há um caminho muito interessante a ser trilhado – e que, até onde sabemos, não foi – a partir de uma definição sincrônica, estrutural de crioulo e noções afins. As ideias de McWhorter servem como guia para esse caminho, já que o autor provou que ele é possível, ainda que bastante criticado pelos pesquisadores que, teoricamente, definem crioulo

³⁹ Excluem-se aqui as línguas das populações indígenas que recorreram ao interior do Brasil e ao isolamento como forma de preservação e sobrevivência.

⁴⁰ Poderíamos usar a comunidade de Helvécia como um cenário em que talvez não tenha havido essa miscigenação, e que, portanto, seria propícia ao surgimento de uma língua crioula, mas mesmo assim, ainda em Helvécia o surgimento de uma língua crioula não é totalmente comprovado.

diacronicamente. O que torna a hipótese de McWhorter diferente das hipóteses que definem crioulo diacronicamente é o fato de que uma hipótese sincrônica é muito mais precisa, simples e de fácil refutação se for o caso. Ao definir crioulo sincronicamente, não necessitaríamos de outras áreas como base (demografia, história etc.), o que tornaria a pesquisa muito pesada de conteúdo não-linguístico. Claro que essas áreas sempre estarão lado a lado com a pesquisa linguística, mas não precisamos, a todo custo, partir delas para definir uma língua, mas elas podem servir como confirmação para determinadas hipóteses linguísticas.

Dito isso, é importante ressaltar que não queremos desconsiderar a grande contribuição das outras teorias que vimos a respeito de língua crioula e do português brasileiro – pelo contrário, quanto mais o assunto for discutido, mais claro e bem articulado ele se tornará. Mas levando em consideração os princípios da Navalha de Ockham, consideramos que a teoria do “Protótipo Crioulo” seja uma teoria elegante o suficiente para ser perseguida, que conta com um número razoável de premissas e/ou postulados possíveis e verificáveis, além de basear-se em evidências independentes, tendo como consequência economia e parcimônia teórica (i.e., evitar postular princípios e mecanismos sem necessidade). As evidências sócio-históricas, ou seja, não-linguísticas, a respeito da formação do português acabam sendo muito vagas, pois, como vimos ao longo do texto, muitas vezes nos faltam dados concretos, provas escritas e documentadas a respeito de aspectos essenciais da diacronia do português brasileiro. Preferimos acreditar que as variações existentes no português brasileiro sejam frutos de uma confluência de motivos diacrônicos como afirmam Naro e Scherre (2007), pois, linguisticamente, essas variações não comprovam a existência de uma língua crioula, pois não houve/há uma ruptura tipológica que prove o contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro?: Um Convite à Pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- BORGES NETO, José. Variabilidade das línguas e invariância: escolhas efetuadas pelas teorias. *IV Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP*. Araraquara, SP, 2012.
- BORGES NETO, José. *História e filosofia da linguística: uma entrevista com José Borges Neto*. ReVEL. Vol. 8, n. 14, 2010. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- CHOMSKY, Noan. *Sobre Natureza e linguagem*. Organizado por Adriana Belletti e Luigi Rizzi; tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COUTO, Hildo Honório do: *anticrioulo. Manifestação Linguística de Resistência Cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- DASCAL, Marcelo. *Epistemologia, controvérsias e pragmática*. Tradução de Alfredo Tiomno Tolmasquim. Revista da SBHC, n.12, pp. 73-98, 1994.
- DEUTSCHER, Guy. *Thought the Language Glass: why the world looks different in other languages*. New York: Metropolitan Books, 2010.
- DUBOIS Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. 8º ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FIORIN, José Luiz e PETTER, Margarida (organizadores): *África no Brasil. A formação da língua portuguesa*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2009.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. São Paulo: Unicampi, 2009.

GONÇALVES, R. T.; BASSO, R. M.. *História da Língua*. Blumenau: Editora 3 de maio, 2010.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

ILARI, R. e BASSO M. R. *O português da gente: a língua que estudamos e língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na História da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante *et al.* *Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. História de contato entre línguas no Brasil. In. LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. *Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009a. pp. 41-73.

LUCCHESI, Dante. Introdução. In. . LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I *Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009b. pp. 27-37.

LUCCHESI, Dante. Conclusão. In. . LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I *Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009c. pp. 513-545.

MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Florianópolis, 2009. p. 326. Tese de doutorado – UFSC.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1991a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Parábola, 2004.

MCWHORTER, John, H. *Defining creole*. Oxford, New York: Oxford University. 2005.

MCWHORTER, John, H. *Language Interrupted: Signs of Non-Native Acquisition in Standard Language Grammars*. Oxford, New York: University press, 2007.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1986.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Porto: Figueirinhas, 1948.

MIOTO, C.; FIGUEREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 3ª ed., 2007.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado), 1991.

NARO, A. e M. M. P. SCHERRE. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes* / Volker Noll; traduzido do alemão por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

NOLL, Volker e DIETRICH, Wolf. (organizadores). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2010.

OKRENT, Arika. *In the Land of Invented Languages: Esperanto Rock Stars, Klingon Poets, Loglan Lovers, and the Mad Dreamers Who Tried to Build A Perfect Language*: Bantam Books, 2009.

PARKVALL, M. ÁLVAREZ LÓPEZ, Laura. *Português Vernáculo Brasileiro e a Hipótese da Semi-crioulização*: Revista da ABRALIN, vol. II, no 1, p. 111-152, julho de 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SCHERRE, M. M. P.. *Doa-se lindos filhotes de poodle*. São Paulo: Parábola, 2005.

PERINI, Mário A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ROUGÉ, J. L. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J.L.; PETTER, M. *África no Brasil. A formação da língua portuguesa*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 63-73.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4º ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA NETO, Serafim da. *A língua portuguesa no Brasil – Problemas*. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1960.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O Português São Dois...: Novas Fronteiras, Velhos Problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs). *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

TARALLO, F. L.; ALKMIM, T. M.. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2011.